

2º Relatório Final do  
Projecto *Critérios de justiça e penas em Portugal* (Amostra 2010)

Dezembro 2011

António Pedro Does

CIES-ISCTE-IUL

Índice

Prisões, mitos de modernização e a moral social .....	2
O que entende o sociólogo quando se lhe apresenta a prisão como alvo de reflexão? .....	7
Questionário.....	19
Caracterização da amostra.....	21
Análise de dados .....	24
O trabalho liberta? Qual é a natureza social da humanidade?.....	35
Direito de informação - Diálogo no ciberespaço.....	39
A Guerra Colonial por <i>Mário Tomé</i> .....	45
Análise de convicção .....	52
Análise de índices e práticas de resposta repulsivas e obsessivas.....	56
Análise comparativa de agentes de ressocialização .....	60
Papel do Estado na ressocialização dos ex-presos.....	62
Partidos: pombas e falcões .....	65
Reserva mental face às questões das penas .....	67
Estudo de correlações .....	69
Lugar do Estado no dirimir dos sentimentos de repugnância (vingança) das populações .....	73

## Prisões, mitos de modernização e a moral social

O que entende e percebe uma pessoa quando ouve falar ou fala de prisões? E o que deveria pensar e perceber do que é uma prisão? Qual é a definição cientificamente correcta de prisão?

Para o senso comum, a tomar atenção aos comentários nos jornais electrónicos às notícias sobre prisões, as prisões polarizam opiniões entre os que entendem que “todas que caem no chão são poucas”, isto é todo o mal que se faça aos presos é sempre pouco, dadas as protecções que as instituições modernas dispensam aos arguidos e aos condenados, nomeadamente a proibição de tratamentos humilhantes e degradantes ou o mal trato físico. Para esses as prisões são hotéis de cinco estrelas adaptados às classes sociais de onde são recrutados a esmagadora maioria dos presos. São instituições de último recurso para aqueles que não sabem comportar-se e integrar-se na sociedade sem fazer mal a toda a gente e até a eles próprios, não permitindo que os ajudem e deixando apenas ao Estado a solução do internamento compulsivo. A partir desse momento não têm direito a pedir nada, visto ser sua única culpa estarem onde estão e, por outro lado, ter sido impossível tratar deles fora deste último recurso que é a restrição radical de movimentos. São partidários de as condenações por crimes deverem ser a morte social, se não mesmo a pena de morte.

Há também a opinião de que os guardas prisionais, como os polícias em geral, representam aquilo que de mais degradante existe como actividade e carácter nas pessoas. Trata-se de profissionais capazes de torturar ou abusar das pessoas, envolverem-se em todo o tipo de actividades criminosas e, sobretudo, jamais denunciarem as actividades criminosas em que estão envolvidos os seus colegas, sendo que é a sua profissão combater o crime. É gente que é chamada para combater as populações mais desvalidas e também defender os bandidos mais poderosos, sempre preocupados em descobrir os pequenos crimes e evitar envolver-se na investigação dos grandes crimes. Quando se trata de reprimir o povo há também uma muito velha tradição de recurso dos mais poderosos à polícia, desde a eliminação de dissentes políticos e à sua intimidação por vários meios até à polícia de choque, cujo prestígio e privilégios dentro das polícias a tornam o modelo para quem quiser ascender na carreira.

Estas duas visões sobre para que servem as prisões são antitéticas. Envolvem estados de espírito diferentes em relação ao poder – de um lado o espírito de submissão e do outro o espírito marginal. Estados de espírito que muitas vezes são tomados pela teoria social como sequenciais no tempo de desenvolvimento – a lei dos três estados de Comte refere precisamente a sequência do pensamento teológico, metafísico e positivo que depois é traduzido em pensamento selvagem, bárbaro e civilizado em Engels, sequências essas reproduzidas no processo de desenvolvimento de cada ser humano, conforme passa de criança a jovem e a adulto. Sequências paralelas ao que se representa ser os diferentes níveis de consciência social de vários estratos da população: os excluídos (como os presos) mais acriançados, os trabalhadores como excitáveis e susceptíveis de serem facilmente influenciados pelas companhias e os profissionais, sobretudo com formação superior e científica, mais mentalmente adultos.

Esta diferenciação mental das sociedades está inscrita na teoria social em função de uma alegada superioridade adquirida pela civilização ocidental e pelas classes actualmente

dominantes, a que Weber chama racionalidade (formal) e espírito do capitalismo (substancial), apresentadas como as formas históricas de superação da predominância do pensamento religioso (cujas formas elementares foram estudadas por Durkheim).

Para os adeptos da culpa individual e do castigo proporcional (*dura lex sed lex*) a civilização é um estado de evolução que para sua própria defesa deve remeter para o inferno quem não tenha atingido tal estado. A superioridade adquirida deve ser protegida das contaminações da inferioridade, seja no sentido nietzschiano, o niilismo, seja no sentido adoptado como política de Estado pelo nazismo. É uma luta pela sobrevivência. Como me disse um dia um chefe de guardas ofendido por ter denunciado tortura nas prisões: “O senhor tem filhos? Quem defende os seus filhos?” Actualmente o risco da civilização europeia e norte-americana apresenta-se de tal ordem grande que as políticas de troca de liberdades e direitos por segurança têm vindo a fazer vencimento há décadas, tendo acelerado mais nos últimos anos. Sem que os povos tenham feito a sua aparição, nomeadamente porque o centro da sua identidade (os estados) estarem actualmente ao serviço da sociedade em rede das finanças e das multinacionais globais através da institucionalização supranacional e não democrática dos processos de decisão política.

O Fórum Social Mundial, primeiro, os movimentos dos indignados, actualmente, não se têm mostrado capazes de fazer previamente a crítica do poder perverso que a modernidade tardia instalou no ocidente. Nomeadamente o lugar subalterno da legalidade e do direito na construção política das regiões intergovernamentais não tem sido abordado – a não ser na indignação moral contra a corrupção – embora haja sinais frágeis de os economistas – em quem foi outra vez delegada a tarefa de construção ideológica – estarem a procurar integrar nas suas perspectivas de combate socialmente solidário à brutal austeridade (e morte dos mais desvalidos) o direito, nomeadamente quando se organizam olhares críticos e públicos sobre as dívidas soberanas, nomeadamente em Portugal e na Grécia por inspiração de experiências sul-americanas. Mas são naturalmente remetidos para a contestação e denúncia das contradições mais gritantes da civilização decadente: a reaparição das ordens sociais (e o desrespeito substantivo da norma jurídica da igualdade perante a lei), a falsidade da democracia em desagregação e a necessidade de uma revolução cultural.

A questão que se coloca é com que armas. Se a democracia está a deixar ou já deixou de funcionar – o que as populações mais desvalidas já interiorizaram faz alguns anos, culpando-se a si próprias por serem incapazes e incompetentes, nomeadamente de fazerem cursos superiores que os tornassem modernos avançados, adaptados às mudanças aceleradas das tecnologias e dos modos de viver – e se as ofertas de trabalho se estão a deslocar seguindo o capital, que resta às forças vivas em devir nos países sujeitos à chantagem da dívida que não seja seguirem aquilo para que foram preparados durante os longos anos de estudo e estágios sem salários? Que resta defender quando o Estado estimula por palavras e actos à emigração em massa de jovens de todas as classes sociais, num país singularmente envelhecido e à beira da ruptura da segurança social, entretanto espoliada dos seus recursos em nome da crise da dívida do Estado?

Há quem diga, liberais e comunistas, afinal quase todos, que se trata de um problema de opção económica dos países apanhados pela crise: o se gere a dívida de forma soberana (por

exemplo, fazendo moeda) ou se paga a dívida (matando os mais desvalidos e reduzindo o valor das propriedades). Para qualquer destas opções ditas económicas – mas afinal morais – há que mobilizar recursos jurídicos. Num caso para fazer valer a posição dos mais fracos, nomeadamente o seu direito à existência e sobrevivência, apesar dos contratos mal feitos e até mal intencionados. Nomeadamente há que fazer valer os direitos humanos. Noutro caso para fazer valer a alegada “honra” investida nos compromissos com os credores numa altura em que estes últimos estão nervosos e precisam que lhes afaguemos o ego e não os contrariemos, pelo menos enquanto se mantiverem irritadiços, que é literalmente a forma de justificação de suspensão da constituição e de subversão das práticas institucionais em Portugal como noutros países (Grécia, Itália) e também na União Europeia sujeita aos acordos do eixo franco-alemão. A marginalização do poder judicial é de tal forma evidente que o sindicato dos magistrados judiciais portugueses reverentemente voltou a insistir junto do Tribunal Constitucional – desta vez através do Presidente da República – para que declare inconstitucional o orçamento de Estado.

A normalidade do funcionamento legal do Estado português pode ser observada nas declarações revolucionárias de antigos revolucionários da Revolução dos Cravos, aquando de manifestações de descontentamento massivo dos militares na rua. Bem como o facto de as forças de segurança serem o único sector do Estado à margem da austeridade. A guerra civil é esperada e até provocada – as forças da ordem têm a experiência suficiente para saber que o povo lhes aparece pela frente de forma sempre inesperada, como uma singela faísca que de repente desperta a ira popular (na Tunísia, no princípio de 2010, mais um sacrifício de um jovem desesperado originou a primavera árabe). Por isso usam a tática do contra fogo: provocam com a perspectiva de atraírem a “contestação inorgânica” para lhe queimarem as energias. Novamente trata-se de opções morais: nomeadamente a distinção entre contestação legítima e contestação ilegítima, ou, nas palavras do chefe da polícia de Lisboa, há que impedir os manifestantes que não foram convidados pela organização da manifestação a juntarem-se a ela. Face à denúncia filmada de actuação provocatória de agentes policiais infiltrados nas manifestações – agentes que chegaram a sofrer a repressão dos seus colegas fardados, que os desconheciam – o chefe da polícia informou que se tratavam de agentes de investigação criminal em acção e o ministro da Administração Interna anunciou o agravamento das penas para os condenados de agressão a agentes de autoridade.

Gente mais velha, que tem memória ou conhece a história de entre as guerras, na primeira metade do século XX, reconhece no ambiente cada vez mais violento que está a ser criado em torno das actividades do Estado o ambiente de degradação que se viveu então. A história do sucesso europeu do pós-guerra tem feito esquecer a história da decadência europeia da primeira parte do século XX e em particular desse período entre guerras, como a guerra de Espanha e a vitória sangrenta dos autoritários e fascistas sobre os democratas. Que acabou na auto-destruição do continente.

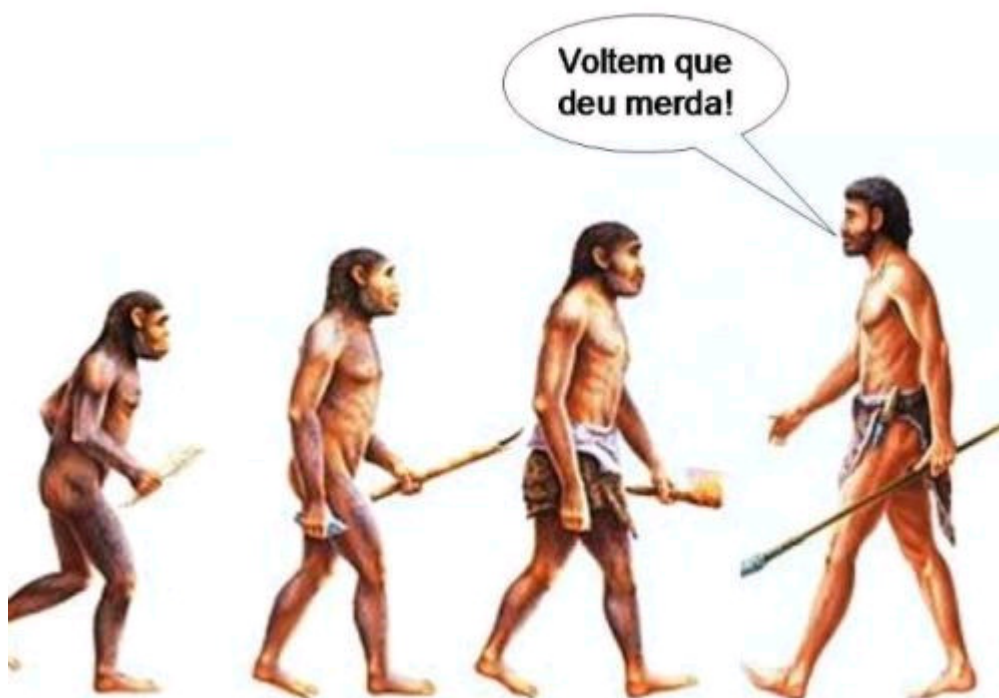
A alegada racionalidade económica (a teoria clássica ou neo-liberal) do cada um por si em função de interesses contabilizados segundo dos critérios impostos pelos mais fortes, vinga em todas as esferas da vida, incluindo a esfera jurídica, quando se imagina que os crimes codificados para efeitos de direito criminal são proporcionais ao tempo de cadeia que o legislador arbitra. Basta uma autoridade qualquer e de qualquer maneira (por exemplo, os

credores ou os países mais poderosos) reclamar direitos (por exemplo, de cumprir com os deficits indicativos do pacto de estabilidade e crescimento) para que tudo se tenha que recompor para satisfazer tal desejo (por exemplo, esquecer o crescimento e a estabilidade e respeitar apenas o critério instrumental do deficit, descontando nos próprios objectivos políticos para que tal instrumento se tornou referência). Do mesmo modo que uma vez um juiz decida a aplicação de uma pena ninguém estaria autorizado a resistir, e menos ainda a vítima de tal decisão. Ou, como se diz agora, o credor fica senhor da vida do devedor, podendo impor-lhe um modo de vida que entenda adequado à situação e à moral. Ou, como se dizia antigamente, quem não pode pagar fica retido como escravo do credor.

Efectivamente a modernidade avançada nunca esteve muito longe da selvajaria nem do pensamento teológico (em que o Deus era o mercado). A crise actual na Europa revela-nos aquilo que a mesma modernidade já tinha vindo a fazer em outras partes do mundo, nomeadamente através da imposição de estados de guerra em praticamente todos os continentes que possamos pensar, incluindo a guerra xenófoba e racista nos países democráticos contra os descendentes dos autóctones, os imigrantes e os pobres em geral. Agora parece estar a tocar à Europa, celebrada pelos direitos humanos, a democracia e o Estado de direito, viver a violação generalizada dos princípios instituintes de tais códigos de ética cívica, política e jurídica.

Os sinais de degradação podem ser observados pela análise do que se tem passado nos sistemas prisionais da modernidade tardia, revelados faz pouco mais de uma década por Loïc Wacquant sobretudo para os EUA. Sinais esses que não pararam de se agravar desde então e, pelo que se percebe, a menos de uma inversão histórica pró-democrática que não se vislumbra de momento, continuaram a ser cada vez mais profundos, sobretudo na Europa, onde se aprofundam as perseguições criminais às populações mais desvalidas, como sejam os imigrantes pobres e os sem abrigo em geral.

Tal como no sistema prisional a modernização tem sido a construção de novos regimes penitenciários cada vez mais fechados (quando se podiam com o mesmo esforço e sem tanto custo pôr a funcionar os regimes abertos já previstos mas praticamente sem uso) também o progresso social actual é de facto o abandono dos mais desvalidos à sua sorte, como é manifesto nos EUA quanto ao acesso aos cuidados de saúde. Na Europa pretende-se “racionalmente” aplicar a receita financeira norte-americana mas evitar resultados mortais para os mais pobres, sem que nenhum diagnóstico seja feito do que correu mal do outro lado do Atlântico ou alguma alteração seja feita à receita aplicada. Ou se esperam milagres ou se entendem as mortes e a degradação da esperança de vida como efeitos colaterais do destino.



## O que entende o sociólogo quando se lhe apresenta a prisão como alvo de reflexão?

Frequentemente adopta uma perspectiva jurídica sobre o assunto, descrevendo o enquadramento legal que legitima a acção penitenciária e conformando a realidade como se ela fosse assim normalizada. Mais raramente define um programa de crítica não apenas à perspectiva jurídica sobre o que são as prisões mas também em relação à sociedade que as promove.

Mais geralmente a sociologia ignora os detalhes desconformes como se fossem desvios da norma, norma jurídica tomada sem crítica como norma social confirmada. Outra postura implica, de uma forma ou de outra, a denúncia da ideologia jurídica e repressiva das sociedades modernas, cujo estudo e exploração pode não ser bem aceite pelos financiadores da investigação sociológica. Mas nada obsta ou impede a organização do pensamento crítico, sem o que a ciência não se desenvolve. Na prática, o centro da ciência é esse tipo de pensamento. E por isso é ele que é relevante, independentemente do que a ciência normalizada possa fazer para se manter financiada e activa.

À construção positiva de um objecto de estudo não basta a identificação de um alvo semântico ou empírico. Não basta tomarmos as prisões como objecto para se poder ser objectivo, descrevendo os seus muros e celas, o seu quotidiano ou o movimento das visitas. É preciso distinguir as penitenciárias das aplicações de medidas alternativas à prisão, dos calabouços das esquadras de polícia, das instituições de retenção de imigrantes, crianças abandonadas ou criminalizadas, assim como dos conventos, dos quartéis, dos hospícios, das mais recentes prisões secretas da luta contra o terrorismo global. Há entre todas estas instituições algo de semelhante mas também algo de distintivo. Como aliás entre as distintas penitenciárias há distinções marcantes, conforme a interpretação dos regimes mais ou menos fechados que praticam e são chamadas a praticar, conforme o estilo de autoridade mais ou menos autoritária ou mesmo brutal predomina.

Transformar a ideia de senso comum sobre o que representa e o que é uma penitenciária num objecto de estudo e investigação sociológica requer, mais do que a descrição de um arquipélago tão vasto de realidades um motivo conceptualizado através do qual não apenas as prisões possam ser melhor entendidas (e reveladas, para além dos segredos que escondem) mas também a sociedade que as produz possa ser interpretada e responsabilizada pelos usos que faz dessas instituições.

Por exemplo, a propósito da aplicação das lei dos pobres na Inglaterra de novecentos, Marx denunciava a repressão e o acantonamento dos sem abrigo e pedintes em casas de trabalho como uma forma de manter o exército proletário de reserva subordinado à disposição dos empregadores – que os podiam ir buscar a essas prisões para os “libertar” para o trabalho nas respectivas oficinas e fábricas. Os trabalhos forçados, neste sentido, funcionaram como formação profissional da época.

No fim do século XX Loïc Wacquant (2000) moderniza esta interpretação em função do encontro que tem com o gulag norte-americano, cf. Christie (2000) e Day (2001). Não há

memória de tão extenso encarceramento na história humana: 2,5 milhões de pessoas (sem direito a voto, a que há que juntar mais de 4 milhões sob vigilância judicial), em grande medida descendentes de antigos escravos africanos libertos das leis segregacionistas abolidas pelas lutas dos Direitos Civis nos anos sessenta, mas não das práticas a que correspondiam. Wacquant poderia ter-se interessado em descrever e interpretar os vícios de perversidade que levam a que uma parte importante destes reclusos seja sujeito a tortura, desde o corredor da morte até às celas brancas – sem referências visuais e com luz artificial permanente, de modo a tornar a orientação dos ritmos do corpo impossível – passando pelos isolamentos de dezenas de anos ou a prisão perpétua sem possibilidade de liberdade condicional, cujo desenvolvimento viria a ser revelado ao mundo pouco depois pela construção de Guatamo e pelo uso que as tropas norte-americanas fizeram de Abu Grahib no Iraque. Preferiu destacar a fortíssima divisão de classes que caracteriza a sociedade norte-americana, mais do que todas as sociedades ocidentais, e enfatizar a necessidade da organização de uma política de exclusão pela dominação, pelo uso da força, como reforço das políticas de exclusão económica de largas partes da população norte-americana empobrecidas e desvalidas. Ao ponto de ver no desenvolvimento do negócio das penitenciárias, em parte privatizado e lucrativo, uma característica central do progresso económico norte-americano pós-industrial. Enquanto as indústrias eram deslocalizadas sobretudo para a Ásia, a indústria interna mais próspera era a da privatização das prisões, como de resto o *outsourcing* das funções armadas do Estado, tornando a pouco e pouco indiscernível o que seja funções de policiamento e funções militares, autoridades privadas e autoridades públicas. O grande sucesso do trabalho de Wacquant não foi suficiente para fazer vingar a noção então avançada de estado penal para descrever a sociedade norte-americana.

Na mesma época fazia sucesso o trabalho de David Garland (2001), uma análise da cultura dos profissionais do sector prisional nos países anglófonos. Quando se pensa em prisões, a maior parte das vezes a nossa atenção e curiosidade fica fixada na estranha vida dos presos, como se eles estivessem a servir de cobaias a uma experiência sobre os limites da tolerância humana às restrições que lhes são impostas. Conhece-se a ideia de haver uma cultura penitenciária que pode ser observada nas prisões, ver por exemplo Kaminski (2004), cujas características são ao mesmo tempo universais – as discriminações e punições aplicadas pelos presos contra os presos acusados de violação sexual, a construção de grupos de auto-protecção formados em torno de relações de poder hierárquico manifestado de forma ritualizada por vezes brutal e frequentemente perversa, a estigmatização das comunicações e contactos com as autoridades penitenciárias – e específicas no espaço tempo em que são vividas – há épocas históricas em que os prisioneiros se assumem como simpatizantes da oposição ao poder estabelecido, noutras épocas o centro das referências culturais é o prestígio dos crimes mais violentos sobre os outros, noutras épocas são as relações de vizinhança que se tornam prevaletentes na construção das relações entre os reclusos, cf. Manuela Ivone Cunha (2002).

Garland vai olhar noutra direcção. A cultura dos técnicos que trabalham no sistema prisional, dado que a sua influência cresceu muito sobretudo depois da segunda grande guerra mundial, quando as políticas dos direitos humanos e a finalidade ressocializadora das penas de prisão foram levadas a sério e constituíram o principal motivo das reformas penitenciárias. A partir dos anos 80 as avaliações dos resultados dos esforços reformistas eram claras. Embora os investimentos em medidas e programas de ressocialização tivessem resultados práticos, eles



estavam longe de satisfazer seja os seus críticos seja os seus apoiantes. A reincidência criminal continuava alta e a prevenção parecia a todos mais eficaz e mais barata. Nos anos setenta estas conclusões tinham levado os apoiantes das reformas penitenciárias à conclusão de ser preferível substituir as penas de prisão por penas alternativas. Mas quem venceu a batalha foram os que não acreditavam nas reformas (*nothing works*) e concluíram daí tornar a finalidade da pena em algo de mais genuíno, viril, ainda que politicamente incorrecto: as prisões passaram a servir para reter e incapacitar os criminosos. As penitenciárias passaram a ter uma finalidade preventiva (de tratamento radicalizado de pessoas anti-sociais), cujo sucesso seria tanto maior quanto menos fossem as possibilidades de convívio social daqueles de quem as autoridades esperam riscos de mau comportamento.

Como nos livros aos quadrinhos do Pimentinha, a ficção tornou-se realidade: sociedades de gente afluenta recolhem-se a condomínios fechados onde não apenas a natureza seja expulsa mas também todos os sinais de animais e crianças, isto é onde tudo esteja sob controlo de gente alienada. Na verdade a realidade, como acontece frequentemente, superou a ficção, já que o condomínio fechado se torna a sociedade ela mesma, sendo recolhidos nos presídios a escumalha irrelevante, já que a globalização permite explorar a força de trabalho – cada vez mais produtiva – em qualquer parte do planeta. Ou como disse um dia um recluso ao ser liberto, “o pátio aqui é muito maior”!

Visto de fora, lá dentro

O que liga e religa aquilo que se passa nas prisões e aquilo que se passa fora delas?

Um meliante brasileiro um dia explicou, de uma forma que só no Brasil se explica, como as prisões podem ter os muros muito baixos, ao nível dos pouco centímetros. Qualquer passo simples pode saltar: depende da propina disponível para ajudar o vigilante a olhar para o lado. Para este assaltante de bancos a prisão era um efeito colateral da sua actividade profissional bem sucedida durante décadas, graças à protecção institucional de quem estava em posição de lucrar sem se arriscar. (Na Europa e no primeiro mundo, como é hoje mais conhecido, foi possível emagrecer as organizações criminosas ao ponto da administração de bancos e de governos poderem ser, ao mesmo tempo, administração das quadrilhas de ladrões, com evidentes poupanças e aumento de lucros. Este tipo de actividade, porém, está fora do âmbito do nosso trabalho).

O risco de ser perseguido e preso pela polícia e pelos tribunais é a diferença entre os operacionais e os criminosos de colarinho branco, como se usa dizer. A ligação entre as prisões e a vida social da mais alta sociedade é *top secret*. Do mesmo modo o uso dos tráficos de drogas para agilizar os negócios de armas – por exemplo, no caso muito conhecido do Irão-Contra –, ou dos canais de mobilidade clandestina criados para os migrantes, por onde se escoam tráfico de humanos, para além de drogas e armas não são considerados graves problemas de segurança mas sim histórias de maníacos da teoria da conspiração. Para além dos privilégios de protecção política dos negócios de armas, dos criminosos de colarinhos brancos, da gestão do crime dentro de instituições prestigiadas há que ter em conta o espaço aberto pela guerra para os negócios e tráficos ilícitos, como no Kosovo, no Iraque, no Afeganistão e em todas as guerras. Embora facilmente reconhecíveis, menos conhecidos são os fluxos de refugiados de guerra, oriundos da Somália, do Afeganistão, do Sudão a entrar na

Europa via Grécia. Sobretudo jovens à procura de uma oportunidade de vida depois da guerra lhes ter destruído a que tinham.

Os segredos sobre a preparação e as consequências das guerras e das lutas sociais são uma das funções principais para que o sistema penal contribuiu, nomeadamente ao prender sobretudo imigrantes, muitos mesmo antes de cometerem algum crime, Palidda e Brandariz Garcia (2010).

O sistema criminal cria uma população tampão, digamos assim, recrutada entre as pessoas mais isoladas e desvalidas socialmente, que serve de bode expiatório para todo o mal que possa atingir a sociedade, simbolicamente o roubo e o homicídio. Mais recentemente o tráfico de drogas ilícitas – o contrabando de drogas lícitas continua a ser um grande negócio mas sem a cobertura mediática de que goza o primeiro. Mais recentemente ainda a violência doméstica, incluindo o abuso sexual recentemente descoberto pelas sociedades ocidentais.

O tratamento casuístico do problema do crime imposto pelo funcionamento constitucional dos tribunais reduz a luz que qualquer julgamento possa fazer sobre o enquadramento sistémico social, económico e político dos crimes aos contornos inculpadores dos arguidos. Tudo o resto fica fora do âmbito de actuação da justiça e da verdade que ela determina sobre o funcionamento patológico das sociedades. As sociedades modernas separam os funcionamentos macro-sociais, cujas representações estão isentas de crimes, e os funcionamentos micro-sociais, susceptíveis de serem subvertidos por pequenos crimes causados por comportamentos disfuncionais e extraordinários, cf. Collins (2008). Ao moralismo de algumas das abordagens sociológicas sobre a delinquência e o crime, geralmente sustentadas na infalibilidade das decisões institucionais e, em particular, judiciais, contrapõe-se o realismo das análises das relações internacionais, em que os interesses e o poder de fogo são a maior parte das vezes calculados sem contar com avaliações morais.

Não é só a guerra que impõe às sociedades intensas campanhas de propaganda e contra-informação. Também o crime, desde que há comunicação social popular, a partir do final do século XIX, se impôs como centro de maciças campanhas de propaganda alegadamente educativa dos valores sociais mas, de facto, também estigmatizante de estratos populacionais alvejados politicamente, como os habitantes de bairros problemáticos ou os anarquistas apontados pela polícia, cuja classificação é, sem contraditório, difundida pelos meios de comunicação social.

E a eficácia de tais campanhas mede-se pelo constrangimento moral que impõem a declarações públicas contraditórias com as versões oficiais. Quem se atreva a pronunciá-las deve estar preparado para ser tratado como traidor à pátria (no caso da guerra) ou protector de criminosos e, portanto, potencial criminoso (no caso do crime).

Porém, do ponto de vista da produção de conhecimento e da necessidade de não nos deixarmos enredar nem pelas teorias da conspiração nem pelas versões oficiais, há que arriscar o atrevimento de construir hipóteses capazes de justificarem, por um lado, o fracasso das penitenciárias no cumprimento das promessas doutrinárias – de prevenção geral dos comportamentos anti-sociais através da conjugação da punição dos crimes e da ressocialização dos condenados – e, por outro lado, a sua persistência e até expansão a partir do momento

em que, nos anos setenta do século XX, tal fracasso se torna óbvio, evidente e inquestionável. A hipótese que nos orienta é a de o sistema criminal se constituir funcionalmente como a acção psicológica na guerra, cuja função principal é distinguir os amigos e aliados dos inimigos, incorporando de forma radical essa distinção nas pessoas sob sua jurisdição através da mobilização de sistemas bio-sociais inatos nos seres humanos.

Este olhar não é um olhar de criminoso condenado pela justiça – a maioria sente necessidade de pagar a factura judicial que lhe seja passada como contrapartida dos seus crimes, pois assim deixa de sentir culpa – mas antes um olhar distanciado, centrado na empatia que se pode sentir (sobretudo pelo Natal) para com os presidiários e respectivas famílias. Olhar que, por outro lado, não recua perante a defesa corporativo das forças de segurança e do Estado dos crimes cometidos em nome das instituições contra as pessoas e as sociedades.

#### Ciclos culturais da legitimação das penas

À inércia doutrinária sobre as finalidades das penas (castigar e ressocializar) correspondeu, na prática, uma transformação real do funcionamento das penitenciárias, em função das novas circunstâncias do final do século XX. A reforma penitenciária desenvolve-se agora num sentido diverso daquele perseguido anteriormente, nomeadamente a partir da segunda grande guerra e antes dos anos oitenta, cf. Young (1999). Não faria grande sentido o avanço das doutrinas neo-liberais e anti Estado Social e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de cuidados sociais aos detidos. Foi sobretudo nos países em que o neo-liberalismo mais depressa destruiu as conquistas sociais que mais uso deram às penitenciárias, com destaque para os EUA: tornou-se o país com maior número de presos alguma vez experimentado na Terra.

A contestação dos anos sessenta, à direita e à esquerda, da conciliação entre penas e ressocialização dividiu os caminhos de uns e outros sobre qual é o melhor método de prevenção criminal. Uns entendem ser mais seguro inibir a acção de todos os potenciais criminosos, incapacitando-os para a acção – esse é o sentido actualmente dominante de prevenção, não apenas relativamente à vida social mas também relativamente à vida internacional, de que Guantanamo e as prisões secretas são símbolo. Outros entendem ser a pacificação social no seu conjunto, na guerra e também no campo da acção criminal, aquilo que pode minorar a perversidade humana e melhor favorecerá a resiliência social a fenómenos os mais diversos, desde os efeitos maléficos de dependência de substâncias ou práticas viciantes até à violência doméstica e sexual, passando pela alienação pela comunicação social e pelo desporto.

Anteriormente, nas guerras, distinguiam-se os oficiais – com direitos de tratamento diferenciados e respeitados pelos inimigos e, ao mesmo tempo, parceiros de classe das pessoas a quem se entregavam – da carne para canhão de indiferenciados. Modernamente começou a denunciar-se a prisão dos prisioneiros políticos ou de consciência como crimes de Estados anti-democráticos. Logo se levantaram os que queriam distinguir os crimes de sangue – os praticados pelos operacionais – dos crimes de dissidência mental. O que não tem impedido os Estados actuais de estigmatizarem os anarquistas como anteriormente fizeram aos comunistas, colmatando assim a necessidade de apontar um inimigo público susceptível de legitimar a violência do Estado contra os dissidentes ou simples contestatários.

Os crimes políticos – no sentido de crimes de opinião ou de expressão – tornaram-se legais e a liberdade abriu neste aspecto grandes brechas actualmente visíveis na exposição pública impune de corpos nus ou de ideais radicais (por exemplo, símbolos anti-religiosos) a que o ocidente se habituou. Mais recentemente, porém, muitos sentem que os ares do tempo nos aproximam rapidamente da repressão política de outros tempos, nomeadamente quando os Estados ocidentais se vêem confrontando com o exemplo da Primavera Árabe a ser tomado pacificamente por multidões de classe média que pretendem tomar posições políticas. Começam a chegar às prisões, sim, ondas de manifestantes sem que se saiba exactamente porque estão presos, sobretudo quando as polícias adoptam práticas repressivas ilegítimas, mas com a coordenação superior.<sup>1</sup>

Vivem-se tempos de incerteza. Ou melhor, no Ocidente têm-se a certeza de não ser mais possível continuar a viver do modo que se tem vivido nos últimos 60 anos. E ninguém está com muita curiosidade para saber como se vai passar a viver, já que – de acordo com os valores actuais, centrados no consumo e numa alegada relação entre mérito social da acção profissional e rendimentos do trabalho – o futuro se apresenta irremediavelmente pior do que o presente. Tendo a experiência das transformações do direito penal nos últimos duzentos anos, há que esperar nos próximos anos uma nova adaptação do campo às novas circunstâncias sociais emergentes, cujos contornos nos escapam.

No imediato, o estado de guerra social interna e externa a que as sociedades ocidentais estão a chegar faz com que as previsões de maior uso das penitenciárias e do direito criminal pareçam realistas. A sobrelotação das cadeias é apenas um factor a ter em conta que não pode ser tido como impeditivo da tendência de abuso das penas. Basta atender aquilo que ocorre hoje em muitos países dependentes para se perceber quão longe é possível chegar na degradação humana. Depois do Holocausto e da guerra da ex-Jugoslávia qualquer pensamento sobre a superioridade moral dos europeus neste campo de comportamento deve ser posto de lado.

#### Referências clássicas

Para quem acredite nas potencialidades da mente para evitar o desenrolar descontrolado dos acontecimentos é altura de voltar aos clássicos e procurar na sua radicalidade intelectual inspiração para construir ideias susceptíveis de orientarem a acção. Em tempos de transformações profundas as descrições dos factos são insuficientes para compreender os fenómenos em mutação. São precisos conceitos penetrantes capazes de resistir às pressões conservadoras e preconceituosas, como aqueles avançados por Foucault ou Goffman. Não para os tomar como definitivos mas antes para os explorar como modo de compreender aquilo que nos é sistematicamente escondido.

---

<sup>1</sup> Nos EUA, pela primeira vez na história daquele país, a repressão contra os acampamentos que se estabeleceram nos parques centrais de dezenas de cidades foi organizada a nível federal. A brutalidade desnecessária – como gás pimenta atirado à queima-roupa para a cara dos manifestantes sentados no chão – não é novidade. Em Portugal o chefe da polícia chama actividade de investigação criminal às infiltrações de polícias em manifestações, com participação tão activa na linha da frente que houve polícias de farda que bateram nos seus colegas manifestantes, para, alegadamente, evitar a entrada de pessoas a quem a organização da manifestação não convidou.

Michel Foucault sugere ser a disciplina um conceito chave para compreender a penitenciária, como instituição moderna que é. Antes da emergência do capitalismo, a filosofia utilitarista, representada por Bentham, tinha sentido a necessidade de organizar formas de disciplinar os corpos dos camponeses assim estes quisessem tornar-se modernos. A ideia não era fazê-lo pela força – coisa que a burguesia abominava, no tempo em que eram os aristocratas que comandavam a violência institucional, cf. Hirschman (1997). Pelo contrário, sem uso da força a incorporação de novas práticas do corpo seriam mais eficazmente produzida se se usassem os métodos apropriados: nomeadamente o Panopticon, isto é uma vigilância permanente dos comportamentos daqueles a quem é preciso mudar. Uma coluna central poderia albergar o vigilante permanente, sem que este pudesse ser visto do exterior. Qual Big Brother mecânico. A toda a volta celas sem uma das paredes mostravam ao vigilante todos os detalhes da vida dos detidos. Através de um sistema de sanções seria possível informar os presos dos comportamentos inadequados a corrigir. Ao fim de algum tempo de observação poderia ser dado um parecer sobre a capacidade de adaptação do preso à sociedade disciplinada.

Para Foucault a disciplina não era um conceito descritivo do que fosse uma prisão. O inverso era verdadeiro, para ele. A disciplina, embora mais fácil e obviamente se nos é apresentada nas prisões, é uma característica das sociedades modernas, cujas muitas instituições – como as escolas e os quartéis, os conventos e as empresas, os hospitais e os asilos, etc. – militam à sua maneira para incorporar, sem violência, a disciplina voluntariamente aceite pelas pessoas, que fazem seus os comportamentos aprendidos e, de facto, impostos. Para Foucault a chave da transformação social libertária – ao mesmo tempo desejável e impraticável – estava na possibilidade de desinstitucionalização dos corpos e das mentes. Seriam as forças libertadas por tais processos suportáveis pela humanidade? Será a vida em sociedades tão densas como aquelas em que vivemos viável sem um controlo institucional? Que forças sociais seriam mobilizáveis para promover uma tal transformação?

Aquilo que era anteriormente a educação do povo feita ocasionalmente e à distância, através de punições públicas exemplares e espectaculares – como as fogueiras ou os desmembramentos – contra quem ameaçasse o poder aristocrático, tornou-se numa educação para todos intramuros, institucionalmente organizada como técnica social de extensão do poder ao próprio íntimo dos corpos rebeldes. Como dizem os profissionais das prisões, em última instância, quando todas as outras instituições falham proceder à incorporação de orientações legítimas para os comportamentos de cada um, nesse caso há recurso às penitenciárias. As penas físicas instantâneas e públicas foram substituídas por penas mentais institucionalizadas prolongadas no tempo.

Esta conceptualização tem a vantagem de referenciar a maior relevância nas sociedades moderna dos mecanismos de produção de segredos, nomeadamente a partir das fórmulas disciplinares (as divisões especializadas de muitas disciplinas e, dentro de cada uma delas, muitas subdisciplinas, seguindo o método de Descartes às últimas consequências) e do fechamento das instituições aos olhares externos. A sua necessidade decorre da expansão exponencial da produção e circulação de informação.

Tem a vantagem de equiparar as disciplinas do corpo e da mente num único processo de incorporação não violento sistematicamente organizado como tecnologias de poder sobre cada indivíduo e sobre as sociedades.

Não é realista no que à violência diz respeito, já que as penitenciárias continuam a ser, nunca deixaram de ser, campos privilegiados de altíssima violência não apenas simbólica ou psicológica mas directamente física, como o testemunha a Convenção da ONU contra a tortura activada pelos muitos Estados que a ratificaram. A incorporação do poder na sociedade através de instituições promotoras de tecnologias específicas e variadas – umas mais intelectuais, como as universidades, outras mais físicas, como as polícias e as prisões – faz-se ao mesmo tempo de um modo mental e corporal. As escolas não acolhem apenas as mentes dos estudantes. Durante anos a fio ensinam-lhes sobretudo, desde pequenos, a estarem quietos e atentos perante a autoridade de quem toma a palavra. Sem esse trabalho de treino antes de tudo físico, como seria possível desenvolver a atenção intelectual das pessoas escolarizadas? Do mesmo modo, as prisões ao manterem gente presa fazem actuar os mesmos mecanismos que espoletam a síndrome de Estocolmo, impondo aos condenados – em todo o caso à sua esmagadora maioria – não apenas o silêncio comprometido pela culpa de alegadamente terem cometido os crimes porque foram pronunciados mas sobretudo pelo mérito que reconhecem à instituição penitenciária como um castigo justo para os prisioneiros.<sup>2</sup>

Erwin Goffman avançou com dois conceitos marcantes, instituições totalitárias e sobretudo estigma. No primeiro caso o conceito serve para distinguir a especificidade de certas instituições completamente fechadas sobre alguns dos seus membros, os doentes, os presos, os membros de ordens religiosas fechadas, os asilados. Tais instituições, para além da sua missão específica de curar, punir, adorar, cuidar têm de assegurar a vida dos internados sem que estes possam abandonar o seu isolamento mais ou menos forçado ou voluntário. Esse facto deixa os internos dependentes de quem faça a mediação entre eles e o exterior, de quem dependem para sobreviver. Essa posição de intermediação oferece a quem a ocupa um poder invulgar sobre os internos, não só porque em certa medida a sua vida depende dos intermediários mas sobretudo porque os pequenos desejos quotidianos também dependem da boa vontade (ou da má vontade) dos intermediários.

Goffman descreve os grupos sociais divididos por este tipo de funcionamento de uma forma simples: os normais, não sujeitos a regimes de instituições totalitárias, e os anormais. Regista deste modo o impacto dos diferentes tipos de resultado de incorporações disciplinares diversificadas e concorrenciais versus monocromáticas e monopolizadas por uma única instituição. O autor nota que estas duas populações estão fisicamente separadas e incontactáveis entre si, dado o fechamento institucional mas também a aversão observável quando ocorrem encontros entre pessoas normais com pessoas anormais. As pessoas normais capazes de conviver com as pessoas anormais são um terceiro tipo de pessoas: as pessoas

---

<sup>2</sup> Uma atitude vulgar de alguns prisioneiros é o de se considerarem à parte e superiores aos seus companheiros. Eles merecedores da sua sorte, o próprio não. Noutros casos esperam cumprir a pena para pagarem à sociedade aquilo que incumpriram. Noutros casos consideram-se incapazes de merecerem serem seres humanos como os outros. Raros são os que contestam a moralidade e a legitimidade das práticas penitenciárias. E esses são perseguidos por serem “mal comportados”.

informadas, de acordo com a terminologia de Goffman. São aquelas que são capazes de entender os anormais e de os tratar como pessoas, apesar dos estigmas que os sinalizam.

Na verdade os informados são pessoas activistas sociais ao serviço de instituições específicas, de natureza religiosa, política ou cívica, que exploram as potencialidades desta incomunicação para seu proveito próprio ou da sua agenda política. Não são necessariamente pessoas generosas por natureza e mesmo quando o sejam dificilmente deixam de desenvolver algum interesse específico – não necessariamente perverso – que justifique a seus olhos tal investimento.

### O estigma

O conceito mais apropriado para enquadrar os fenómenos de incorporação é o estigma, entretanto tomado no seu significado mais superficial pela noção de etiqueta ou de etiquetagem. O estigma apresentado por Goffman tem sobretudo um sentido descritivo. É uma referência metafórica a uma marca ou sinal social de que certas pessoas são portadores (e outras não) que faz com que numa sociedade democrática, onde todos têm direitos iguais – por exemplo no usar do tipo de adereços que usam ou no frequentar nos lugares públicos que entendam frequentar – subsistam desigualdades formais e simbólicas, e não apenas económicas. Algo estará inscrito nas pessoas estigmatizadas que as torna diferentes das outras, embora não haja propriamente uma marca física visível, como eram os narizes, orelhas ou mãos cortadas aos condenados de tempos mais antigos. O que é esse algo? Como funciona?

No caso das pessoas de origem recente na África negra, a cor da pele substituiu o estigma físico com facilidade. Na prática as pessoas de pele mais escura têm mais probabilidades de ir parar à cadeia, incluindo também os ciganos ou norte africanos, embora muitos deles dificilmente se distingam do resto da população nos países do sul da Europa. Nos EUA são os hispânicos que acompanham os negros, embora à distância, a maior probabilidade de estar preso. Como dizia Annah Arendt, são resultados próprios da banalidade do mal, isto é da tradução administrativa e burocrática moderna dos preconceitos xenófobos, que faz com que quando vieram buscar os criminosos, os homossexuais, os comunistas, os judeus os cidadãos vulgares não se envolveram nem se sentiram atingidos por acharem que não era assunto deles. Tradução essa que continua a vigorar nos dias de hoje, como o provam a indiferença dos órgãos de comunicação social a greves de fome de 12 mil presos na Califórnia de Novembro de 2011 contra os abusos desumanos do sistema (de resto condenado formalmente pelo Supremo Tribunal de Justiça norte-americano)<sup>3</sup> ou a falta de notícias sobre a decisão do Senado norte-americano de autorizar as forças armadas a raptarem e sequestrarem cidadãos norte-americanos suspeitos, sem nenhum controlo judicial, mesmo quando os tribunais já se tenham pronunciado pela inocência das pessoas.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Cf. <http://criticalmassprogress.com/2011/11/16/ci-pelican-bay-is-not-enough-continuing-the-struggle-against-extreme-isolation-and-sensory-deprivation>

<sup>4</sup> Cf. <http://www.youtube.com/watch?v=u0ZoWSyXh-E&feature=share>

O estigma a que se refere Goffman não é apenas uma etiqueta ou um procedimento de etiquetagem, embora também seja isso. Não é só uma tecnologia de poder, como as penitenciárias, os tribunais, as penas, o policiamento, a comunicação social, com capacidade para marcar as pessoas através de publicidade (ou assassinatos de carácter), de cadastros criminais, de lacunas nos currículos vitae. É também o processo de construção do estranho dentro de cada pessoa estigmatizada: aquilo a que Philip Zimbardo (1997) chama o efeito do Diabo.<sup>5</sup>

Os presos, como os criminosos, são acantonados no mundo do crime não porque o mundo do crime ou as prisões sejam mundos à parte. Acontece que o policiamento da sociedade assegura uma distinção entre aqueles que são perseguidos pelo Estado (e passam automaticamente para o lado do crime assim são apresentados publicamente pela polícia, mesmo que estejam inocentes) e os que ainda não o foram (e disso se precavam afastando-se quanto podem dos que foram capturados). Neste jogo arbitrário só aos familiares das vítimas da perseguição do Estado ou os activistas dos direitos humanos dedicados a denunciar os abusos de autoridade ou aos filantropos dedicados a minorar os efeitos destrutivos do estigma – aqueles a que Goffman chama informados – é reconhecido o direito de intervenção, embora o risco de represália por parte do Estado aumente para quem assim proceda.

Aos perseguidos o Estado atribui a causa de todos os males do mundo, escondendo quanto pode os males maiores que são a exploração, a dominação, a mentira, a ganância, a destruição promovidas pelas classes dominantes. Males que, desse modo, nunca acabam e sempre reclamam mais penas para novos causadores de males. Males que transbordam, de facto, os poderes dos condenados, mas a que os tribunais dão o enquadramento necessário a produzir um caso singular e excepcional. As polícias, por sua vez, como fazem os grandes pastores com o seu gado, classificam de entre os grupos sociais quais sejam os mais frágeis e, por isso, mais susceptíveis de fornecer culpados credíveis, acossados o suficiente para se auto-denunciarem e auto-inculparem.

O estigma é socialmente produzido por processos de exclusão social promovidos pelos Estados e acolhidos pelas populações de alguma forma, nomeadamente através de culturas de exclusão. Concentrando sentimentos negativos, alguns dos elementos das populações excluídas traduzem em formas expeditas de sobreviver melhor a sua raiva e insubordinação mas, em contrapartida, expõem-se à manipulação policial. O papel da polícia é vigiar a mobilidade social ascendente – por exemplo dos que se organizam em grupos de intervenção cívica ou dos que são recrutados para negócios ilícitos. Uma vez identificados com certas práticas ilegais, os indivíduos já não podem abandonar a marginalidade, sem antes cumprirem penas (por denúncia do grupo desertado à polícia ou por reconhecimento directo desta última). O mundo do crime é fechado sobre si próprio em virtude das práticas policiais e das leis criminais, a quem apenas a traição delatora – nalguns países onde se reconhece o estatuto de arrependido – é uma estreita porta de saída (afinal tão desonrosa ou mais que a incriminação).

É a intensidade do policiamento que distingue as classes sociais mais baixas das outras. Nas classes mais altas a circulação entre o mundo do crime e o mundo dos negócios e da política é

---

<sup>5</sup> Cf. <http://www.lucifereffect.com>.



praticamente livre. E por isso é daí que se conduzem as operações criminosas, aliás como todas as outras.

O efeito diabólico produzido pelas situações prisionais e demonstrado por Zimbardo torna os seres humanos que não lhe podem escapar em seres humanos do pior que se conhece e, desse modo, ficam marcados para sempre nas suas vidas. Marcados como os traumatizados da guerra: incapazes de compreender, esconder, ultrapassar ou curar principalmente quando todos à sua volta se recusam a tomar conhecimento do que se passa e se afastam do risco de traumatização, isolando os estigmatizados. O mesmo fenómeno se passa com os doentes assinalados com doenças diabólicas, enquanto estas não são profanizadas. Hoje sabe-se como a hostilização social dos doentes reduz fortemente as suas probabilidades de enfrentar a doença. Do mesmo modo que se sabe como o encarceramento é o melhor prescriptor para novos encarceramentos. O desprezo da sociedade pelas pessoas vítimas dos processos de criminalização (quais bodes expiatórios) imaginando magicamente que esse seu alheamento melhora a qualidade da vida social é parte importante do fenómeno prisional.

De outro modo como se explicariam as taxas crescentes de encarceramento mesmo quando o número de crimes e a sua gravidade baixam? Ou como explicar não ser possível encontrar uma relação entre a ocorrências de crimes e os encarceramentos? Sim, a sociedade cria os seus criminosos – que cometem crimes de verdade – quando aposta magicamente na política de acantonamento dos criminosos no mundo do crime, localizado primeiro nos bairros populares mais fragilizados e depois nas penitenciárias. Tratar dos crimes sem constituir universidades do crime, nos bairros ou/e nas penitenciárias, seria uma política mais racional, mas tornaria as polícias menos manipuláveis pelos poderes políticos, ansiosos por as terem na mão quando é preciso enfrentar uma onda de sentimentos de insegurança (e proteger o lugar do político de serviço) ou a dissidência política de carácter popular (e organizar a repressão política).

## Bibliografia

Day, Susie e alt (2001) *O Gulag Americano*, Lisboa, Edições Dinossauro.

Christie, Nils (2000) *Crime Control as Industry - Towards Gulags, Western Style* (3rd edition), Routledge.

Collins, Randall (2008), *Violence: A Micro-sociological Theory*, Princeton, Princeton University Press.

Cunha, Manuela Ivone (2002) *Entre o Bairro e a Prisão: Tráficos e Trajectos*, Fim de Século.

Garland, David (2001) *The Culture of Control – Crime and Social Order in Contemporary Society*, Oxford, University Press.

Hirschman, Albert O. (1997) *As Paixões e os Interesses*, Lisboa, Bizâncio.

Kaminski, Marek M. (2004) *Games Prisoners Play - The Tragicomic Worlds of Polish Prison*, Princeton University Press.

Palidda, Salvatore e José Ángel Brandariz Garcia (dir.) (2010) *Criminalización racista de los migrantes en Europa*, Granada, Editorial Comares.

Wacquant, Loïc (2000) *As Prisões da Miséria*, Oeiras, Celta.

Young, Jock (1999) *The Exclusive Society*, London, Sage.

Zimbardo, Philip (2007) *The Lucifer Effect: understanding how good people turn evil*, Random House.

## Questionário

### 1. KANT DISTINGUE DOIS IMPERATIVOS (PROIBIR)

HIPOTÉTICO: É MELHOR (TECNICAMENTE, PARA ATINGIR A FINALIDADE DESEJADA) POR EXEMPLO RESSOCIALIZAÇÃO , SEGURANÇA

4, 5, 7, 9,

CATEGÓRICO: PRINCÍPIO MORAL SUJEITO A PENA CASO SEJA VIOLADO

2, 3, 6, 8,

1 e 10 são comparações entre Europeus e Outros

2. Avaliação sobre o que as pessoas dizem sobre as penas, a ressocialização e a responsabilidade do Estado, da economia e da sociedade

Princípios morais, valor do trabalho e confiança nas instituições

Evolução/afiliação, desenvolvimento/trajecto, posição/poder

### APLICAÇÃO DE PENAS

QUESTIONÁRIO N.º: ' \_\_\_\_ '

Bom dia/tarde/noite! Sou entrevistador de uma universidade de Lisboa, o **ISCTE**, e estamos a realizar um inquérito para saber o que se pensa da eficácia da *aplicação de penas* de prisão. Asseguramos que as suas respostas são confidenciais e serão tratadas em conjunto com as respostas dos outros inquiridos e nunca individualmente. Sem a sua colaboração para responder a este curto questionário o nosso trabalho será impossível. Obrigado.

Diga se concorda com as seguintes frases:

**(PARA RESPONDER FAÇA UMA BOLA NO NÚMERO QUE MELHOR CORRESPONDER À SUA VONTADE)**

1	Os europeus destacam-se dos outros povos pelo respeito pelos Direitos Humanos	Muito 1 2 3 4 5 Nada
2	Quem comete um crime deve ser punido	Muito 1 2 3 4 5 Nada
3	O Estado deve assumir todas as responsabilidades para empregar quem cometa crimes	Muito 1 2 3 4 5 Nada
4	Sem liberdade, o trabalho degrada o ser humano	Muito 1 2 3 4 5 Nada
5	O trabalho liberta os condenados	Muito 1 2 3 4 5 Nada
6	O Estado deve passar a admitir a entrada na função pública de pessoas com cadastro criminal	Muito 1 2 3 4 5 Nada
7	Ao Estado cabe estimular as empresas e a sociedade para receberem bem os ex-condenados	Muito 1 2 3 4 5 Nada
8	Havendo condições para isso, o trabalho livre dos condenados é preferível à prisão	Muito 1 2 3 4 5 Nada
9	Quem comete um crime deve ser tratado sempre como pessoa	Muito 1 2 3 4 5 Nada
10	Os europeus são demasiado brandos com os seus inimigos	Muito 1 2 3 4 5 Nada

À saída da prisão, em que é que se deveria apostar mais para reintegrar os ex-presidiários?

11	Ajuda do Estado	Muito 1 2 3 4 Nada
12	Ajuda de empresas e de associações	Muito 1 2 3 4 Nada
13	Entrada no mercado de trabalho	Muito 1 2 3 4 Nada
14	Família e amigos do condenado	Muito 1 2 3 4 Nada

19. SEXO:

MASCULINO.....1

FEMININO.....2

20. Idade? ' ' ANOS

21. Estado civil? ...' ' .....

- 1 – Casado(a)
  - 2 – União de facto
  - 3 – Solteiro (a)
  - 4 – Separado(a) ou divorciado(a)
  - 5 – Viúvo(a)

22. Qual é a sua condição perante o trabalho? **(REGISTAR APENAS UMA RESPOSTA)**

EXERCE UMA PROFISSÃO A TEMPO INTEIRO ..... 01

EXERCE UMA PROFISSÃO A TEMPO PARCIAL ..... 02

OCUPA-SE DAS TAREFAS DO LAR..... 03

ESTUDANTE (ATÉ AO ENSINO SUPERIOR)..... 04

ESTUDANTE (ENSINO SUPERIOR) ..... 05

REFORMADO(A) OU PRÉ-REFORMADO(A) ..... 06

INCAPACITADO(A) PERANTE O TRABALHO ..... 07

DESEMPREGADO(A) ..... 08

OUTRA SITUAÇÃO: ..... 98

23. Qual é/era a sua situação na profissão principal? **(REGISTAR APENAS UMA RESPOSTA)**

**(REFIRA-SE À PROFISSÃO ACTUAL OU À ÚLTIMA NO CASO DE NÃO EXERCER ACTUALMENTE UMA PROFISSÃO)**

**(NO CASO DE ESTUDANTES, MENCIONAR A PROFISSÃO DO PAI)**

PATRÃO (COM 10 OU MAIS EMPREGADOS)..... 1

PATRÃO (COM MENOS DE 10 EMPREGADOS)..... 2

TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA/ISOLADO/INDEPENDENTE ..... 3

TRABALHADOR POR CONTA DE OUTREM NO SECTOR PÚBLICO ..... 4

TRABALHADOR POR CONTA DE OUTREM NO SECTOR PRIVADO..... 5

NUNCA TRABALHO..... 6

OUTRA SITUAÇÃO: ..... 8

24. Qual é exactamente a sua ocupação ou actividade profissional principal?

**(REFIRA-SE À MESMA PROFISSÃO MENCIONADA NA RESPOSTA ANTERIOR)**

25. Indique qual é o nível de instrução mais elevado que concluiu? E qual o nível de instrução dos seus pais?

**PRÓPRIO** \_\_\_\_\_

**PAI** \_\_\_\_\_

**MÃE** \_\_\_\_\_

- 1 – NUNCA ESTUDOU OU DEIXOU DE ESTUDAR ANTES DOS 16 ANOS
  - 2 – DEIXOU DE ESTUDAR AOS 16 ANOS
  - 3 – DEIXOU DE ESTUDAR AOS 18 ANOS
  - 4 – COMPLETOU 11º OU 12º ANOS
  - 5 – TEM CURSO PROFISSIONAL/BACHARELATO
  - 6 – TEM LICENCIATURA

## Caracterização da amostra

Trata-se de uma amostra de conveniência de 1941 casos, composta por várias amostras recolhidas por estudantes do primeiro ano da licenciatura de sociologia do ISCTE-IUL, no primeiro semestre (final do ano civil) de 2010.

**local de recolha e dimensão das amostras**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid centro comercial	201	10,4	10,4	10,4
CTT	114	5,9	5,9	16,2
Metro	150	7,7	7,7	24,0
Bairro Sta Maria Olivais	149	7,7	7,7	31,6
estudantes univ	450	23,2	23,2	54,8
carris	154	7,9	7,9	62,8
emp telecomp	147	7,6	7,6	70,3
profs e outros licenciados	126	6,5	6,5	76,8
estudantes estrangeiros de portugueses	150	7,7	7,7	84,5
sindicalistas	151	7,8	7,8	92,3
empresa auto	149	7,7	7,7	100,0
Total	1941	100,0	100,0	

Os inquiridos tinham todos mais de 18 anos (apenas 1 tinha 17 anos).

**Idade**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid até 25	522	26,9	27,1	27,1
26 a 35	529	27,3	27,5	54,6
36 a 45	466	24,0	24,2	78,8
46 a 55	294	15,1	15,3	94,1
56 a 65	99	5,1	5,1	99,2
mais de 65	15	,8	,8	100,0
Total	1925	99,2	100,0	
Missing NR	16	,8		
Total	1941	100,0		

Foram inquiridos sobretudo solteiros, embora se juntarmos casados e pessoas a viver em união de facto obteremos um valor ligeiramente superior ao dos solteiros.

**estado civil**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	casado	715	36,8	37,1	37,1
	união de facto	201	10,4	10,4	47,5
	solteiro	851	43,8	44,1	91,6
	separado ou divorciado	132	6,8	6,8	98,5
	viúvo	29	1,5	1,5	100,0
	Total	1928	99,3	100,0	
Missing	99	13	,7		
Total		1941	100,0		

O número de mulheres e homens inquiridos foi muito equilibrado.

**sexo**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	masculino	953	49,1	49,3	49,3
	feminino	982	50,6	50,7	100,0
	Total	1935	99,7	100,0	
Missing	99	6	,3		
Total		1941	100,0		

Quase um quarto dos inquiridos tinha concluído uma licenciatura, mas a maioria, quase metade dos inquiridos, tinha o 11º ou o 12º ano completados.

**nível de instrução mais elevado que o próprio concluiu**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	nunca estudou ou deixou de estudar antes dos 16	52	2,7	2,8	2,8
	deixou de estudar aos 16	136	7,0	7,2	10,0
	deixou de estudar aos 18	153	7,9	8,1	18,2
	completou o 11º ou 12º anos	889	45,8	47,3	65,5
	tem curso profissional/ bacharelato	191	9,8	10,2	75,7
	tem licenciatura	457	23,5	24,3	100,0
	Total	1878	96,8	100,0	
Missing	99	63	3,2		

**nível de instrução mais elevado que o próprio concluiu**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	nunca estudou ou deixou de estudar antes dos 16	52	2,7	2,8	2,8
	deixou de estudar aos 16	136	7,0	7,2	10,0
	deixou de estudar aos 18	153	7,9	8,1	18,2
	completou o 11 <sup>º</sup> ou 12 <sup>º</sup> anos	889	45,8	47,3	65,5
	tem curso profissional/ bacharelato	191	9,8	10,2	75,7
	tem licenciatura	457	23,5	24,3	100,0
	Total	1878	96,8	100,0	
Missing	99	63	3,2		
Total		1941	100,0		

É uma amostra extremamente qualificada a nível escolar. Em 2009 apenas 11% da população com mais de 14 anos detinha um certificado de ensino superior em Portugal e 15% detinha um certificado de ensino secundário, segundo [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt), 2010-12-23.

## Análise de dados

O questionário oferece 10 perguntas sobre a realização de penas conforme actualmente são concebidas. Pergunta-se qual deve ser a intervenção do Estado, do trabalho e do direito na execução de penas. O problema de partida foi a contradição entre o aparente consenso social sobre o valor integrador do trabalho para a sociedade e para os indivíduos, a centralidade do Estado na tutela da execução de penas e a proibição em lei do Estado empregar pessoas com cadastro.<sup>6</sup>

Concorda ou discorda das seguintes frases:

### quem comete crime deve ser punido

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	muito	1220	62,9	63,2	63,2
	quase muito	331	17,1	17,2	80,4
	medio	207	10,7	10,7	91,1
	quase nada	99	5,1	5,1	96,2
	nada	73	3,8	3,8	100,0
	Total	1930	99,4	100,0	
Missing	99	11	,6		
Total		1941	100,0		

Relativamente às respostas da amostra de 2009 o padrão é semelhante, mas há um aumento de 10% da modalidade de respostas mais afirmativas e uma diminuição de 1,5% da modalidade de resposta mais negativa.

### Quem comete um crime deve ser tratado sempre como pessoa humana?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muito	226	41,4	41,5	41,5
	sim	143	26,2	26,2	67,7
	neutro	105	19,2	19,3	87,0
	não	41	7,5	7,5	94,5
	nada	30	5,5	5,5	100,0
	Total	545	99,8	100,0	
Missing	System	1	,2		
Total		546	100,0		

<sup>6</sup> Na verdade há instâncias públicas a empregar pessoas com cadastro. Apenas esse tipo de prática é raro e é realizado utilizando as relações precárias de emprego que caracterizam as novas formas de relações de trabalho, também no Estado.



Novamente o padrão geral das respostas é semelhante, com pequenos ajustamentos relativamente a 2009: além dos aumentos do número de respostas muito positivas (quase 7%) e do número de respostas muito negativas (1,5%) pode assinar-se a diminuição das respostas “não” (em 3%) e das respostas neutras (em quase 6%).

No quadro que apresenta as respostas cruzadas observa-se uma reafirmação do mesmo padrão já observado em 2009. As respostas afirmativas para ambas as perguntas recolhem 50,7% das respostas, contra 2,4 negativas, que compara 57,4% de inquiridos que responderam positivamente a ambas as perguntas e 4,4% que responderam negativamente às duas em 2009.

quem comete crime deve ser punido * Quem comete um crime deve ser tratada como pessoa								
			Quem comete um crime deve ser tratada como pessoa					Total
			muito	quase muito	medio	quase nada	nada	
quem comete crime deve ser punido	muito	Count	474	283	273	136	52	1218
		% of Total	24,6%	14,7%	14,2%	7,1%	2,7%	63,2%
	quase muito	Count	109	110	79	25	6	329
		% of Total	5,7%	5,7%	4,1%	1,3%	,3%	17,1%
	medio	Count	48	71	64	15	9	207
		% of Total	2,5%	3,7%	3,3%	,8%	,5%	10,7%
	quase nada	Count	16	12	53	14	4	99
		% of Total	,8%	,6%	2,8%	,7%	,2%	5,1%
	nada	Count	19	7	17	14	16	73
		% of Total	1,0%	,4%	,9%	,7%	,8%	3,8%
Total	Count	666	483	486	204	87	1926	
	% of Total	34,6%	25,1%	25,2%	10,6%	4,5%	100,0 %	

Os inquiridos que introduziram numa ou noutra destas perguntas sinais de falta de convicção (respostas média ou neutras) aumentaram de 38% em 2009 para 46% em 2010. Em resumo: a amostra e as novas circunstâncias em 2010 proporcionaram-nos mais respostas afirmativas mas também menos convicção.

Vem a propósito perguntar aos inquiridos qual esperam que seja o papel do Estado nestes casos? Deve o Estado assumir responsabilidades e gastar com isso recursos e atenção para cumprir as finalidades doutrinárias das penas? Deve intervir no sentido de minimizar os estigmas sociais?

No que diz respeito à primeira pergunta, o padrão de respostas mantém-se: 1/3 de respostas para cada hipótese: assumo a responsabilidade, não sabe responder, não

assuma a responsabilidade. Apenas com uma pequena transferência de 2% de respostas do espaço intermédio e neutro para o lado positivo, entre 2009 e 2010.

**O Estado deve assumir todas as responsabilidades para empregar quem cometa**

**crimes**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	muito	257	13,2	13,3	13,3
	quase muito	443	22,8	23,0	36,3
	medio	610	31,4	31,6	67,9
	quase nada	381	19,6	19,8	87,7
	nada	238	12,3	12,3	100,0
	Total	1929	99,4	100,0	
Missing	99	12	,6		
Total		1941	100,0		

A segunda pergunta foi formulada desta forma e teve as seguintes respostas:

**Ao Estado cabe estimular as empresas e a sociedade para receberem bem os ex-**

**condenados**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	muito	339	17,5	17,5	17,5
	quase muito	531	27,4	27,4	44,9
	medio	695	35,8	35,9	80,8
	quase nada	265	13,7	13,7	94,4
	nada	108	5,6	5,6	100,0
	Total	1938	99,8	100,0	
Missing	99	3	,2		
Total		1941	100,0		

Padrão de respostas semelhante ao obtido com a pergunta anterior, embora mais carregado em ambas as modalidades da resposta positiva e também na resposta neutra, em detrimento das duas modalidades de respostas negativas. Os inquiridos estão mais à vontade neste caso para reclamarem acção por parte do Estado. Até porque o tipo de acção em causa (“estimular as empresas”) é bem menos exigente do que a proposta na pergunta anterior (“todas as responsabilidades para empregar”). Este apuramento representa um recuo importante de respostas positivas relativamente aos resultados obtidos em 2009 (10% no “muito” de acordo e 5% no “sim”) e um aumento de 9% nas respostas neutras.

Com a leitura do quadro de cruzamento entre as respostas às duas perguntas nota-se a) a concentração de respostas nas opções neutrais; b) uma maior tendência para responder afirmativamente às duas perguntas ao mesmo tempo; c) uma menor tendência para responder negativamente às duas perguntas ao mesmo tempo.

**O Estado deve assumir todas as responsabilidades para empregar quem cometa crimes VS**

**Ao Estado cabe estimular as empresas e a sociedade para receberem bem os ex-condenados**

			Ao Estado cabe estimular as empresas e a sociedade para receberem bem os ex-condenados					Total	
			muito	quase muito	medio	quase nada	nada		
o Estado deve assumir todas as responsabilidades para empregar quem cometa crimes	muito	Count	90	62	62	28	15	257	
		% of Total	4,7%	3,2%	3,2%	1,5%	,8%	13,3%	
	quase muito	Count	79	148	172	38	6	443	
		% of Total	4,1%	7,7%	8,9%	2,0%	,3%	23,0%	
	medio	Count	87	190	250	70	12	609	
		% of Total	4,5%	9,9%	13%	3,6%	,6%	31,6%	
	quase nada	Count	52	83	136	79	29	379	
		% of Total	2,7%	4,3%	7,1%	4,1%	1,5%	19,7%	
	nada	Count	30	43	72	47	46	238	
		% of Total	1,6%	2,2%	3,7%	2,4%	2,4%	12,4%	
	Total		Count	338	526	692	262	108	1926
			% of Total	17,5%	27,3%	35,9%	13,6%	5,6%	100,0 %

Relativamente a 2009 nota-se a) um reforço das respostas neutras; b) um reforço das respostas ambas positivas (subida de 18% para 20%); c) um reforço das respostas ambas negativas (subida de 2,9% para 4,6%), o que significa uma polarização das respostas sistematicamente negativas e sistematicamente positivas.

O tema trabalho ocupou algumas das questões colocadas aos inquiridos. A tendência para concordar com a frase utilizada pelos nazis em Auschwitz é clara, embora 41% dos inquiridos tenha preferido a resposta neutral, que significa pouca convicção social sobre o sentido da pergunta e das respostas.

**O trabalho liberta os condenados**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	muito	256	13,2	13,3	13,3
	quase muito	443	22,8	23,0	36,4
	medio	791	40,8	41,2	77,5
	quase nada	262	13,5	13,6	91,2
	nada	170	8,8	8,8	100,0
	Total	1922	99,0	100,0	
Missing	99	19	1,0		
Total		1941	100,0		

Em comparação com os dados da amostra de 2009 não muda o essencial. O que há na amostra de 2010 é uma redução da convicção, isto é mais respostas neutrais e menos respostas positivas e negativas.

Bastante mais convicção têm os inquiridos da amostra quando concordam que sem liberdade, o trabalho degrada: só 21% preferem responder neutro e outros tantos responder negativamente.

**Sem liberdade, o trabalho degrada o ser humano**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	muito	732	37,7	37,9	37,9
	quase muito	400	20,6	20,7	58,6
	medio	408	21,0	21,1	79,7
	quase nada	234	12,1	12,1	91,8
	nada	158	8,1	8,2	100,0
	Total	1932	99,5	100,0	
Missing	99	9	,5		
Total		1941	100,0		

Os valores obtidos para 2010 são praticamente os mesmos que para 2009, embora ligeiramente mais fortes para as respostas negativas e um pouco menos fortes para as respostas positivas.

O quarto par de perguntas espalhadas entre as outras referia-se à moral associada à civilização ocidental. Concorda ou discorda das seguintes frases:

- a) a civilização ocidental é demasiado branda com os seus inimigos;
- b) a civilização ocidental destaca-se das outras pelo respeito pelos Direitos Humanos;

No primeiro caso regista-se uma forte incidência de respostas neutras e uma tendência mais forte para concordar do que para discordar. Em 2010, comparado com a amostra de 2009, há uma maior diferença a favor dos que concordam mas, ao mesmo tempo, uma menor opção por respostas neutras. Na prática tais diferenças não são importantes.

**Os europeus são demasiado brandos com os seus inimigos**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	muito	270	13,9	14,0	14,0
	quase muito	470	24,2	24,3	38,3
	medio	801	41,3	41,5	79,8
	quase nada	256	13,2	13,3	93,0
	nada	135	7,0	7,0	100,0
	Total	1932	99,5	100,0	
Missing	99	9	,5		
Total		1941	100,0		

No segundo o padrão de resposta é semelhante mas mais vincado a favor das respostas positivas, sobretudo à custa de uma maior convicção, isto é, de um menor número de respostas neutras, que ainda assim correspondem a 1/3 das respostas obtidas, portanto mais do que 1/5 que seria o valor se as respostas obtidas fossem aleatórias.

**Os europeus destacam-se dos outros povos pelo respeito pelos Direitos Humanos?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	muito	362	18,7	18,8	18,8
	quase muito	671	34,6	34,8	53,6
	medio	642	33,1	33,3	86,8
	quase nada	194	10,0	10,1	96,9
	nada	60	3,1	3,1	100,0
	Total	1929	99,4	100,0	
Missing	99	12	,6		
Total		1941	100,0		

Estas respostas são menos assertivas do que as obtidas na amostra de 2009, quando as respostas neutras foram menos 10% do que as de 2010 e esse volume se acumulou nas respostas que estavam muito seguras de estarem de acordo com a frase.

Por fim, a pergunta em torno da qual foi pensado este questionário: “o Estado deve passar a admitir a entrada na função pública de pessoas com cadastro criminal?” A resposta é negativa, embora com pouca convicção (35% de respostas neutras) e por pouca margem (32% de acordos para 34% de desacordos)

**O Estado deve passar a admitir a entrada na função pública**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	muito	191	9,8	9,9	9,9
	quase muito	420	21,6	21,7	31,6
	medio	669	34,5	34,6	66,2
	quase nada	337	17,4	17,4	83,6
	nada	317	16,3	16,4	100,0
	Total	1934	99,6	100,0	
Missing	99	7	,4		
Total		1941	100,0		

Estes valores são aproximados dos valores da amostra de 2009 embora ligeiramente mais favoráveis a quem possa estar de acordo com a frase, já que daquela vez apenas 28% responderam afirmativamente contra 35% respostas negativas.

Reformulando a frase de forma a não ficar clara a responsabilidade do Estado na empregabilidade dos ex-reclusos, ainda assim a oposição é forte, como se pode ver pelas respostas à pergunta seguinte:

**Havendo condições para isso, o trabalho livre dos condenados é preferível à prisão**

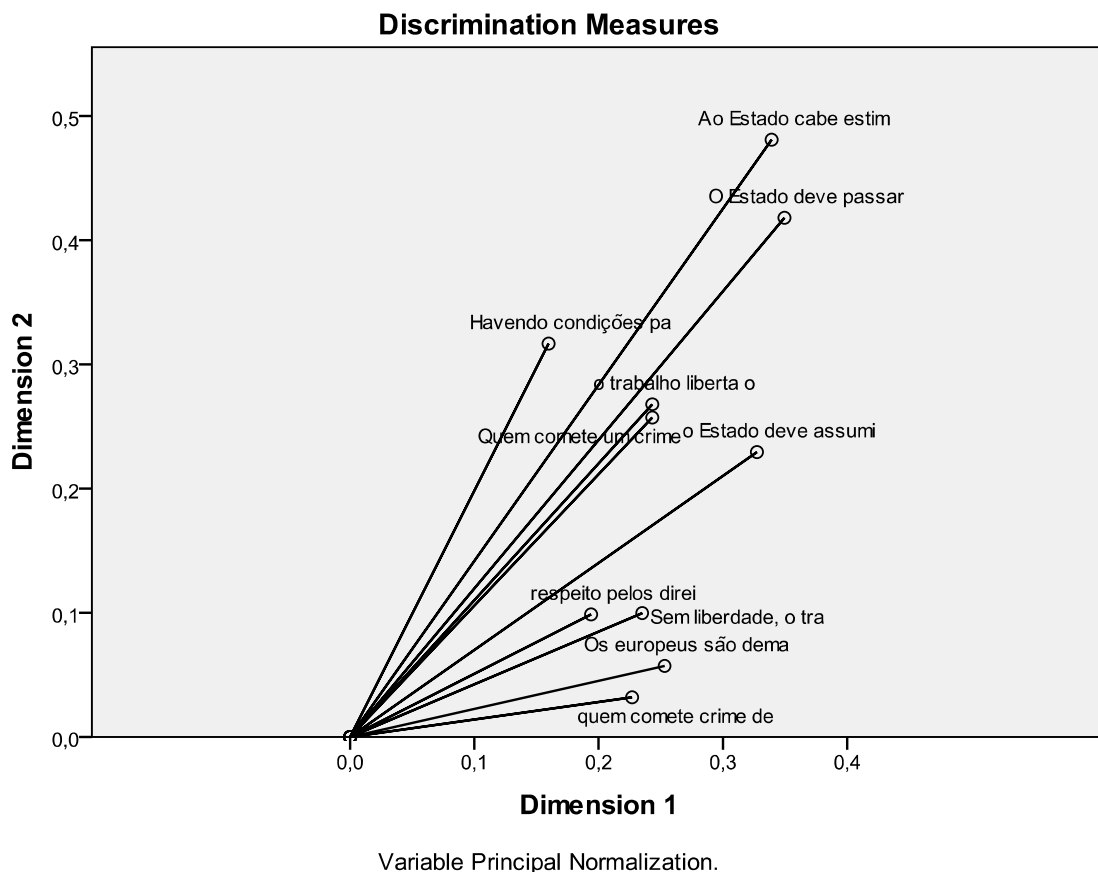
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	muito	423	21,8	21,9	21,9
	quase muito	417	21,5	21,6	43,4
	medio	560	28,9	28,9	72,4
	quase nada	323	16,6	16,7	89,0
	nada	212	10,9	11,0	100,0
	Total	1935	99,7	100,0	
Missing	99	6	,3		
Total		1941	100,0		

Mais de ¼ dos inquiridos não concordam e perante a possibilidade de trabalho livre preferem negá-la porque, presume-se, aos condenados cabem as penas de prisão e não outra situação que possa servir de atenuante. Neste caso há ainda 29% de respostas neutras, mas abaixo do número das respostas à pergunta anterior.

Há nesta amostra um retrocesso no acordo conseguido na amostra de 2009, já que houve um aumento de respostas neutras de 5% e sobretudo uma diminuição de 15% de respostas positivas e um aumento de 10% de respostas negativas.

### Apreciação de conjunto dos resultados obtidos

Uma análise das potencialidades comparadas de discriminação das diferentes perguntas apresenta este resultado:



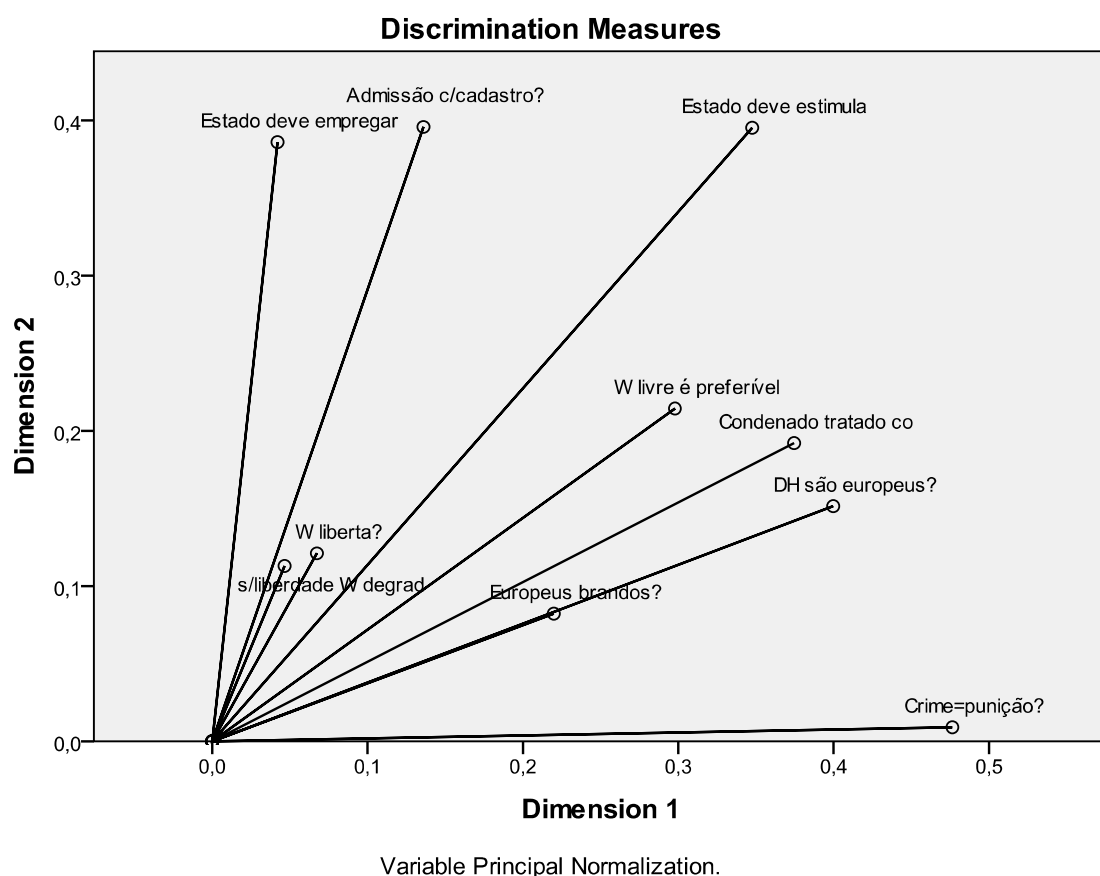
“Ao Estado cabe estimular as empresas e a sociedade para receberem bem os ex-condenados” e “O Estado deve passar a admitir a entrada na função pública de pessoas com cadastro criminal” são as duas perguntas que mais discriminam. Acontece que essa discriminação é a mais forte em ambos os dois eixos principais.

Em segunda linha aparece a frase “O Estado deve assumir todas as responsabilidades para empregar quem cometa crimes” mais associada à primeira dimensão de discriminação e a frase “Havendo condições para isso, o trabalho livre dos condenados é preferível à prisão” mais associada à segunda dimensão de discriminação.

Também em segunda linha, mas novamente igualmente influente em cada uma das duas principais dimensões de discriminação, aparecem as frases “O trabalho liberta os condenados” e “Quem comete um crime deve ser tratado sempre como pessoa”.

As quatro perguntas menos discriminantes acumulam as respectivas influências no sentido de valorizarem a primeira dimensão: por ordem decrescente de influência no factor 1, aparecem as frases “Os europeus são demasiado brandos com os seus inimigos”, “Sem liberdade, o trabalho degrada o ser humano”, “Quem comete um crime deve ser punido” e “Os europeus destacam-se dos outros povos pelo respeito pelos Direitos Humanos”.

A amostra recolhida em 2010 é menos discriminante do que a recolhida em 2009. Há traços semelhantes, mas a mais amostra recente distingue-se sobretudo pela predominância das perguntas que envolvem posições sobre o Estado tanto na dimensão dois (o que já ocorria na amostra de 2009) como na dimensão um (que em 2009 estava sobretudo influenciada por valores sociais). Em 2010 ocorre como que uma homogeneização da influência das posições dos inquiridos em função das respectivas posições face ao Estado



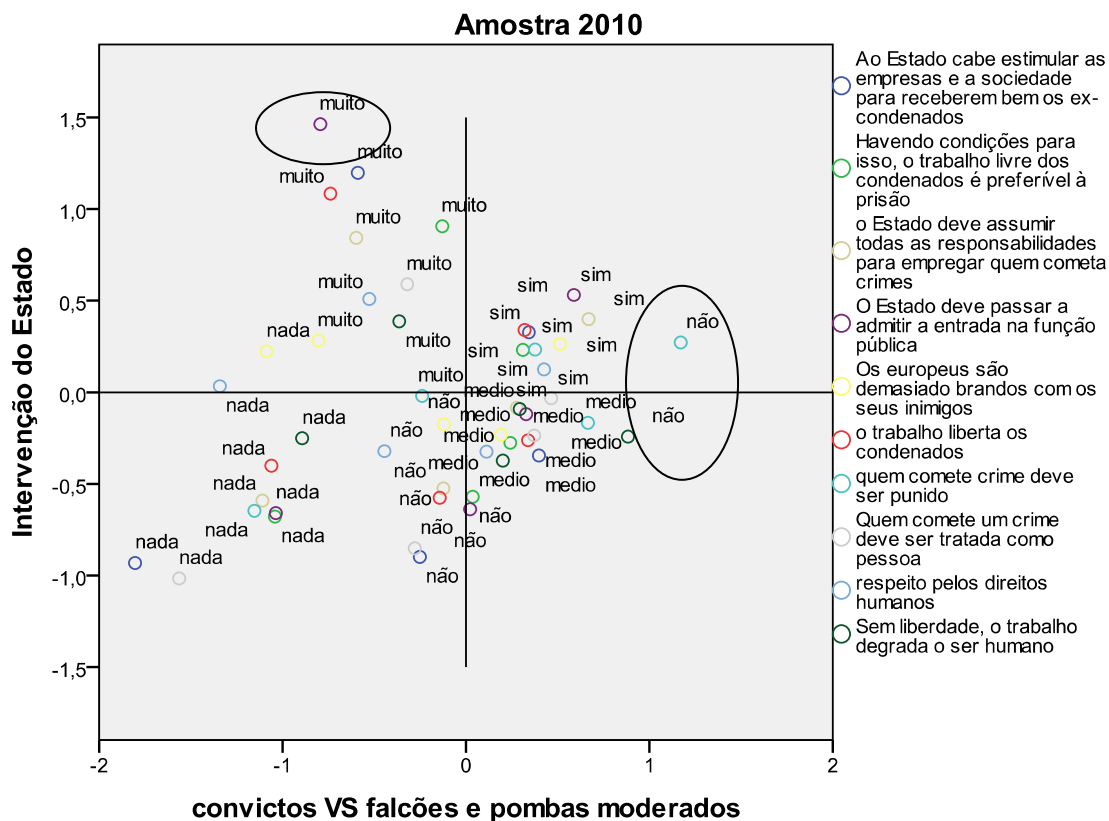
A dimensão um, que em 2009 foi descrita como a oposição entre o consenso social e as posições excêntricas dos que entendiam negar com veemência frases de aparente bom senso como “Quem comete um crime deve ser punido” e “Quem comete um crime deve ser tratado sempre como pessoa”.

Na amostra de 2010 a mesma dimensão um é arquitectada com base na oposição entre o consenso social assinalado pela acumulação de modalidades de respostas nos diferentes quadrantes (como se as perguntas não tivessem conteúdos distintos e a forma, mais positiva ou mais negativa, fosse mais importante para os inquiridos) e a distorção, digamos assim, que ocorre mais próximo da origem dos eixos em que (novamente) as duas perguntas que se



destacaram em 2009 se destacam também desta vez ao aparecerem representadas através dos “não” nos territórios dos “sim” e dos “médio”, isto é das respostas neutras.

A primeira dimensão de análise, a que mais explica as diferenças entre os inquiridos, separa de um lado os que concordam sem reservas com as frases propostas juntamente com os que discordam também sem reservas das mesmas frases e, do outro lado, os que concordam com reservas ou os que preferiram não optar por nenhum lado, juntamente com aqueles que discordam com reservas das frases que tratam de saber como se deve lidar com os criminosos: deve-se puni-los? Deve-se tratá-los como pessoas? Não!



Variable Principal Normalization.

Estes resultados abrem espaço a uma crítica da maneira como foram formuladas as perguntas. Quase todas elas são tendencialmente consensuais. Na verdade, à partida, a frase mais controversa é a que é o centro das nossas atenções: “O Estado deve passar a admitir a entrada na função pública de pessoas com cadastro criminal”. Mesmo a frase inspirada numa referência nazi “O trabalho liberta os condenados” não foi reconhecida pelos inquiridos como repugnante. A discriminação torna-se assim menos evidente. Claro que a opção de admitir uma resposta neutra ou intermédia potenciou, em vez de evitar, as respostas evasivas.

A observação das respostas verifica efectivamente uma tendência forte para se acumularem respostas afirmativas: só num caso as respostas afirmativas são abaixo de 1/3 das respostas (precisamente “O Estado deve passar a admitir a entrada na função pública de pessoas com cadastro criminal”). Para 40% das perguntas as respostas afirmativas são mais de ½ das respostas. E essa tendência aparece espelhada na dimensão dois da análise, que separa as respostas afirmativas das respostas negativas, sobretudo nos casos em que está em causa a intervenção do Estado nas tarefas de ressocialização social.

Surpresa é a tendência, confirmada também na amostra de 2010, embora de outra maneira e com menos intensidade, de polarização em torno de questões que pareciam à partidas das mais consensuais: não se deve punir os criminosos? Não se deve tratá-los como pessoas?

Reapreciando as formulações das perguntas do questionário pode colocar-se a hipótese de a palavra crime poder ter um forte efeito de repugnância nos inquiridos, de modo a provocar-lhes uma atitude de antagonismo que depois de espelha nas respostas e na análise multivariada.

A aceitação de uma tal interpretação implicaria uma reavaliação do valor relativo das respostas a outras duas perguntas em que também aparece a referência ao crime, a saber: “O Estado deve passar a admitir a entrada na função pública de pessoas com cadastro criminal” e “O Estado deve assumir todas as responsabilidades para empregar quem cometa crimes”. Se o fizermos notaremos como precisamente se nota um incondicional apoio à primeira frase (e frase chave da nossa pesquisa) que se destaca na análise multivariada como caracterizadora da atitude mais fortemente positiva por parte do Estado, sem, por outro lado, corresponder a uma oposição especialmente forte daqueles que preferem escolher “nada” como resposta típica.

## O trabalho liberta? Qual é a natureza social da humanidade?

A liberdade e a igualdade são referências a valores perseguidos pela humanidade tanto pela positiva como pela negativa. Tanto ou mais que o conteúdo doutrinário, ambos os termos referem-se a horizontes idealizados que jamais se concretizam plenamente, embora sejam objecto de avaliações de satisfação relativa. Uma liberdade absoluta desorienta e torna-se um factor de incómodo para quem assim se sintá sozinho. A igualdade absoluta é afinal opressiva. Há, todavia, estados de liberdade e de igualdade que são vividos com normalidade ou até euforia, quando a nova situação contrasta com outra mais opressiva vivida em tempo imediatamente anterior.

O excesso de liberdade – como o excesso de igualdade – é também uma situação a evitar, sem que seja claro onde traçar os limites entre a reivindicação e a prudência reactiva perante os excessos.

"Arbeit macht frei" (o trabalho liberta) inscrito à porta do mais famoso campo de concentração nazi é um excesso ou é uma aspiração? Quisemos saber o que pensam os nossos entrevistados em Lisboa sobre isso. Praticamente um terço respondeu sem tomar posição. Mais de metade registaram o seu acordo à frase "O trabalho liberta os condenados" e um sexto preferiu não concordar com a frase. (A estes resultados de uma amostra de conveniência produzida em 2009 podemos confrontar uma outra amostra em 2010: 41% não responderam, mais de 1/3 dos inquiridos (36%) concordaram com a frase e quase ¼ (23%) discordaram).

Naturalmente não se pode daqui deduzir serem os nossos entrevistados simpatizantes do nazismo. Primeiro porque o curto questionário a que responderam em que se pedia a cada um para se posicionar numa escala de cinco pontos entre "muito" e "nada", o primeiro tipo de resposta ("muito") surgia primeiro e, talvez por isso, em quase todas as questões os inquiridos preferiram "muito" a "nada". Segundo porque a disciplina nas sociedades modernas se democratizou em torno do "valor" trabalho, fonte de dignificação e respeitabilidade social. Terceiro porque o sacrifício (do trabalho e das penas) conforme as determinações superiores (dos patrões, do Estado, dos tribunais) é uma experiência quotidiana estimulada em alguma medida por sentimentos de vingança – referimo-nos à atractividade da figura dos trabalhos forçados, cuja prática caiu em desuso por via da desordem que provocavam na vida prisional (cf. Webster 1997) e pela imoralidade que se verificou ser o trabalho de pessoas não livres, actualmente recalcada na repugnância social sentida quando se menciona a escravatura e, ao mesmo tempo, escamoteada noutras situações (trabalho infantil, exploração dos imigrantes, não pagamento do trabalho de reprodução social quando as pessoas estão a cargo dos beneficiários, horas extraordinárias não pagas, muitas das formas de trabalho precário, escravatura propriamente dita, que continua a ocorrer sobretudo no caso das mulheres e crianças, em especial incluindo actividades sexuais não consentidas, etc.).

Esta proximidade entre o regime penitenciário e o regime da fábrica – na verdade entre todos os regimes de socialização institucionalizada – levou Michel Foucault a definir o regime disciplinar como uma característica da vida moderna, efectivamente muito activa na construção de instituições como forma de enquadramento de todo o género de actividades – educação, cuidados de saúde, mercados, assistência social, organização política, etc. a

penitenciárias seriam, segundo o autor, uma forma ao mesmo tempo particular – própria para condenados – e geral, como tecnologia de poder. Como promoção da igualdade (entre os condenados) e da liberdade (dos não condenados) segundo uma tecnologia específica em que os últimos são comparados a Deus e os primeiros aos diabretes, segundo a filosofia utilitarista desenvolvida por Bentham. Uma tal filosofia resolvia os limites da liberdade e da igualdade de um modo liberal e radical.

A liberdade seria o valor mais promovido por esta filosofia, não tanto de um modo positivo mas sobretudo de um modo negativo. Liberdade seria a possibilidade de auto-determinação daqueles que não estivessem condenados e, por isso, os limites dessa liberdade eram os da própria condenação e da mudança de condição do cidadão em penado. A igualdade no constrangimento seria a pena sofrida, no sentido em que um osso partido precisa de talas para se manter no sítio.

Na prática trata-se do próprio inferno. Esse passaria a ser o segredo da justiça criminal, pois permitiria satisfazer os sentimentos de vingança, que frequentemente acompanham as pessoas e as sociedades confrontadas com os crimes, e, ao mesmo tempo, negar os maus tratos que qualquer inferno implica, ainda que não haja violência directa envolvida (e a prática mostra que sempre há violência e extrema violência directa envolvida).

Esse segredo foi desenvolvido não apenas pelo sistema prisional – o que não seria viável caso houvesse sistemas de inspecção suficientemente livres do secretismo capazes de denunciar as misérias que se passam em cada prisão, tornando inviável a sua persistência como instituição – mas também como fundamento epistemológico dos saberes, sobretudo das ciências sociais, encarregues de escrutinar as instituições por dentro. A divisão de trabalho entre as ciências sociais permite à antropologia experimentar a sensação de estar preso – de ser igual na falta de liberdade, durante o tempo de um programa de observação participante, por exemplo – sem de facto desconfiar sequer da natureza fundacional da disciplina (ao mesmo tempo física e mental) para articular as desigualdades sociais perenes em sociedades que proclamam o valor da igualdade como cultura de civilização, em particular no quadro dos sistemas jurídicos em vigor.

Centrada nas diferenças culturais locais, a antropologia distingue-se da sociologia, mais propícia a notar estatisticamente como são os grupos sociais mais desvalidos os que são seleccionados para fornecerem prisioneiros. As desigualdades sociais agravadas pelo sistema prisional são interpretadas, a maioria das vezes, como uma forma institucional de contenção da violência originada pela vontade de promoção social dos pobres, cf. o artigo clássico de Robert Merton (1970). Não se é capaz de encarar o facto de o sistema penal ser, como o é, uma forma de separar de maneira administrativa o mundo do crime (controlado pelos bandidos e pelas polícias) do mundo dos mercados livres, ou o mercado negro do mercado directamente administrado pelo Estado. O mundo em que o poder é exercido sem referência aos valores modernos (a liberdade e a igualdade) é produzido, promovido e sequestrado por um sistema institucional particular cuja função é seleccionar de entre as práticas sociais aquelas que não são legítimas e justificam a perseguição administrativa e policial (os crimes de colarinhos azuis) e as práticas fora da lei que são toleráveis e não implicam uma redução do estatuto social dos seus autores (os crimes de colarinho branco).

Os presos, tomados como criminosos, aliás os únicos a quem “objectivamente” a psicologia entende, “eticamente”, poder considerar criminosos (porque ter como respaldo as decisões judiciais competentes) são alvo de testes e experiências sobre como é ser perverso. Testes esses que apenas se aplicam a quem os tribunais condenam à estigmatização oficial. Apesar de serem conhecidos erros judiciais, inclusivamente erros judiciais que determinam penas de morte a pessoas inocentes, e de os tribunais se escusarem quanto podem para reconhecerem os seus erros e oferecerem às suas vítimas a liberdade imediata e incondicional, a ciência acriticamente toma as decisões judiciais falíveis como verdades inquestionáveis, divinas.

As visitas de altas autoridades às prisões para se fingir que há vontade política de garantir os valores da liberdade e da igualdade em sociedade são, ao mesmo tempo, um sinal de desconfiança dos méritos das múltiplas instâncias de inspecção a que as prisões estão sujeitas e a hipócrita afirmação de que no essencial tudo se continua a passar como o previsto. Para aqueles que encaram a prisão como um sistema institucional de vingança social pensam que os altos dignatários confirmaram a persistência das condições de pena suficientemente duras para serem uma punição pelos crimes cometidos. Para os que encaram a filantropia como uma forma adequada para encarar os factos acriticamente, a preocupação manifestada pelas autoridades para que os tratamentos se mantenham “humanos” é satisfatória. Todos ficam mais descansados, mantendo tudo na mesma. Isto é, a justiça como um sinónimo de punição pessoal e a desigualdade social como um facto da vida. Ou como dizem alguns, a justiça (leia-se castigo) funciona para os pobres mas não funciona para os ricos.

Ora, por nunca ter sido de outra maneira é que a disciplina moderna, o fechamento da vida social em instituições especializadas e também as epistemologias separadas entre si, de acordo com as modernas disciplinas académicas, a disciplina moderna, dizíamos, possibilita a convivência dos membros das diferentes classes sociais num espaço imaginado igual e livre para todos: o espaço urbano. A disciplina pressupõe a desistência de uns e outros de trabalharem para uma realização mais eficaz e eficiente dos princípios modernos, em que a desigualdade social deixe de ser admissível. Precisamente porque lutar por isso corre o risco de dar a perder aquilo que se conquistou aos antigos regimes tradicionais.

Daí a equiparação da dissidência política à criminalidade. Daí a nova estratégia de criminalização adoptada pelo neo-liberalismo, a par de novas disciplinas próprias da era da informação. Do mesmo modo que a internet inundou o mundo de informação, tornando-se virtualmente impossível durante algumas décadas de dar sentido a tal avalanche, assim também a tática do proibicionismo de drogas ilícitas permitiu aumentar a importância do mundo do crime, dos controlos das fronteiras entre esse mundo e o mundo livre, aumentar os muros que dividiam as diferentes partes do mundo, do Sul para o Norte e também entre as diferentes áreas das metrópoles, remetendo para o mundo do crime as reivindicações modernistas dos trabalhadores e dos cidadãos.

Na Colômbia faz-se a guerra contra a cocaína e no Afeganistão reconstrói-se o pólo dominante de fornecimento de heroína, conforme os interesses estratégicos dominantes. Do mesmo modo a polícia anti-terrorista desenvolvida para travar as ameaças de civilizações estranhas é utilizada para se infiltrar e provocar violência em manifestações pacíficas dos indignados.

O regime disciplinar moderno só pode ser compreendido se se deixar de separar as instituições e as suas práticas da natureza social que caracteriza não apenas o ocidente mas toda a humanidade. Foucault falava sobre o controlo dos corpos e das mentes por parte dos poderosos e dos intelectuais, pela força directa mas também pela incorporação promovida pela educação, incluindo nessa noção a violência simbólica. A prisão faz um controlo directo dos corpos dos que nela vivem. Mas o estigma a que tais gentes ficam ligadas não é uma violência directa. Nem por isso é menos importante, nomeadamente na altura de mostrar um currículo a um empregador ou a um parceiro de negócio. A condenação não acaba jamais com o fim da pena, como provam as taxas de reincidência e o escondem as vidas desconhecidas e escamoteadas dos ex-presidiários.

Este silêncio das próprias vítimas – como poderá um preso injustamente condenado algum dia reclamar a sua inocência, mesmo após cumprimento de pena? – só é possível pela natureza mais profunda e provavelmente imutável da sociabilidade humana, da nossa natureza social. Tal como mostram os casos de síndrome de Estocolmo ou da experiência de Milgram, o espírito de submissão, tão útil e eficaz nas práticas de cooperação, torna-se ridicularizável e estúpido. A instituição prisional mobiliza a natureza social humana – cujo funcionamento ainda está por esclarecer pela ciência – para tornar os presos, quase todos os presos, cúmplices dos seus sequestradores, os guardas, os directores de cadeia e o Estado. E para tornar os sequestradores autorizados em torturadores auto-legitimados e sempre prontos a desculparem-se e descartar responsabilidades. A prisão, descobriu Zimbardo (2007), é a realização do inferno, em que uns vivem o síndrome de Estocolmo e outros se tornam torturadores por encomenda (ou até satisfação pessoal).

Foucault, Michel (1975) *Surveiller et punir : naissance de la prison*, Paris, Gallimard.

Merton, Robert K. (1970), "Estrutura social e Anomia" in *Sociologia - Teoria e Estrutura*, São Paulo, Mestre Jou, pp. 203-233.

Webster, Cheryl Marie (1997) *O dever de trabalho do recluso e a sua ressocialização: uma coexistência impossível?*, Lisboa, tese de mestrado ISCTE.

Zimbardo, Philip (2007) *The Lucifer Effect: understanding how good people turn evil*, Random House.

## Direito de informação - Diálogo no ciberespaço

**De:** João Freire [mailto:joao.freire@mail.telepac.pt]

**Enviada:** sexta-feira, 24 de Dezembro de 2010 19:15

Vejam esta última no blogue: [www.aideialivre.blogspot.com](http://www.aideialivre.blogspot.com) :

### A WikiLeaks perturba os sistemas e divide opiniões

Há tempos, foi a revelação de uns milhares de relatórios militares classificados do “Pentágono” acerca das actuais guerras no Médio-Oriente. Depois, outros milhares de mensagens reservadas da diplomacia norte-americana. Assim se criou a expectativa de ver quais as próximas novidades escondidas que estes arautos do “jornalismo científico” irão pôr a descoberto, para desespero de alguns grandes poderes mundiais.

E a controvérsia está estabelecida, a nível planetário. Entre nós, todos estão já a tomar posições, face ao embrulho de questões que isto levanta. Entre os mais independentes e avisados comentadores – por exemplo, Pacheco Pereira, Sousa Tavares, José Cutileiro, Miguel Monjardino, Gustavo Cardoso ou Miguel Gaspar – parece predominar a cautela e o receio da “caixa de Pandora”, mais do que o elogio da liberdade de expressão e da “transparência”.

Também é essa a minha reacção. Mas as questões são fundas e contraditórias, imprevisíveis mesmo, quanto às consequências futuras.

Uma primeira questão remete para a insólita proeza de um punhado de jornalistas-detectives-tipo-Robin-dos-Bosques ser capaz “furar” sistemas de segurança que se suporiam dos mais sofisticados, não para obter um ou meia-dúzia de documentos classificados, mas para sacar milhares deles!? Será apenas o acaso de um jovem soldado indiscreto que se cruzou com o senhor Assange, ou uma “garganta funda” que sempre pode aparecer nos corredores do poder? Isto, nem nos ‘anais de ouro’ da espionagem internacional alguma vez deve ter sido contado! Mas, se o objectivo era introduzir alguma visibilidade e transparência na gestão dos grandes poderes, pode prever-se que a reacção destes vai ser a de se blindarem ainda mais contra novas aventuras deste tipo.

O segundo tipo de questões remete para o conteúdo mais espalhafatoso do que tem sido revelado pela imprensa. No caso das guerras, é mais que sabido que o segredo militar não serve só para proteger “os nossos rapazes” das manobras do inimigo, mas igualmente para furtar a este o conhecimento de “podres” e das fraquezas próprias, e para tentar manter tão elevado quanto possível o moral das NT e das populações de onde elas provêm. Já na esfera da diplomacia se está perante a evidência da dupla linguagem inerente a estes negócios de estado: cortês e habilidosa na forma protocolar; por vezes, acutilante e sem meneios, no relatório lacrado. Mas é claro que, durante algum tempo, os actores ressentir-se-ão da devassa, tal como a seguir ao “*por que no te callas*”. Em todo o caso, releva de alguma hipocrisia pública o escandalizar-se com o teor destes discursos privados quando, de facto, a intimidade ou o segredo servem para isso mesmo: para dizer o que não se pode (deve) dizer em público. É certo que é desejável limitar convenientemente esta reserva do poder, para que os seus titulares de ocasião dela se não aproveitem para fins ilícitos ou não excedam o necessário: os governantes e poderosos não são anjos; são homens mais bem informados mas

com os defeitos de qualquer de nós e muito mais oportunidades para prevaricar. Mas parece de um infantilismo anarquizante pensar que esses ‘grandes segredos’ devessem vir todos para o meio da rua.

E como os Assange não são crianças nem anarquistas, logo se põe a terceira questão, que abarca: os critérios de selecção dos materiais acedidos e que vão sendo divulgados; as escolhas dos momentos de divulgação e os seus destinatários preferenciais; os governos (ou empresas multinacionais ou outras pessoas ou instituições mundialmente conhecidas) que são alvo deste ‘jornalismo’ e quais os que saem branqueados, pelo silêncio; e, finalmente, a pergunta sobre que ‘máquina’ tão segura é esta que consegue trabalhar internacionalmente (possuindo um número de colaboradores decerto elevado) com um grau de segurança tal que, aparentemente, consegue manter-se imune às reacções dos serviços especializados dos estados tecnologicamente mais poderosos do planeta?

Por tudo isto, colocar os problemas levantados pela *WikiLeaks* como se fosse apenas um combate entre a liberdade (do uso da *Internet* e do direito à informação) e as obscuras manobras do poder político-económico (sobretudo o norte-americano, para não variar...), como tantos opinadores afirmam nas páginas dos jornais e no ciberespeço, seria de uma ingenuidade impossível de reconhecer em quem tem argumentos e capacidades técnicas para formular semelhantes discursos.

JF / 24.Dez.2010

**De:** António Pedro Dorés [mailto:Antonio.Dores@iscte.pt]

**Enviada:** sábado, 25 de Dezembro de 2010 12:57

**Para:** 'João Freire'

**Assunto:** RE: blog

Olá João,

Toda a ponderação do mundo por ti apresentada não deixa de pôr em cima da mesa a hipótese de haver alguma utilidade no trabalho do Wikileaks. Que não se saiba qual possa vir a ser essa utilidade é outra coisa. (Pensava que o determinismo histórico já tinha passado à história. Mas ele renasce onde menos se espera) Isto para chamar a atenção da suavidade com que posições de quase condenação – alegadamente dos métodos do wikileaks – vêm à tona, à falta base para condenação liminar.

Por mim acho muito estranho, num caso de guerra (que é nitidamente o caso, embora uma ciber guerra) haver quem se pronuncie de forma neutra. Eu nisto não sou neutral: estou do lado do wikileaks não por concordar com os seus métodos – que nem sei bem quais são – mas por me opor (apenas em intenção, claro) à destruição dos ideais do Estado de Direito, que por sua vez sapa o Estado Social em nome do salve-se quem puder.



A discussão do episódio wikileaks em si (personalidades, métodos, apoios políticos, conspirações) é completamente lateral ao essencial do que revelam os acontecimentos. E o essencial é que não é só a liberdade de expressão que tem estado limitada (e auto-limitada) por razões industriais e culturais – o que a mim me parece evidente em geral (não há transparência absoluta - nem isso seria desejável, estou de acordo) mas sobretudo em particular em termos comparativos: cada vez mais há penas contra quem fala contra a corrente (estou a referir-me sobretudo e com conhecimento de causa relativamente ao caso português e ao caso norte-americano) – como o próprio estado de direito está nas mãos de interesses alheios ao Rule of Law. As declarações de ódio ao sr. Assange do Procurador Geral norte americano para o mundo e a decisão singular do tribunal londrino de não aceitar fiança para a libertação do homem são descaradas. Só são possíveis porque o chão está minado (as torturas em Abu Grahیب só foram possíveis porque o mesmo ou equivalente se passou e passa nas prisões norte-americanas, como revelou o NYT). Esta decisão britânica não tem paralelo (não é rule of Law) e a declaração do Procurador configura um acto de banditismo à frente de uma das instituições mais importantes dos EUA: ninguém pode perseguir em nome da lei seja quem for (nem um terrorista) quando não há lei onde assentar tal perseguição.

Imagina que a mim me apetecia dizer publicamente que o sr. YY era um bandido que ia ser preso dentro de quinze dias? Pode ser? Se o caso fosse a tribunal não me condenavam? E se eu fosse responsável político ou judicial?

Infelizmente os EUA entraram numa deriva belicista (custe o que custar, com mentiras e manipulação do sistema de justiça à mistura) da qual não têm conseguido (ou querido) sair, o que explica em grande medida também o rasgar do contrato social que estamos a assistir na Europa, seguidista das políticas do acrescentar aos privilégios dos mais fortes.

Nota, caro João, que esta tem sido uma das principais causas da decadência da hegemonia ocidental no mundo. E este tema – a hegemonia da nossa civilização no mundo – o fim de um ciclo histórico de 500 anos, isso sim é relevante e silenciado pelos media. E isso ainda é cedo para vir denunciado nas revelações do wikileaks.

1 abraço,

APD

Estou globalmente de acordo, mas entendo útil enfatizar dois aspectos. A direcção política dos estados europeus, mesmo durante a expansão e mesmo os estados católicos, avançaram sempre com uma perspectiva legitimadora. A Escola Hispânica do Direito Natural é disso um bom exemplo, embora eu não eleve tal fenómeno aos píncaros da Glória da Fé Católica. A Escola Hispânica do Direito Natural foi precedida pela preocupação moral da própria coroa que proibiu a escravatura dos índios ainda por decreto de Isabel a Católica que para tanto usou os instrumentos jurídicos de que dispunha e vinham do direito feudal: as encomiendas. As

encomiendas eram uma exigência política da coroa de aculturação dos índios (não era concebível o patrocínio noutros termos e naqueles quadros mentais). Mas as encomiendas não eram a escravatura. E quando nisso os colonos quiseram transformá-las, houve crise. Uma crise que teria sido bem menor sem a extraordinária personalidade de Carlos V, porventura. Aceito. Mas houve crise e o imperador teve a sensatez de ser radical e não se contentar com meias soluções. Exigiu aos teólogos e juristas uma resposta clara sob pena de, na dúvida insolúvel, ele ordenar a retirada do Perú (i.e. o abandono da América das civilizações pré colombianas).

Esta circunstância não é sequer nova. Já falámos disso uma vez. O Corpus Iuris dez séculos antes estabeleceu os alicerces da unidade do género humano quando trouxe à Lei a refundição da Razão dos romanos no Logos dos gregos. (A coisa era antes ensino da Patrística, posição doutrinária ou Teológica, mas ali passou a ser definição legal). E por isso o Corpus Iuris deixa claro ser a escravatura contrária à natureza (sem mais) embora um legado do Direito das Gentes (i.e. do direito dos bárbaros que o Império vai encontrar e, infelizmente, aplicar nessas terras. Mas essa aplicação é pragmática e na perspectiva da tolerância negativa. O Império não adere à escravatura. Embora se declare impotente diante dela no plano do Direito das Gentes (com o sentido que essa expressão tem no Direito Romano, ou seja, o direito que o praetor peregrino encontra no lugar e aplica nos diferendos locais como se lei do Império se tratasse).

Isto posto, a derrota do mundo católico – no séc. XVI- é a derrota de uma concepção de direito. A Reforma dividira a fé e a Fé tornou-se insusceptível de unir. O Mar esvaziou-se de Direito. E se a Europa católica invocava o Direito de propriedade das coroas de Espanha e Portugal sobre as rotas do mar, isso era mero arbítrio que os canhões podiam umas vezes impor em batalha naval e outras vezes não. Grotius resolve o problema, do ponto de vista jurídico. Resolve-o num debate em processo cuja contestação se transforma na fundação do Direito Internacional e é o lugar de nascimento do Direito Moderno (isto é um advogado, o resto não existe). Roma reage a isso como antes havia reagido ao Corpus Iuris –excomunga. Recusa. Fecha-se. O que a forçará a correr atrás das coisas ao invés de determinar a sua própria orientação diante delas.

Grotius resolve o problema declarando o mar “res communio homini”, coisa comum de todos os homens. (Mas porquê só o mar?)

Roma não percebeu e não quis perceber.

A propriedade impõe-se definida por Grotius. E a contestação a esta propriedade definirá boa parte da história política do mundo moderno. Sendo certo que a Rússia e a Europa Oriental não tiveram uma influência marcante de tal concepção, nem das concepções que se lhe opunham e vinham da reacção católica. Ali as expressões conceptuais do domínio (imperial, régio e senhorial) ou da posse (colectiva, em regra, porque familiar ou comunal) continuam a fazer mais sentido do que o conceito de propriedade, palavra velha à qual Grotius dera sentido novo. Assim será até que os raskolniki (os excomungados), os tradicionalistas russos que recusaram a reforma de Nikon e a sua subsistência por aprovação conciliar (que condenou ao patriarca a heresia do papismo quanto ao modo de decisão, mas confirmou o rigor teológico e litúrgico da reforma decretada e que o concílio validara nessa deliberação). Os raskolniki ficam condenados a uma estranha marginalidade onde a austeridade de vida e a necessidade de

privilegiar os meios de troca, coisas que caibam dentro de um baú ou de uma carteira como convém a quem deve estar sempre pronto a partir por força da perseguição, provocará um processo de acumulação de capital em alguns aspectos paralelo ao que ocorreu com os protestantes. Neste sentido poderíamos ter falado, também nós, da Ética dos Raskolniki e do espírito do industrialismo russo. Porque os Raskolniki estarão entre os primeiros investidores fabris de monta na Rússia e são de uma hostilidade surda – que talvez se expressasse melhor pelo alheamento - relativamente à coroa russa, à igreja oficial e, por isso, haveriam de ser, ou ter sido, terreno perfeito para o republicanismo burguês, se outras forças não tivessem sido libertadas e bem dirigidas em direcção diversa.

Quer isto dizer que o desenvolvimento económico é precedido e acompanhado pelo debate de uma concepção do mundo, da vida e dos valores éticos que devem presidir à relação entre os homens nesse mundo que é, afinal, um sistema de convicções. Não há desenvolvimento sem grandes debates éticos e jurídico-políticos. E não há soluções “pragmáticas” alheias a uma posição nesses debates. Nós assistimos a uma parte disso mesmo. Nascemos e crescemos na presença de grandes mestres do debate que foi o deles. Diziam, no post guerra, “o socialismo ou a barbárie” respondendo do outro lado os (grandes) doutrinadores conservadores que o socialismo é barbárie porque os totalitarismos ou as filosofias de sistema não são o lugar de respeito pela dignidade humana. E alguns dirigentes de esquerda vieram a conceder isso no essencial, guiados pela patologia institucional de regimes postos sob pressão militar extrema e, por isso, feridos por uma síndrome paranoide da agressão externa, embora tenham obtido resultados extraordinários na escolaridade e educação e cultura, nas políticas de trabalho, nas políticas de alojamento, nas políticas de saúde, nas políticas de família e até, porque não dizelo, nas políticas de defesa sacrificando infelizmente as liberdades individuais ao ponto de terem educado a população para receber e tratar qualquer informação, mas que, infelizmente, não tinha nada que a informasse, nem nada de relevante para ler além de alguns clássicos consentidos (e não todos). Em todo o caso, os concertos quase diários nas ruas da Alemanha vencida são mérito e ordem de Stalin (e ficaram como hábito até hoje). A Alemanha ocidental não podia fazer menos e fez outro tanto.

A desorganização deste confronto por terem claudicado os regimes da Europa oriental foi precedida de uma grande ofensiva ideológica em torno dos direitos humanos lançada pelo liberalismo (político) americano assente nas decisões da política externa do presente Carter. Vencido em tudo, o império americano de cujo declínio falava tão bem um divertido filme canadense com esse nome, não foi vencido nisso. Lança uma contra ofensiva ideológica. E a Europa Oriental com a Rússia não estava em condições de discutir. Discutir era terrível. Curiosamente a Ocidente, todas as vozes foram caladas. Voitila mandou calar toda a contestação não Igreja católica onde algumas margens se haviam imposto ao respeito político da esquerda na América Latina e na Europa. Nada podia perturbar o combate (propagandístico) de gigantes com direcção centralizada (a partir de Reagan). O pensamento católico foi varrido em 25 anos de pontificado. É a igreja de uma só voz, o papismo. (coisa que sempre tinha sido, mas nunca se notara na nossa geração). Ma esterilidade intelectual absoluta se herda daqui e não se afigura resolúvel para breve (graças a Deus) e o papismo afunda-se na sua própria sordidez, na sordidez das suas práticas, dos seus compromissos, das suas burlas e dos seus crimes (sexuais e financeiros). As suas universidades onde antes pontificavam homens que souberam ser (apesar de tudo) modelos de rigor intelectual, só

mostram funcionários e comentadores medíocres, i.e. gente sem nada a dizer de relevante quanto ao seu tempo e aos seus contemporâneos. Mas o mesmo parece ter acontecido com todos os demais. As direcções políticas são ocupadas por gente de terceiro ou quarto plano, gente sem nada dentro das cabeças e (até Chirac) ainda com “panache”, mas depois de Chirac nem isso... Sarkozy é um atrasado mental que responde a palavrão a quem o insulta, por exemplo. Nada da presença de espírito do próprio Chirac subsistiu – “cabrão”, disse-lhe um dia, em campanha, um transeunte – “Chirac, prazer em conhecê-lo”, respondeu ele. Já Séneca recomendava isto mesmo, o irritadiço labrego ficou na posição que o estóico recomendava: “O misere me puto non intelexit”.

As gentes de terceiro ou quarto plano nas oposições de comando têm o significado objectivo de que o poder deixou de residir nessas posições. E é muito diferente uma crise olhada no fulgor audível das inteligências, ou uma crise acompanhada – senão dominada – pela mediocridade visível que visivelmente a agrava, sem consentir a nenhuma inteligência que se pronuncie ou se oiça. Só em 2010 Amartia Sen foi traduzido em português (e não examinei a tradução). Mas o Bill of Rights ainda não o foi. Deve ser a única terra onde os clássicos gregos e latinos não estão integralmente traduzidos e disponíveis em edições primorosamente rigorosas. Mas o mesmo ocorre com os textos dos séc XVI a XIX e XX. Não está mal para quem se pretende sede de uma Língua falada por 200 milhões que a falam, é certo, em boa parte dos casos por não falarem mais nada. Mas se os outros têm mais trabalho feito. A situação de funcionários medíocres no commando onde servem interesses que se não sabe exactamente quais sejam vai trazendo por todo o lado os mesmos efeitos.

Talvez a Europa Oriental deva agora brilhar e guiar. Sabe-se lá...

Mas não há brilho de solução sem inteligência brilhante. Nunca houve. E a preservação da fidelidade ao Direito que é instrumento e expressão de desenvolvimento é certamente um dos aspectos fulcrais do problema presente, ou se preferirem, do presente como problema.

JP

## A Guerra Colonial por Mário Tomé

A guerra colonial começou há cinquenta anos. Apesar de trabalhos de grande fôlego na ficção, da grande seriedade e rigor histórico e científico de obras históricas e de investigação dedicada, o que continua em vigor e a determinar a atitude da população é a mitologia patrioteira (cada vez mais equivalente a patriótica, mas vamos devagar). Ela é propagada pelas versões oficiais da burguesia e seus criados políticos a fim de manter uma atitude cidadã de baixo perfil que aceite a participação activa em novas aventuras coloniais sob as ordens dos EUA e do imperialismo em geral, que desculpe a sua responsabilidade nos crimes contra a humanidade que são cometidos pelas tropas coloniais nesta guerra infinita contra os povos.

Quando eclodiu a guerra colonial, as colónias ainda só existiam, enquanto tal, há 76 anos. O amor acrisolado e a patriótica vinculação àquelas terras tão «portuguesas como o Minho», tinha poucas raízes para além dos Lusíadas, da História Trágico Marítima, da Peregrinação, do Zé do Telhado ou do Amor de Perdição. No princípio do século XX viveriam em África 12 mil portugueses, e apenas ao longo da costa. A primeira República que entrou na carnificina da I Guerra Mundial para garantir a posse das colónias, lançou as bases de uma efectiva exploração colonial.

Depois do golpe de 28 de maio de 1926, a exploração colonial permitiu a acumulação fácil e rápida do capital à burguesia industrial e financeira e capacitou-a para se interpenetrar com o capital imperialista, numa situação de progressiva e rápida dependência.

A sociedade colonial assentava na exploração total e integral do negro, ultrapassando a própria situação de escravatura. Os colonos, do mais boçal ao mais esclarecido, tinham, na prática, poder de vida e de morte sobre ele. O indígena recebia o estritamente indispensável para pagar o «imposto de cabeça» devido pelo simples facto de se saber que ele existia e para pagar o que era obrigado a comprar na cantina da fazenda ou da roça. Era-lhes vedada qualquer actividade política e sindical, a língua ou dialecto não eram tidos em conta, foram expulsos das terras férteis e não usufruíam de direitos. Quando muito a protecção que o patrão lhes quisesse dar. Exceptuavam-se, usufruindo de alguns direitos, cerca de 2,5% de assimilados. Este o Portugal pluricontinental e multiracial.

Não poderemos admirar-nos se as primeiras rebeliões, de camponeses e contratados, sob a direcção tribal da UPA, foram de uma violência inaudita. Se até o sofisticado racismo britânico não foi poupado no Quénia!...

Como um dia disse Amílcar Cabral, «quando morrem inocentes ninguém é inocente»

A pátria que quase um milhão de soldados defendeu durante 13 anos era constituída pela família Mello, pela família Champallimaud, com associações de passagem ao conde de Caria e ao visconde de Botelho; a família Quina, a família Espírito Santo, as famílias Feteira-Bordalo, Vinhas, Albano Magalhães, Abecassis, Sousa Lara, pelo Grupo Fonsecas e Burnay e mais o Banco Nacional Ultramarino<sup>7</sup>. Estão aí, todos, a mandar no país.

---

<sup>7</sup> *Interesses dos vários Grupos/Famílias*

**Mellos** Banca: Totta Standard, de Angola (Ang) e Moçambique (Moç), associado ao Standard da Grã-Bretanha. Têxteis: Siga, (Ang), Pungué e Cicomo (Moç). Minas: Empresa do Cobre de Angola, associada a

Por eles, a mando deles, deram a vida mais de 8 mil portugueses, ficaram feridos 30 mil, estão gravemente feridos na mente mais de cem mil – com o passar dos anos e o envelhecimento este número vai aumentando até que a morte o faça diminuir e depois acabar – e uma infinidade ferida na alma.

Por eles, a mando deles, as despesas do Estado ficaram hipotecadas em grande escala à guerra.<sup>2</sup>

Por eles, a mando deles, deram a vida cerca de 300 mil africanos a que se deverá acrescentar as vítimas, por eles a mando deles, dos massacres anteriores à guerra colonial: Batepá, em S Tomé em 1953, Pidjiguiti, Guiné Bissau em 1959, Mueda, Moçambique em 1960, Baixa do Cassange, Angola em 1961, seguido do massacre urbano como retaliação ao ataque à cadeia de Luanda pelo MPLA, em 4 de fevereiro de 1961 data oficial do início da luta armada contra o colonialismo.

Estes massacres foram o sinal de que nada havia a esperar do poder colonial, de que era impossível contar com uma solução negociada mesmo tendo em conta o carácter serôdio, já fora da história, do ultra-colonialismo português.

Depois foram os treze anos de guerra. Uma guerra tecnicamente de baixa intensidade, mas, humanamente, de alta brutalidade. No seguimento, aliás, da colonização que foi tudo menos sofisticada, assentando num racismo rural que dava para fazer vida com

---

capitais japoneses, Sociedade Portuguesa de Lapidação de Diamantes. Ind alimenytares: Induve e Comfabril (Ang), Socaju (Moç) e Companhia da Ilha do Príncipe, Casa Gouveia (Guiné) Sociedade Agrícola do Cassequel (Ang) Tabacos: Tabaqueira (Moç) com o Grupo Rembrandt, da África do Sul. Participação na Zamco. **Champallimaud etc.** Banca: B Pinto e Sotto Mayor, (Ang e Moç). Seguros: Mundial e Confiança (Ang e Moç) Minas: Mineira do Lobito, associado ao trust Krupp da RFA, à Bethlehem Steel e à GE dos EUA. Siderurgia e metalurgia: Sid (Ang), Cifel (Moç). Cimentos: Comp<sup>a</sup> Cim (Ang) e Comp<sup>a</sup> Cim (Moç). Química Geral (Moç) com trusts franceses e sul-africanos. Ind Alim: Comp<sup>a</sup> da Matola (Moç) Interesses no Banco do Malawi. Cimentos e papel na Suazilândia. **Quina:** Banco Comercial e Industrial (Ang) com participação em numerosas empresas. Mabor (Ang) Sogere (cervejas e refrigerantes (Moç). C/ a Sacor na Petrangol e Angol, assoc. a Petrofina, Texaco Compagnie Française des Petroles, General Mining e Anglo-American Corporation da RAS. C/ Sonap e Sonarep (Moç) associado à Petroquímica de Angola. **Espírito Santo** Comp<sup>a</sup> de Açúcar de Ang. e, com o Grupo CUF, Sociedade Agr. do Cassequel. Soc. Agr. do Incomati (Moç), Comp<sup>a</sup> agr. Ang (café), Nocal (Ang) Banco Interunido de Ang c/ First National City Bank, Petrangol e Purfina (Ang) com capitais belgas. **Grupo BNU** Açucareira de Moç, com Sena Sugar, Diamang c/ capitais EUA e RAS, Comp<sup>a</sup> Celulose do , Ultramar, Socaju (Moç) c/ Cuf, Cotonang (algodão) Ang, c/ belgas e FONSECAS e Burnay. Seguros: Fidelidade e Atlântico de Ang e Lusitana e nauticus, Moç. Banco emissor em Moç e Guiné. Cimentos Cecil, Moç c/ capitais Dinamarca. **Grupo FONSECAS e Burnay** Cotonang, c/ BNU, Diamang c/ De Beeers RAS e Societé General de Belgique, Comp<sup>a</sup> de Pesquisas Minerais Ang. **Grupo Português do Atlântico** Banco Comercial Ang, Sociedade de carnes Ang, Comp<sup>a</sup> Azotos Ang, Soc. Agr. Cassequel c/ Cuf e Espírito santo, Comp<sup>a</sup> Açúcar Ang, c/ Espírito Santo, Hidroeléctrica do Revuê, Moç, Sonefe (energia) Ang, Cuva (cervejas) Ang, c/ Manuel Vinhas, Vidula (vidradria Ang, Cimentos Ang, Lusalikte, Ang, c/ Abecassis e Textang, Moç. (Fonte: João Paulo Guerra- «Os flechas atacam de novo»)

<sup>2</sup> A fatia da «defesa» no orçamento passa de 21% em 1960 para 32% em 1962, mantendo-se acima dos 30% até final da década. As despesas extraordinárias das FA's atingiram 43% das despesas extraordinárias do Estado em 1967, nunca chegando abaixo dos 28% até ao fim da guerra. Em 1965, para os 97 mil homens do exército em campanha eram necessários cerca de 4.120.000 contos quando estavam orçamentados 2.000.000 para os 3 ramos das FA's! («Guerra Colonial», Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, Diário de Notícias)

as negras e delas ter filhos e para mandar enforcar o irmão delas se fosse demasiado recalcitrante, incómodo ou, apenas, pouco submisso.

Nas guerras de libertação, as populações são sempre confundidas, usemos o eufemismo oficioso, pelo colonialista ou pelo ocupante com o inimigo – veja-se as tropas da coligação no Iraque.

A realidade é que não pode ser de outro modo. Salvo aquela parte que está disponível para colaborar, por razões diversas, a população é ou virá a ser um inimigo, com ou sem arma. A violência do exército colonial português não foi maior por se tratar de um exército dirigido por um regime ditatorial.

Ninguém espere comportamento decente de quaisquer tropas de ocupação. Ele é impossível. Pelo carácter mesmo do conflito. Na guerra colonial, naturalmente, também.

Claro que as ordens eram, em geral, em sentido aparentemente contrário: conquistar as almas, como diria o general Kaulza de Arriaga<sup>3</sup>, conquistar as mentes como diria o General Spínola, ganhar as consciências como diria o General Costa Gomes, amar as populações como a nós mesmo, terá dito centenas de vezes o General Silvino Silvério Marques. E assim por diante.

Enterrem-nos, queimem-nos, apaguem os vestígios, diziam todos depois dos massacres.

A tragédia é que, quem fazia esses massacres e cometia esses crimes, eram jovens arrancados à universidade, à escola técnica, ao amanho da terra, ao trabalho na fábrica. Raramente foram seres marginais recrutados para a guerra, como por vezes se quer fazer crer. E esse foi o outro lado da tragédia: porque uma boa parte dos afectados duramente pelo stress pós-traumático - algo que só muito recentemente as autoridades democráticas se dignaram reconhecer - devem-no aos próprios crimes e violências que terão cometido. Sinal de que a humanidade está viva.

Os crimes na guerra colonial portuguesa – para além do crime primordial decorrente da própria ilegitimidade da guerra e da sua ilegalidade á face da ONU – foram muitos. Crimes de deportação, esboço de crimes de genocídio, de racismo, de escravatura, de assassinato individual ou em massa. Massacres portanto. À luz das leis e regulamentos em vigor podiam e deviam ter sido punidos e desencorajados. Mas não o foram porque isso não interessava, antes pelo contrário, aos altos comandos. Estes aceitavam aquela espécie de esquizofrenia beata e sinistra. Não queriam que qualquer moralidade incómoda contribuísse para uma tomada de consciência nem para diminuição da *performance* dos militares, ainda por cima quando o Presidente do Conselho, Marcelo Caetano, tinha obra feita sobre a mais vasta questão envolvente:

---

<sup>3</sup> Preconizava a limitação científica da natalidade; por outro lado dava graças a Deus por «não termos meios para fazer evoluir todos os negros»; «á excepção do meu criado, os pretos são mais estúpidos do que os brancos» devido, aliás, ao facto de a capacidade da humanidade diminuir de norte para sul.

«os indígenas são súbditos portugueses mas sem fazerem parte da Nação»; «os cruzamentos ocasionais ou familiares são fonte de perturbações graves na vida social de europeus e indígenas”; «os pretos têm de ser dirigidos e enquadrados por europeus, e olhados como elemento produtivo enquadrado ou a enquadrar numa economia dirigida por brancos». Portanto de humano só tinham a forma. Nem os navegantes de quinhentos ousaram tanto.

Nas guerras coloniais a estratégia militar conta, substancialmente, com a actuação das polícias treinadas na recolha de informações através dos denunciante pagos ou voluntários, do terror, da tortura, do assassinato exemplar, do rapto, tudo aquilo que desde a CIA, à KGB, à Mossad, à Sûreté e DST, à PIDE executavam ou executam.

O comando das operações conta, pois, com as mais criminosas e sinistras organizações e forças repressivas, sejam legais ou clandestinas. Assim os militares tentam mostrar-se nobremente com as mãos limpas e as almas lavadas insinuando que o trabalho sujo é feito pelos outros.

A PIDE na sua bestialidade congénita era a base de todas as principais informações dos estados maiores militares, extorquidas por todos os meios conhecidos na metrópole e outros dado tratar-se de seres tão bem caracterizados pelo Professor Marcelo Caetano. E de outra maneira não podia ser. As FA's não tinham serviço de informações adequado para aquele tipo de guerra.

Mas, muitos comandos operacionais, não raras vezes optavam por serem eles a encarregar-se da eficaz e atempada recolha de informações. E de fazer justiça a tempo!

Ou seja, «o pacífico e generoso» 25 de Abril só foi possível à custa de muitas mortes, muitos crimes contra os direitos humanos e dos povos.

A guerra colonial portuguesa inicia-se quando praticamente estavam concluídos os programas<sup>4</sup> de libertação das colónias. Foi uma guerra de regime. O regime sabia que Amílcar Cabral tinha razão quando afirmou que o fim do colonialismo seria o fim do fascismo. Dependia da guerra para sobreviver mas seria a guerra a liquidá-lo. Foram precisos longos anos de sofrimento. Hoje defende-se serenamente que o regime aguentaria uma transição à espanhola. Dando de barato o papel que a revolução portuguesa teve na transição em Espanha, o regime de Franco não dependia das colónias e rapidamente abriu mão do Saara, de forma miserável, aliás.

---

<sup>4</sup> Chamo-lhes assim porque, de facto, e historicamente, trata-se de um programa inédito e pioneiro para a libertação dos povos das colónias e para as nações disporem de si mesmas. Foi um programa do partido bolchevique, fez parte do programa da revolução russa e da III internacional. A Revolução Francesa apenas conferiu mais força para a colonização. Como se viu pelo grande incremento das expedições e apropriação de terras e gentes pelas potências ocidentais. O que esteve nas causas da I Guerra Mundial e imbrincado nas consequências da segunda.



A ala liberal de Sá Carneiro por seu lado, esperava que se cumprisse a segunda asserção da frase de Amílcar: pode cair o fascismo e não terminar o colonialismo... Mitigado, claro, mais distante, ligado à Europa!

A guerra colonial portuguesa diferiu fundamentalmente das outras, nomeadamente da francesa, porque estas foram «guerras coloniais democráticas». Sem ironia:

- segundo os cânones que hoje começam de novo a vigorar, uma guerra de agressão é legítima e democrática se as sondagens ou as votações no país ou países agressores mostrarem apoio da opinião pública. Mas, segundo os mesmos cânones, o contrário não será tido em consideração. Portanto, a invasão do Iraque foi seriamente contestada mas apenas pelos milhões que não se regem pelos parâmetros dados como referência nos respectivos países. Também a Alemanha e a França aderiram, embora com atraso, ao cânone e deixaram de ligar às suas próprias opiniões públicas mas apenas às «interessadas», para darem o seu acordo ao crime *a posteriori*, possibilitando a cobertura da ONU. Sabemos porquê, o instinto colectivo de sobrevivência sobrepõe-se às contradições circunstanciais. Por isso o poema de Harold Pinter é, como diria António Machado, a palavra exacta no tempo - *Democracy: There's no escape / The big pricks are out / They'll fuck everything in site / Watch your back. March 2003.*<sup>5</sup>

Assim, as guerras coloniais da Grã-Bretanha e da França terão sido democráticas. Tiveram apoio popular em democracias consolidadas. A brutalidade dos ingleses resolveu-se elegantemente no *apartheid* grande e nos *apartheids* pequenos. E a brutalidade dos franceses, conseguiu ser superior à dos portugueses que tinham como paradigma os Gamas, Castros e Albuquerque, capazes não só de matar a ingente turba mas também de mandar cortar os cascos aos cavalos.

As lutas de libertação nacional, as lutas contra o colonialismo, a liberdade das colónias, portanto, tão apoiadas *a posteriori* pelas democracias actuais, não são filhas da mãe dessas mesmas democracias. Isto é, não são filhas da grande Revolução Francesa.

Só com a preparação e a realização da revolução de Outubro se estabelece a teoria que deu alimento à base material que incitava os povos colonizados à luta de libertação. Também na Índia, onde o movimento pacifista de Gandi surtiu efeito porque acompanhado por muitos levantamentos armados. Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Mandela, Kaunda, Nyerere, N'Kruma, Machel, inspiraram-se nessa teoria, de uma forma ou de outra, mais próximo ou mais afastados - e Franz Fanon, o pai da revolução africana.

Por isso, Amílcar Cabral pôde escrever, com razão: «o fim do fascismo pode não significar o fim do colonialismo; mas o fim do colonialismo significará forçosamente o fim do fascismo».

---

<sup>5</sup> Democracia: Não há por onde fugir. / Os grandes caralhos andam aí. / Irão foder o que lhes vier pela frente / Ponham-se a pau. *Março 2003* («Guerra», Edições Quasi - tradução de Pedro Marques, Jorge Silva Melo e Francisco Frazão.)

Daí decorre também que toda a lenta subversão das FA's ao longo de 13 anos de guerra, teve muita inspiração das teorias libertadoras e socialistas. Começara nas universidades, em luta contra a política fechada às artes e ciências, à liberdade de expressão e de pensamento, contra as condições de acesso e programas, a perseguição no interior da própria universidade; e continuara com a oposição à guerra colonial que se tornou depois do Maio de 68 no principal motivo de combate ao fascismo, tomando uma importância tal que envolveu as lutas operárias.

Saltou para dentro das FA's, tendo os profissionais começado a procurar saída para o buraco sem saída. Ou melhor: com uma única saída. Que a luta do povo português, sofrida mas corajosa - as deserções, as recusas a cumprir ordens avolumando-se, as condições de vida deteriorando-se, os filhos morrendo ou regressando sem braços, sem pernas, sem uns nem outros, a censura e as perseguições da PIDE aumentando na proporção da resistência - ajudou a encontrar. E que a luta dos povos coloniais, ao impor uma derrota militar no terreno ajudou a apressar.

Por isso Spínola apenas teve, naturalmente, o apoio de todos os fascistas à sua resistência contra o programa de independência imediata das colónias, mesmo sendo ele o putativo - apenas isso - chefe da rebeldia. A chamada federação que ele preconizava era uma esperança para segurarem alguns anéis africanos que os outros nunca os perderam verdadeiramente.

Daí quererem que fossem mais tropas para África para se fazer uma «descolonização decente» como diz o protofascista Paulo Portas, actual Ministro da Defesa do Governo de Durão Barroso.

Uma descolonização com o que tal implicava de acordos, consensos, planos comuns para interesses convergentes, já só teria sido possível em 1961 quando um grupo de generais ameaçou debilmente Salazar, pressionados quer pelos apelos e exigências de Amílcar e outros líderes africanos<sup>6</sup> para uma autodeterminação pacífica quer pela suspeita do desastre em preparação. Mas Salazar brincou com eles e daí a meses estava a mandar as tropas «para Angola e em força» cantando «Angola é nossa».

No 25 de Abril os capitães tinham as rédeas embora tenham feito concessões de que se viriam a arrepender: a Spínola, a Personalidades impantes que achavam dever soffrear a liberdade à solta na rua, porque para eles a liberdade deveria apenas servir à sua medida. Também, naturalmente, muitos capitães procuravam o seu caminho dentro da disputa livre, aberta, democrática. Só que a maioria não o fez às claras. Ora, em democracia, ou há clareza ou entra-se no reino da hipocrisia, da mentira, da corrupção.

O que decorria, obviamente, da revolta dos capitães, era o fim da guerra. E o fim da guerra significava a independência das colónias. E a independência das colónias exigia

---

<sup>6</sup> Em Junho de 60, o MPLA propusera solução pacífica para a autodeterminação, aliás no seguimento da estratégia comum aos movimentos anti-colonialistas. A resposta foi perseguições e prisões em massa de elementos identificáveis ou suspeitos e de também de assassinatos selectivos e indiscriminados.

negociar com quem fazia a guerra (independentemente de proximidades ou distâncias ideológicas, como reconheceu na altura o próprio Mário Soares). Negociar naquelas circunstâncias significava acordar a transmissão de poderes entre dois aliados que tinham acabado de vencer o mesmo inimigo, mas em que um deles não estava em condições de exigir mais do que respeito e dignidade. E isso aconteceu. Não houve descolonização, nem boa nem má.

De facto, por de cima de todas as reflexões e locubrações mais ou menos teóricas, não havia tropas disponíveis nem dispostas a continuar a matar e a morrer quando a liberdade do povo português e dos povos das colónias era a única palavra audível. Depois a palavra socialismo juntou-se-lhe – mobilizando o povo para as grandes conquistas democráticas.

O móbil do movimento dos capitães, é preciso não esquecer, fora acabar com a guerra. Porque a guerra estava perdida, antes de todas as teorias e ideologias começarem a fazer, muito justamente, o seu caminho. Para acabar com a guerra só derrubando o regime e para derrubar o regime houve que desagregar as Forças Armadas que eram o seu sustentáculo e o seu instrumento numa guerra perdida desde o seu primeiro dia, no longínquo 4 de Fevereiro de 1961. E essas Forças Armadas tinham acabado de prestar, um mês antes, vassalagem ao ditador.

Por isso foi possível o PREC. A força da hierarquia e da repressão estava quebrada e os soldados respondiam aos apelos populares virando a cara aos generais que não tinham sido destituídos ou mesmo presos – por pouco tempo.

Assim, hoje, para as Forças Armadas portuguesas o momento de maior glória não foi o 25 de Abril – que não sabem comemorar, porque realmente não o fizeram! - mas a guerra colonial. Mas dentro do seu próprio e vetusto cânone, sabem dar apoio ostensivo e já oficial às manifestações de nostálgicos dos privilégios da guerra e do fascismo. Que aproveitam a lassidão da democracia e a vetustez das caquéticas FA's, para pressionarem no rumo do seu ministro da defesa. FA's que fingem ignorar que, se não fosse o 25 de Abril, teriam sofrido a mais vergonhosa derrota da sua história.

E foi o encontro dos povos mutuamente libertados, o encontro entre os falsos inimigos inventados pelo fascismo e pelo colonialismo, agora unidos pela liberdade, foi a aura resplandecente desse acto primordial de criação que envolveu também as FA's, tornando-as parte da vitória – a única felizmente possível - que tanto fizeram para impedir.

## Análise de convicção

A possibilidade de o inquirido escapar a tomar posição de acordo ou desacordo com a frase que lhe é proposta pode ser inscrita num número impar de possibilidades de resposta, como o inquirido em análise prevê. O inquirido em vez de não responder pode assinalar a opção de resposta do meio, significando assim que não está certo de ter uma opinião firmada sobre a frase em causa.

Para além das desvantagens de oferecer um refúgio de indecisão, em vez de impor alguma opção, anda que mais ténue, como o permitem as escalas de resposta, esta escolha técnica de oferecer um número impar de opções de resposta tem a vantagem de poder assinalar a convicção com que as respostas são dadas. No fundo trata-se de abrir uma oportunidade para que o inquirido responda como muitas vezes, na prática, se responde às situações: acompanhando aquilo que nos pareça ser a condição dominante.

Assim, neste caso, por um lado foi possível distinguir entre quem responde a favor ou contra a frase em causa e, por outro lado e ao mesmo tempo, ter a certeza (tanto quanto se pode ter certezas em ciência) da genuína e não forçada opção de quem respondeu.

Pode, então, organizar-se uma escala de convicções manifestadas pelos inquiridos relativamente às frases que aparecem no questionário. As frases de resposta mais fácil obtiveram menos respostas no meio (onde nem se concorda nem se discorda do que é apreciado). As respostas mais fáceis indicam também as convicções mais seguras, os princípios mais enraizados, os consensos mais alargados. Uma escala decrescente de convicções sociais a respeito das frases em apreço pode ser construída por uma escala crescente de respostas intermédias a cada pergunta:

Verificamos como em duas amostras distintas, recolhidas em anos diferentes, grosso modo a hierarquia das convicções se mantém:

Quadro 1. Percentagens de respostas que não concordam nem discordam, por ordem

	Mais convicção	2009	2010
Quem comete um crime deve ser punido		10,3	10,7
Quem comete um crime deve ser tratado sempre como pessoa		19,3	25,1
Sem liberdade, o trabalho degrada o ser humano		19,8	21,1
Os europeus destacam-se dos outros povos pelo respeito pelos Direitos Humanos		23,4	33,3
Havendo condições para isso, o trabalho livre dos condenados é preferível à prisão		24,2	28,9
Ao Estado cabe estimular as empresas e a sociedade para receberem bem os ex-condenados		27,3	35,9
O Estado deve assumir todas as responsabilidades para empregar quem cometa crimes		34	31,6
O Estado deve passar a admitir a entrada na função pública de pessoas com cadastro criminal		36,5	34,6
O trabalho liberta os condenados		37,2	41,2
Os europeus são demasiado brandos com os seus inimigos		43,8	41,5
	Menos convicção		

“Quem comete um crime deve ser tratado sempre como pessoa”, “Os europeus destacam-se dos outros povos pelo respeito pelos Direitos Humanos”, “Ao Estado cabe estimular as empresas e a sociedade para receberem bem os ex-condenados”, “O trabalho liberta os condenados” foram as 4 frases que viram diminuir a convicção dos inquiridos.

Porque as frases colocadas para apreciação dos inquiridos se relacionam entre si aos pares, será possível identificar quais das frases emparelhadas provocam respostas mais ou menos convictas.

No caso deste primeiro par nota-se não apenas uma hesitação muito maior dos inquiridos a assegurar que o tratamento humano de quem cometa crimes como uma redução do número de inquiridos que concorda com a frase relativamente à amostra anterior (68%). Dito isto, é preciso não perder de vista que estas duas frases se matem aquelas a que os inquiridos mais dão o seu acordo e com maior convicção.

Quadro 2. Convicção no dilema punição e direitos humanos

<b>Mais convicção</b>	
Quem comete um crime deve ser punido <b>(80% concorda)</b>	10,7
Quem comete um crime deve ser tratado sempre como pessoa <b>(60% concorda)</b>	25,1
<b>Menos convicção</b>	

O crime gera concordâncias e convicções, certamente mais fortes no caso da punição, mas também bastante fortes no caso do respeito devido aos condenados.

O papel do Estado na gestão das consequências das punições, nomeadamente em termos de políticas activas de emprego para os ex-presidiários, é um assunto bem mais distante dos inquiridos do que o saber como tratar dos crimes. Na verdade parece que a punição corresponde a um serviço prestado pelo Estado à consciência colectiva, ao passo que a reintegração social é um assunto distinto, que desinteressa muitos dos inquiridos. Embora a maioria prefira indicar ao Estado que cumpra o seu papel na finalidade de reintegração social dos condenados (só 20% dos inquiridos não implica o estado nessa tarefa) só 36%, pouco mais de um terço, entende ser a reintegração pelo emprego uma responsabilidade do Estado.

Quadro 3. Convicção no dilema Estado e Sociedade para tratar dos condenados

<b>Mais convicção</b>	
Ao Estado cabe estimular as empresas e a sociedade para receberem bem os ex-condenados <b>(45% concorda)</b>	35,9
O Estado deve assumir todas as responsabilidades para empregar quem cometa crimes <b>(36% concorda)</b>	31,6
<b>Menos convicção</b>	

Ainda assim é um valor elevado de inquiridos que vêem no emprego dos ex-reclusos uma responsabilidade do Estado, já que na prática o Estado não cumpre essa função com o nível de empenho que se pode deduzir da força da frase enunciada: como uma responsabilidade.

A relação das condenações com o trabalho é própria do período de implantação do capitalismo, quando a liberdade (da posse das terras de cultivo para assistir a subsistência) implica (para os desvalidos) a venda da força de trabalho e a identificação com o trabalho como um motivo de honra proletária, entretanto transformada em cultura dominante – até os empresários, os artistas e os intelectuais representam as suas actividades como trabalho.

Essa relação foi usada pelos nazis para a sua propaganda de encobrimento dos campos de extermínio, como testemunha a frase em alemão que faz de frontispício ao campo de Auschwitz. Na verdade, embora o nazismo cause geralmente viva repulsa, a frase em causa recolhe mais concordâncias do que discordâncias na nossa amostra de inquiridos (como já acontecera com a amostra anterior, de 2009). Desta vez as concordâncias são menos (10%) e as discordâncias são mais (14%). Mas continuam a ser 36% de concordâncias e 23% de discordâncias.

Quadro 4. Convicção no dilema Liberdade e trabalho

<b>Mais convicção</b>	
Sem liberdade, o trabalho degrada o ser humano <b>(59% concorda)</b>	21,1
O trabalho liberta os condenados <b>(36% concorda)</b>	41,2
<b>Menos convicção</b>	

Não se pode dizer que se trata de convicções nazis que produzem estes resultados. Mas pode dizer-se que se trata de efeitos ideológicos de sobrevalorização do trabalho transversais a todas as sociedades modernas, mesmo as mais perversas e até as mais reconhecidamente perversas. Até algumas décadas atrás o trabalho forçado era a norma em Portugal. E o trabalho dos presos é explorado actualmente de forma ilegal, já que o princípio de a trabalho igual salário igual é ignorado nas prisões (salário normal será de cerca de 80 euros mês).

A relação geral entre a liberdade e o trabalho não merece, todavia, menos resistências do que a frase histórica da segunda grande guerra que com estamos a trabalhar. Cerca de 20% dos inquiridos discordam da frase “Sem liberdade, o trabalho degrada o ser humano”, ainda que sejam apenas 1/3 dos inquiridos que com ela concordam.

Apenas 13% dos inquiridos discordam da frase “Os europeus destacam-se dos outros povos pelo respeito pelos Direitos Humanos”. Este número confirma o número da amostra de 2009. A diferença é que em 2010 a convicção na afirmação dessa frase é menor, já que cresce quase 1/3 (de 23% para 33%) o número de inquiridos que responde sem responder, isto é que escolhe a casa do meio para depositar a sua cruz.

Quadro 5. Convicção no dilema Civilização e Direitos Humanos

<b>Mais convicção</b>	
Os europeus destacam-se dos outros povos pelo respeito pelos Direitos Humanos <b>(54% concorda)</b>	33,3
Os europeus são demasiado brandos com os seus inimigos <b>(38% concorda)</b>	41,5
<b>Menos convicção</b>	

Quando se pergunta se “os europeus são demasiado brandos com os seus inimigos” aumenta o número de respostas neutras e diminui o número de respostas afirmativas, mas continua a ser muito maior (quase o dobro) das respostas negativas. O que corresponde a um vincar desta posição relativamente à amostra de 2009, quando as respostas positivas apenas superavam em mais 50% as respostas negativas.

Em geral, pode dizer-se, o respeito que os europeus se atribuem a si próprios relativamente a questões éticas com alguma convicção é reforçado com a sensação de desprotecção, cuja declaração é menos forte e sobretudo menos convicta.

Quadro 6. Convicção no dilema emprego público ou privado

<b>Mais convicção</b>	
Havendo condições para isso, o trabalho livre dos condenados é preferível à prisão <b>(43% concorda)</b>	28,9
O Estado deve assumir todas as responsabilidades para empregar quem cometa crimes <b>(23% concorda)</b>	31,6
<b>Menos convicção</b>	

Quanto ao suporte moral de medidas de flexibilização de penas, como os regimes abertos ou trabalho a favor da comunidade, ou de políticas proactivas de reintegração social, grosso modo a amostra de 2010 confirma a resposta de 2009: a) flexibilização de penas sim; b) políticas proactivas não. Porém, em qualquer destes itens, em 2010, os inquiridos reforçam o peso das respostas negativas.

## Análise de índices e práticas de resposta repulsivas e obsessivas

As escalas de cinco respostas admitem duas respostas de concordâncias, outras tantas de discordância e uma resposta intermédia neutra. Permitem assim estudar a convicção das respostas (quando os acordos ou desacordos registados são os mais firmes) a reserva das respostas (sempre que os acordos e desacordos registados são dos menos firmes) e a incerteza das respostas (quando a opção recai sobre a opção intermédia, neutra). Cada inquirido terá mais ou menos tendência para concordar ou discordar sem reservas com as frases propostas ou para concordar ou discordar com reservas ou para se refugiar no meio da tabela, indeciso.

No caso do nosso inquérito, 8,3% dos inquiridos (ver a primeira linha do quadro 1.) nunca usaram 1 ou 5 como resposta. Nunca usaram as respostas de máxima convicção. 5,7% dos inquiridos nunca usaram as respostas 2 ou 4, quer dizer nunca optaram por introduzir reservas nas suas escolhas, de acordo ou discordância perante as frases em apreço. Finalmente 7,1% nunca usaram 3, a resposta neutral.

Quadro 1. Índices de convicção, incerteza e reserva, amostra 2010

	índice_convicção	índice_reserva	índice_incerteza
0	8,3%	5,7%	7,1%
1	16,1%	8,1%	14,3%
2	17,8%	14,3%	20,4%
3	15,6%	19,8%	22,2%
4	14,9%	17,0%	16,7%
5	12,5%	15,0%	9,8%
6	6,2%	13,3%	4,6%
7	4,7%	4,7%	3,6%
10 ou 8	3,8%	2,1%	1,4%
Total	100,0	100,0	100,0

A moda é do índice de convicção é 2 e nos índices de incerteza e de reserva é 3. Quer dizer, a convicção (positiva ou negativa) foi mais vezes assumida em 2 frases ao passo que a reserva e a incerteza foi mais vezes assumida em 3 frases.

O uso intensivo da convicção ou da reserva ou da incerteza (ver modalidade 8 a 10) é sempre muito menor do que a ausência de uso (modalidade 0).

O primeiro terço de inquiridos usa até 2 vezes respostas convictas. O último terço de inquiridos que mais usam respostas de convicção começa naqueles que acumulam 4 ou mais respostas convictas. Agregando os índices, como no quadro 2, verifica-se o uso moderado da convicção, da reserva e da incerteza (neste último caso deve ter-se em conta que está em causa apenas uma casa de resposta, ao passo nos outros dois casos são duas casas).

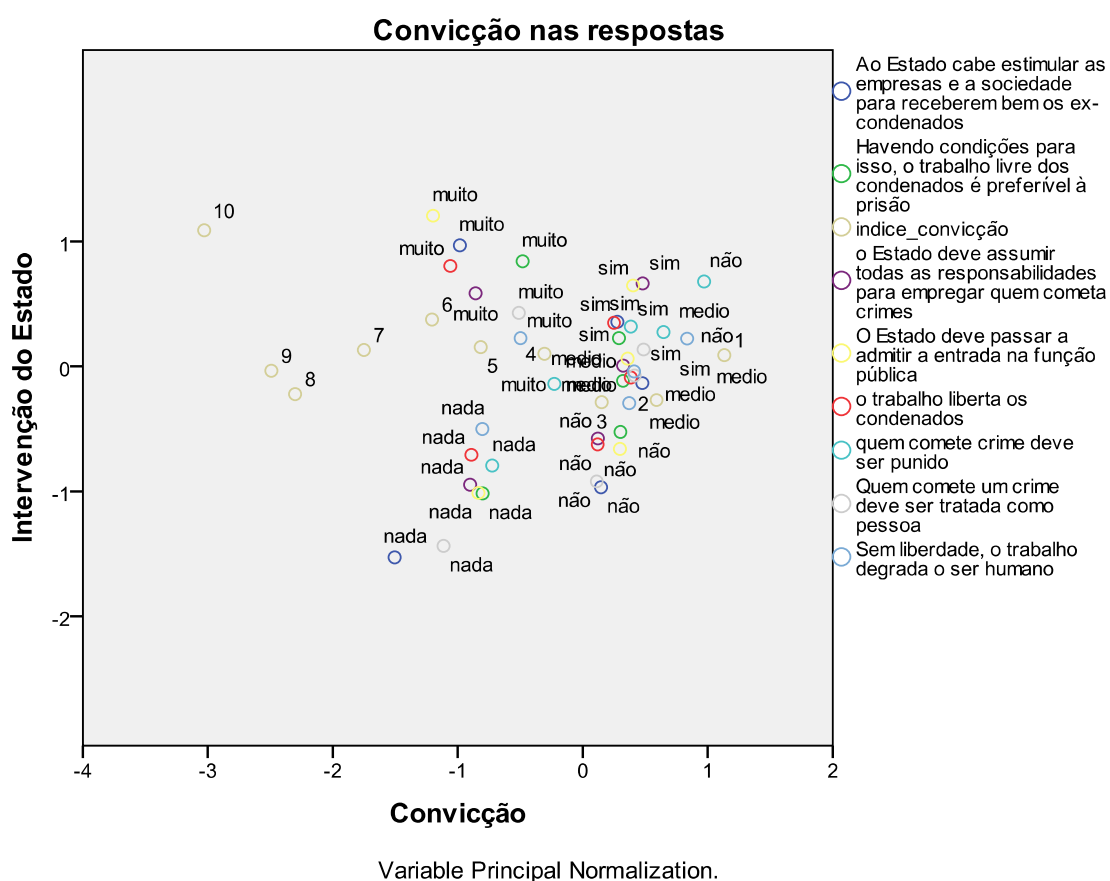


As concordâncias e discordâncias com reserva são as mais utilizadas. E as incertezas também são muito utilizadas. Ainda assim há alguma convicção envolvida nas respostas.

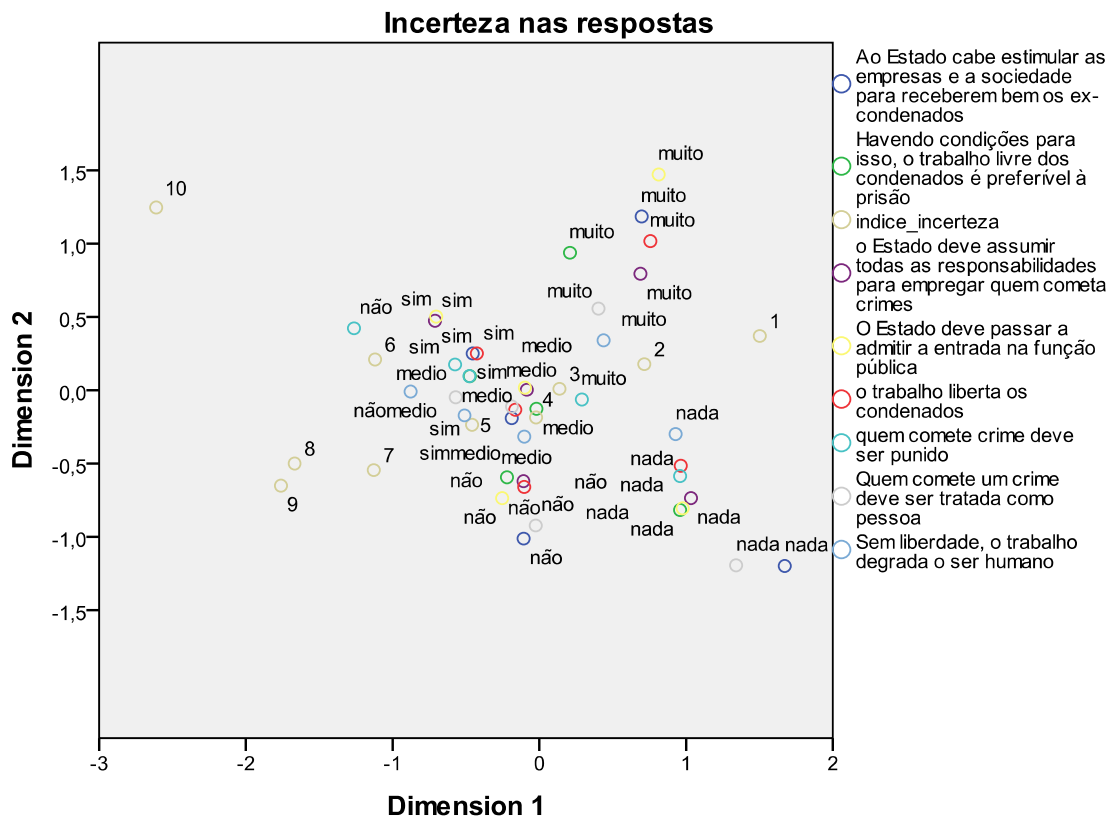
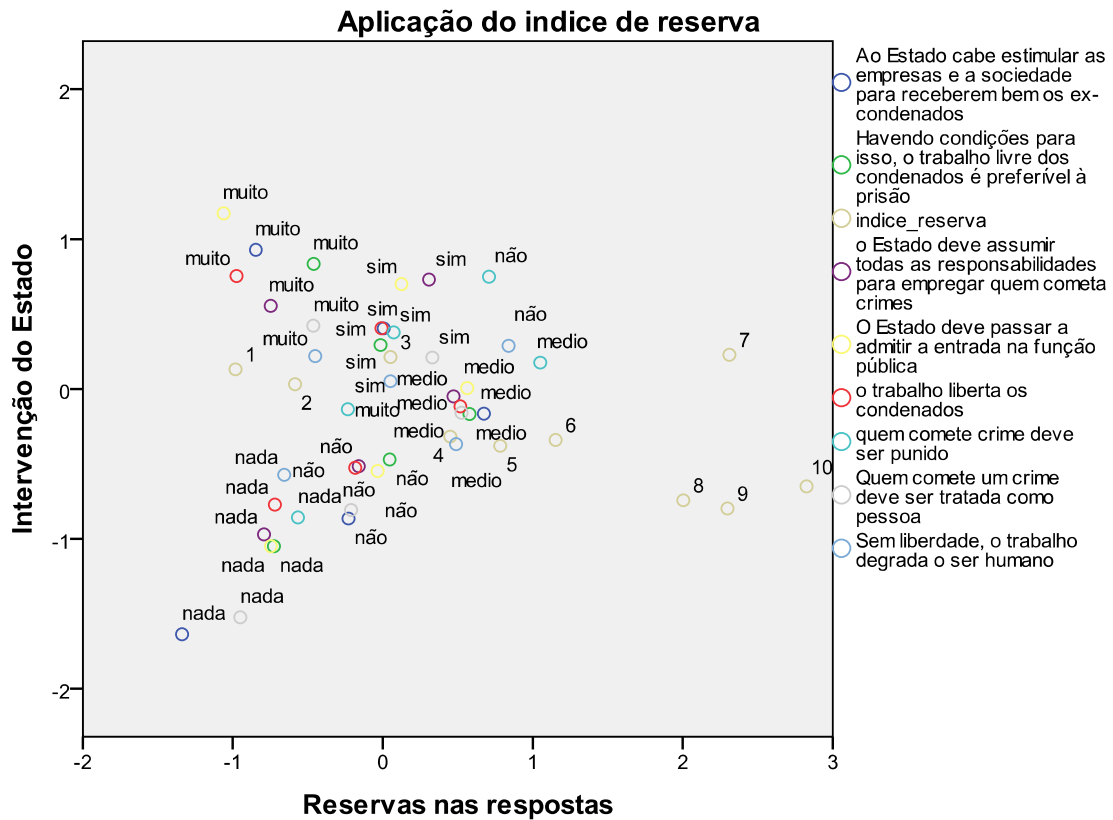
Quadro 2. Índices de convicção, incerteza e reserva, amostra 2010

	índice convicção	índice reserva	índice incerteza
0, 1 ou 2	42,20%	28,10%	41,80%
3 e 4	30,50%	36,80%	38,90%
5 e mais	27,20%	35,10%	19,40%
Total	100,0	100,0	100,0

Na análise multivariada pode observar-se como o principal factor de distinção dos inquiridos é a convicção com que eles respondem:



O estudo da incerteza revela o mesmo resultado da convicção, mas invertido. Como o estudo das respostas com reservas mostra que estas fazem o caminho inverso das convicções, de uma forma parecida com as incertezas.



A observação das análises factoriais sugere uma outra organização dos inquiridos em função do número de vezes que utilizam as respostas de convicção, de reserva ou de incerteza. De 0 a 2, num primeiro grupo de menor uso das convicções. De 3 a 6 de um uso moderado e de 7 a 10 para os que usam intensamente.

Quadro 3. Taxas de repulsa, normalidade e obsessão em cada índice

	<b>índice_convicção</b>	<b>índice_incerteza</b>	<b>índice_reserva</b>
Repulsa	42,20%	28,10%	41,80%
normalidade	49,20%	65,10%	53,30%
Obsessão	8,50%	6,80%	5,00%
Total	100,0	100,0	100,0

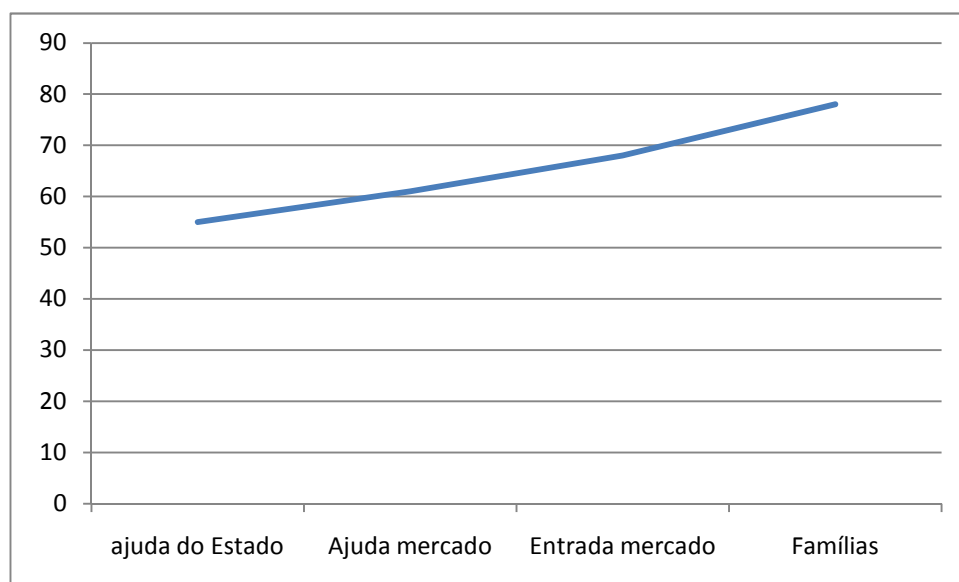
## Análise comparativa de agentes de ressocialização

Os dados recolhidos confirmam grosso modo o já conhecido do inquérito de 2009: os inquiridos entendem que são sobretudo as famílias dos condenados quem deve arcar com as responsabilidades e custos da ressocialização, embora neste caso o número de pessoas que implica o Estado nessa tarefa seja 55%.

À saída da prisão, em que é que se deveria apostar mais para reintegrar os ex-presidiários?

11	Ajuda do Estado	Muito 1 2 3 4 Nada
12	Ajuda de empresas e de associações	Muito 1 2 3 4 Nada
13	Entrada no mercado de trabalho	Muito 1 2 3 4 Nada
14	Família e amigos do condenado	Muito 1 2 3 4 Nada

Figura 1. Agregação das respostas 1+2 em “Sim” e 3+4 em “Não”

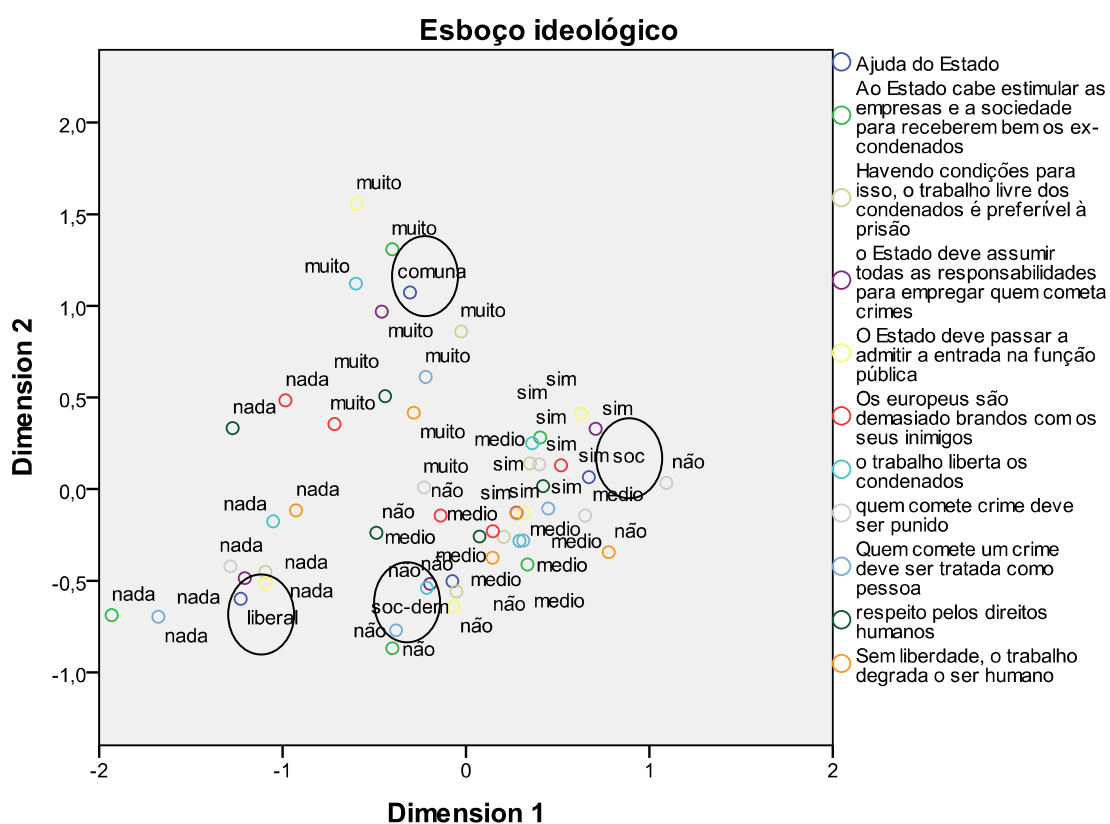


Quadro 1. Os melhores agentes políticos de ressocialização

	Sem reservas		Incluindo reservas	
	Concordâncias	Discordâncias	Concordâncias	Discordâncias
Ajuda do Estado	19,0	12,9	55,4	44,6
Ajuda de empresas e de associações	17,5	8,6	60,9	39,1
Entrada no mercado de trabalho	25,4	5,7	67,5	32,5
Família e amigos do condenado	48,8	6,2	77,8	22,2

Continua a notar-se neste quadro, como no produzido a partir dos dados de 2009, que a ajuda do Estado à ressocialização dos ex-reclusos recolhe mais concordâncias convictas do que a ajuda das empresas e associações. Mas, ao mesmo tempo, recolhe mais negativas convictas que qualquer outra fonte de ajuda.

Como a questão do Estado era parte importante no desenho do segundo factor da análise multivariada, e tendo em conta que se poderá fazer alguma leitura ideológica dos que estão convictos das vantagens de ser o Estado a tratar da ressocialização e dos que preferem ver o Estado afastado desse tipo de responsabilidades, classificámos de comunistas os primeiros e liberais os segundos. Às ideologias intermédias atribuímos a etiqueta de socialistas e social-democratas aos que com reservas ficam mais próximos dos comunistas e, do outro lado, dos liberais. A imagem da análise multivariada ficou assim:



Esta hipótese poderá ser testada em futuro questionário que inclua uma pergunta capaz de dirimir esta questão de forma directa junto dos inquiridos.

## Papel do Estado na ressocialização dos ex-presos

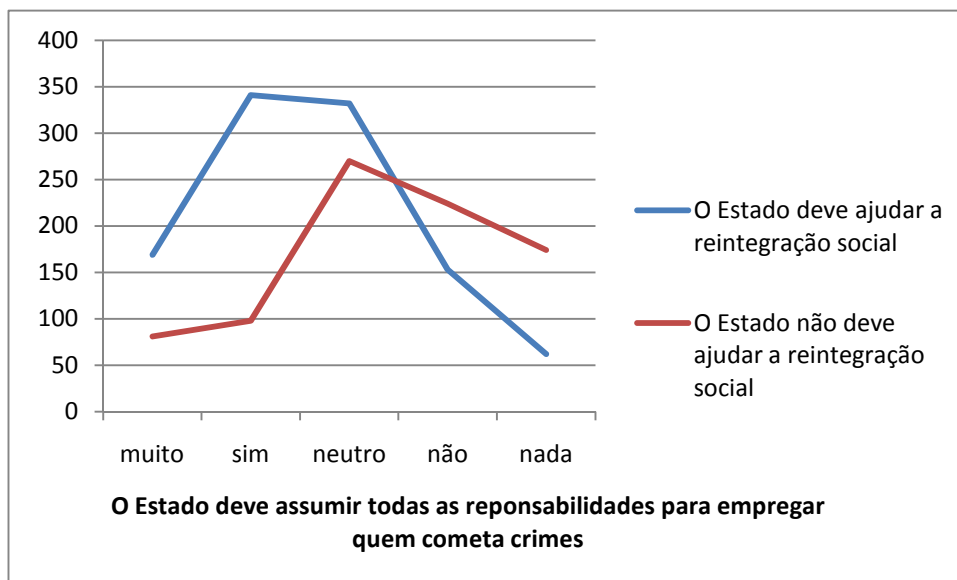
A doutrina criminal tem duas vertentes: a vertente moral (contabilidade da correspondência entre a pena e o crime) e a vertente cultural (satisfação do sentimento de vingança das vítimas). São duas formas de tentar escapar à espiral de violência imposta pelo medo de existir, pela instabilidade da vida que a leva a rebelar-se de uma forma que pode ser auto-destrutiva e, sobretudo no caso da humanidade, hetero-destrutiva.

No caso da pergunta “O Estado deve assumir todas as responsabilidades para empregar quem cometa crimes”, um terço da amostra de 2009 diz que sim, o Estado deve implicar-se directamente no encontrar emprego para quem sai da prisão. Um terço diz que não e o outro terço escolheu não escolher e utilizou a resposta neutra. Na amostra de 2010 o mesmo padrão mantém-se ainda que com uma subida ligeira dos sim (de 33% para 36%) e uma ligeira descida dos não (de 34% para 32%) e dos neutros (de 33% para 32%).

Confirma-se a indecisão fundamental das pessoas inquiridas quanto à posição moral do Estado face aos condenados ou simplesmente agressores.

Quando se cruza as respostas obtidas nesta pergunta com as respostas à pergunta: “À saída da prisão, em que é que se deveria apostar mais para reintegrar os ex-presidiários? Ajuda do Estado?”, questão que têm a intenção de colocar em termos práticos o problema, já que em alternativa ao Estado aparecem outras entidades a que a sociedade poderá recorrer (como as organizações solidárias, as empresas, as famílias) obtém-se o seguinte gráfico: separa aqueles que entendem que o Estado deve ajudar os ex-presidiários e os que entendem que não deveria.

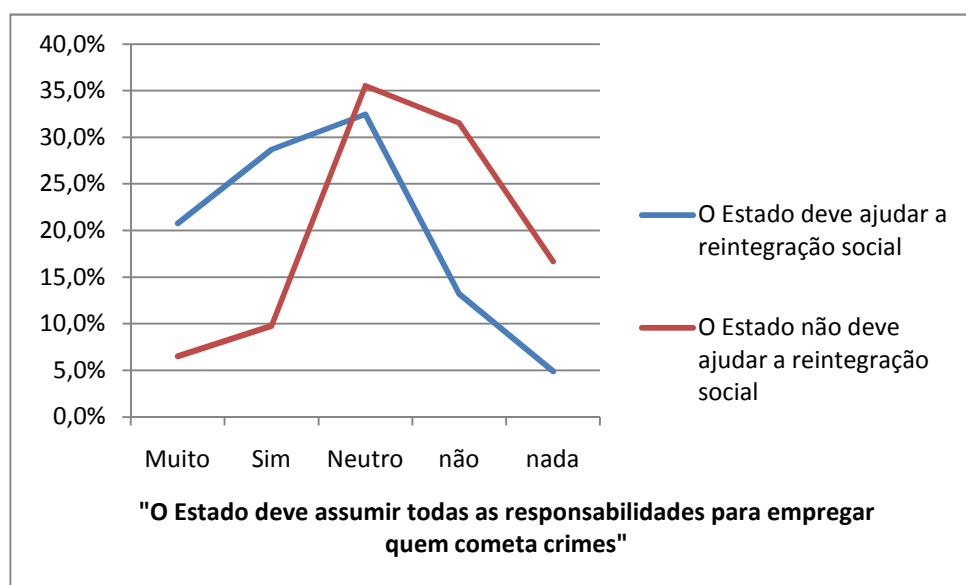
Quadro 1a. Papel do Estado na reinserção social dos ex-reclusos (Amostra 2010)



A hesitação volta a verificar-se, visto que há alguns inquiridos que entendem que o Estado não deve ajudar a reintegração mas, ao mesmo tempo, registam estar de acordo em que o Estado assuma todas as responsabilidades para empregar quem cometa crimes.

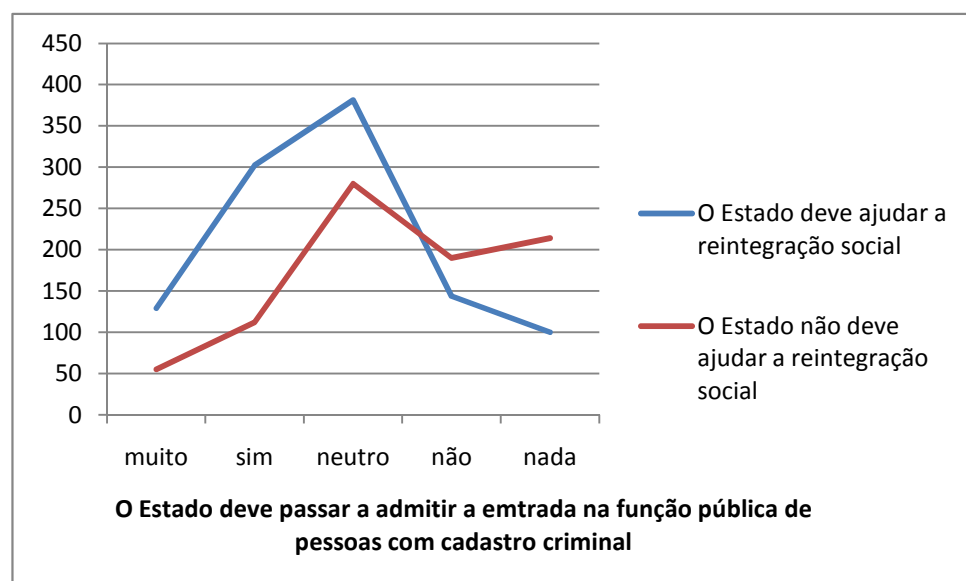
Este gráfico compara com o gráfico obtido na amostra de 2009, que regista o mesmo fenómeno, não oferecendo diferenças assinaláveis. O facto de a escala ser em valores absolutos para 2010 e em valores relativos em 2009 não escamoteia o facto da forma das curvas ser muito semelhante.

Quadro 1b. Papel moral e papel prático do Estado na reinserção social dos ex-reclusos (Amostra 2009)

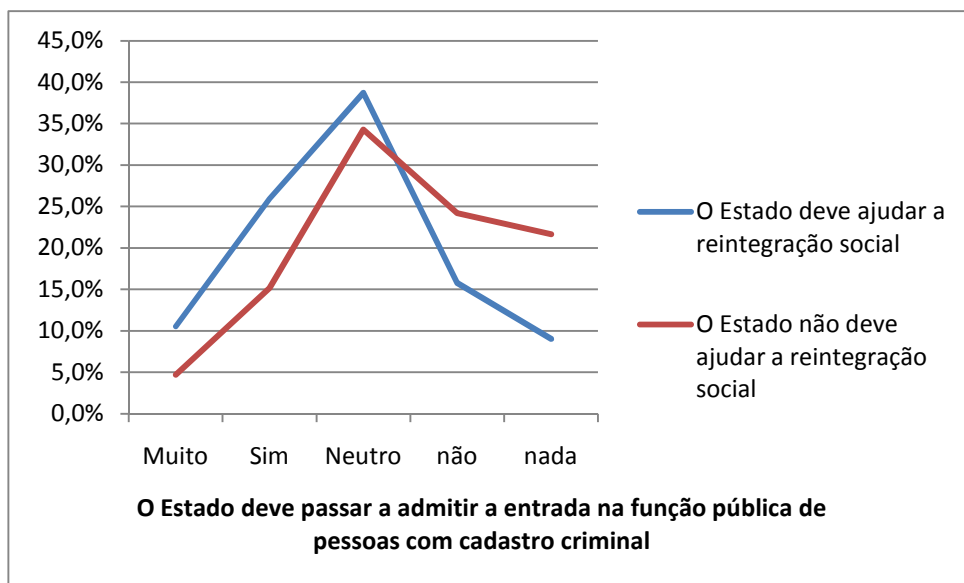


O mesmo se poderá verificar no caso da outras pergunta testada e cujos resultados são apresentados nos quadros 2a e 2b.

Quadro 2a. Papel moral do Estado na reinserção social dos ex-reclusos e admissão de cadastrados na função pública (Amostra 2010)



Quadro 2b. Papel moral do Estado na reinserção social dos ex-reclusos e admissão de cadastrados na função pública (Amostra 2009)





## Partidos: pombas e falcões

Quando se fala de violência facilmente se identificam dois partidos: a chamada linha dura, dispostos a partir para a violência (ou a legitimar a violência) e os que, ao contrário, preferem a diplomacia e o diálogo. É claro que esta clivagem se radicaliza quando se tem de tomar decisões institucionais e a questão da violência é colocada em cima da mesa. Na prática quotidiana da sociedade portuguesa a violência não é, de momento, um problema tão premente que cristalize posições. O debate faz-se mais, talvez, em torno dos sentimentos de insegurança e sobre a necessidade de mais policiamento e de penas mais altas do que propriamente a respeito de uma violência social em curso de modo generalizado e evidente.

Na verdade, na amostra de 2009, como na de 2010, os ensaios de distinguir os dois partidos entre os entrevistados não ofereceram evidência útil. Pode interpretar-se isso como uma instabilidade das pessoas quando confrontadas com a possibilidade da violência, dependendo a sua resposta sobre o assunto mais do acaso de escolher uma resposta no momento do que de uma convicção mais duradoira. Ainda assim, como se pode ver no quadro 1, há alguma regularidade nas percentagens de respostas ao nível dos indicadores escolhidos mesmo quando as duas amostras são de conveniência e, por isso, não são comparáveis entre si.

Quadro 1. Pombas e falcões (2009/10)

		Índice de certeza*		Pombas**		Falcões**	
		(2009)	(2010)	(2009)	(2010)	(2009)	(2010)
2	Quem comete um crime deve ser punido	90	89	5	4	<b>53</b>	<b>63</b>
9	Quem comete um crime deve ser tratado sempre como pessoa	81	75	<b>42</b>	<b>35</b>	6	5
8	Havendo condições para isso, o trabalho livre dos condenados é preferível à prisão	76	71	24	22	<b>5</b>	<b>11</b>
3	O Estado deve assumir todas as responsabilidades para empregar quem cometa crimes	66	68	14	13	11	13
6	O Estado deve passar a admitir a entrada na função pública de pessoas com cadastro criminal	63	65	8	10	15	16

\* 1-inverso da percentagem de respostas neutras; \*\* percentagem de discordâncias máximas de dureza e concordâncias máximas de tratamento humano; \*\*\* percentagem de concordâncias máximas de dureza e discordâncias máximas de tratamento humano;

As notas mais salientes estão a negrito e correspondem a um endurecimento das respostas quando as pombas reduzem a sua presença no tratamento dos que cometem crimes como

peças e quando os falcões aumentam a sua presença a respeito de o crime dever ser punido e negando a possibilidade de o trabalho livre ser preferível à prisão.

Quadro 2. Pombas, falcões e respectivos apoiantes

		Pombas e apoiantes**		Falcões e apoiantes ***	
		(2009)	(2010)	(2009)	(2010)
2	Quem comete um crime deve ser punido	11 (49)	09 (43)	79 (67)	80 (79)
9	Quem comete um crime deve ser tratado sempre como pessoa	68 (61)	60 (58)	<b>13 (42)</b>	<b>16 (30)</b>
8	Havendo condições para isso, o trabalho livre dos condenados é preferível à prisão	<b>60 (41)</b>	<b>43 (50)</b>	16 (30)	28 (40)
3	O Estado deve assumir todas as responsabilidades para empregar quem cometa crimes	34 (40)	36 (36)	33 (33)	32 (39)
6	O Estado deve passar a admitir a entrada na função pública de pessoas com cadastro criminal	28 (27)	31 (31)	35 (44)	34 (47)

Entre parêntesis: *índice de convicção*: percentagem de elementos do partido que não manifestam reservas nas respostas; \*\* percentagem de discordâncias máximas e com reservas de dureza e concordâncias máximas e com reservas de tratamento humano; \*\*\* percentagem de concordâncias máximas e com reservas de dureza e discordâncias máximas e com reservas de tratamento humano;

O quadro 2 junta todos os que concordam com as frases, ou delas discordam, arregimentados aos respectivos partidos. O índice de convicção (entre parêntesis) mostra a percentagem de activistas potenciais (caso estivessemos a falar de movimentos sociais) face aos seguidores.

Nota-se alguma estabilidade nas respostas entre as duas amostras. Destacamos um caso de alguma divergência registada para cada partido. Do lado das pombas há uma forte quebra não suporte à ideia do trabalho livre como substituto à prisão, sobre tudo ao nível dos apoiantes, visto que o índice de convicção aumentou bastante. Do lado dos falcões regista-se um aumento dos que negam a possibilidade de as pessoas que cometem crimes serem tratadas como pessoas, embora esse aumento seja também sobretudo conseguido pelo aumento dos apoiantes e não dos potenciais activistas.

## Reserva mental face às questões das penas

A primeira constatação é que os números se mantêm razoavelmente estáveis entre 2009 e 2010. O que mais do que uma estabilidade existencial na sociedade revela alguma fiabilidade na qualidade das perguntas, que resiste às diferentes composições sociais das duas amostras. Isto é, como as amostras não são comparáveis nem representativas, o facto de terem resultados próximos significa que há alguma probabilidade destes resultados serem consistentes com as qualidades da sociedade analisada, sem que sejamos capazes de discernir se as diferenças verificadas se devem às diferenças entre as amostras, ao tempo que decorreu entre 2009 e 2010, ao modo de recolha da informação.

Quadro 1. Índices de convicção e de reserva apresentados por ordem decrescente do índice de incerteza

		<i>respostas (1+5)/ (1+2+4+5) (índice de convicção)</i>		<i>resp 2+4 / total (índice de reserva)</i>		<i>respostas 3 (índice de incerteza)</i>	
		(2009)	(2010)	(2009)	(2010)	(2009)	(2010)
1	Os europeus são demasiado brandos com os seus inimigos	33,9	35,8	37,2	37,4	43,8	41,3
5	O trabalho liberta os condenados	35,7	37,6	40,4	36,3	37,2	40,8
6	O Estado deve passar a admitir a entrada na função pública de pessoas com cadastro criminal	36,2	40,2	40,5	39,0	36,5	34,5
3	O Estado deve assumir todas as responsabilidades para empregar quem cometa crimes	37,0	37,5	41,6	42,5	34,0	31,4
7	Ao Estado cabe estimular as empresas e a sociedade para receberem bem os ex-condenados	<b>43,2</b>	<b>36,0</b>	41,3	41,0	<b>27,3</b>	<b>35,8</b>
8	Havendo condições para isso, o trabalho livre dos condenados é preferível à prisão	<b>38,5</b>	<b>46,2</b>	<b>46,6</b>	<b>38,1</b>	24,2	28,9
1	Os europeus destacam-se dos outros povos pelo respeito pelos Direitos Humanos	<b>45,5</b>	<b>32,8</b>	41,8	44,6	<b>23,4</b>	<b>33,1</b>
4	Sem liberdade, o trabalho degrada o ser humano	54,3	58,4	36,6	32,7	19,8	21,0
9	Quem comete um crime deve ser tratado sempre como pessoa	58,2	52,3	33,8	35,7	19,3	25,1
2	Quem comete um crime deve ser punido	<b>65,2</b>	<b>75,0</b>	<b>31,2</b>	<b>22,2</b>	10,3	10,7

Assinalamos no quadro as maiores diferenças verificadas. Elas estão muito concentradas em quatro perguntas. No caso da última pergunta da lista (“Quem comete um crime deve ser punido”) há um aumento da convicção e uma diminuição do índice de reserva, isto é há mais

peessoas a responderem nos extremos da possibilidade de respostas e menos pessoas a responderem moderadamente, mantendo-se constante a percentagem de respostas neutras (medidas pelo índice de incerteza).

Já no caso da pergunta “Os europeus destacam-se dos outros povos pelo respeito pelos Direitos Humanos” regista-se uma diminuição das respostas convictas sobretudo à custa de um aumento das respostas neutras. Mas também à custa de um aumento das respostas moderadas.

Para as respostas à pergunta “Havendo condições para isso, o trabalho livre dos condenados é preferível à prisão” regista-se, ao contrário do caso anterior, um aumento das convicções à custa da deserção das respostas moderadas (que também engrossam as fileiras da neutralidade).

Por fim relativamente à pergunta “Ao Estado cabe estimular as empresas e a sociedade para receberem bem os ex-condenados” Uma redução das respostas convictas a favor exclusivamente das respostas neutras.

## Estudo de correlações

O cálculo do Eta quadrado permite avaliar a correlação entre duas variáveis, sendo que 1 será o valor máximo e zero o mínimo. Conforme se considere a variável dependente uma ou das variáveis a relacionar, assim o cálculo poderá dar resultados distintos.<sup>8</sup> No caso vertente vamos relacionar as respostas obtidas quanto à responsabilidade do Estado na ajuda à reintegração social.

Tabela 1. Correlações Eta quadrado das reacções às frases citadas e a posição de implicar ou não o Estado na ajuda à ressocialização dos ex-reclusos (duas primeiras colunas referente ao caso de se considerar dependente as reacções às frases e terceira e quarta segunda colunas se se considerar variável dependente a posição dos inquiridos face à ajuda do Estado)

<i>Variável em confronto:</i> <i>Amostra</i>	<b>Ajuda Estado</b>			
	(2009)	(2010)	(2009)	(2010)
Os europeus destacam-se dos outros povos pelo respeito pelos Direitos Humanos	152	60	183	73
Quem comete um crime deve ser punido	152	121	186	139
O Estado deve assumir todas as responsabilidades para empregar quem cometa crimes	<b>378</b>	<b>347</b>	<b>392</b>	<b>351</b>
Sem liberdade, o trabalho degrada o ser humano	135	130	171	112
O trabalho liberta os condenados	192	140	196	143
O Estado deve passar a admitir a entrada na função pública de pessoas com cadastro criminal	<b>246</b>	<b>291</b>	<b>248</b>	<b>285</b>
Ao Estado cabe estimular as empresas e a sociedade para receberem bem os ex-condenados	172	390	191	392
Havendo condições para isso, o trabalho livre dos condenados é preferível à prisão	118	189	158	179
Quem comete um crime deve ser tratado sempre como pessoa	199	191	207	197
Os europeus são demasiado brandos com os seus inimigos	3	60	127	75

Entre as amostras de 2009 e 2010 não há praticamente diferenças. Os mesmos sublinhados podem fazer-se em relação a uma e outra das amostras.

A leitura dos resultados mostra que as relações mais fortes se estabelecem entre as opções de ajuda (ou não) do Estado à ressocialização dos ex-reclusos (divididas ao meio) e as opções dos inquiridos sobre se o Estado deve ou não assumir as responsabilidades de empregar quem cometa crimes e especificamente se o Estado deve passar a admitir a entrada na função pública de pessoas com cadastro criminal. Pode dizer-se que a pró-actividade do Estado na questão do emprego dos ex-reclusos é controversa e relacionada com o facto de a ajuda do

<sup>8</sup> Sobre o assunto consultar <https://www.msu.edu/~levinet/eta%20squared%20hcr.pdf>.

Estado aos ex-reclusos ser vista como uma responsabilidade menor, comparativamente à responsabilidade da solidariedade social privada, dos mercados de trabalho e das famílias.

Do estudo destas correlações também se pode construir a hipótese de haver uma implicação do Estado no cuidado de tratar como pessoa quem está preso e de, por outro lado, o trabalho ser entendido como uma espécie de sacrifício ao mesmo tempo expiatório e libertador (ou será purificador?). Embora a frase “O trabalho liberta” seja uma tradução da frase em alemão inscrita no portal de Auschwitz, não parece ter provocado nenhuma repugnância especial nos inquiridos portugueses, eventualmente pouco familiarizados com as conotações perversas da frase. Mas o valor do cálculo do Eta quadrado sugere haver alguma implicação reclamada ao do Estado na valorização de tal ideia, desde sempre ligada às penitenciárias e às suas doutrinas, desde o trabalho em silêncio até ao trabalho forçado. Esta libertação joga com o sentido místico e perverso da ideia e, por outro lado, com o lançar no mercado de trabalho livre a força de cada um, como forma de auto-disciplina e organização (“Ao Estado cabe estimular as empresas e a sociedade para receberem bem os ex-condenados”).

Atendemos agora às variáveis disponíveis referentes às estruturas sociais.

Tabela 2. Correlações Eta quadrado das reacções às frases citadas e situação na profissão.

<i>Variável em confronto:</i>	<b>Situação na profissão.</b>			
	(2009)	(2010)	(2009)	(2010)
<i>Amostra</i>				
Os europeus destacam-se dos outros povos pelo respeito pelos Direitos Humanos	40	68	<b>322</b>	33
Quem comete um crime deve ser punido	<b>389</b>	76	<b>401</b>	104
O Estado deve assumir todas as responsabilidades para empregar quem cometa crimes	<b>165</b>	105	<b>183</b>	79
Sem liberdade, o trabalho degrada o ser humano	90	92	118	83
O trabalho liberta os condenados	52	92	56	89
O Estado deve passar a admitir a entrada na função pública de pessoas com cadastro criminal	39	88	88	60
Ao Estado cabe estimular as empresas e a sociedade para receberem bem os ex-condenados	48	71	131	69
Havendo condições para isso, o trabalho livre dos condenados é preferível à prisão	<b>130</b>	109	<b>152</b>	79
Quem comete um crime deve ser tratado sempre como pessoa	<b>256</b>	47	<b>273</b>	51
Os europeus são demasiado brandos com os seus inimigos	54	99	182	103

As correlações já não eram fortes. Mas na amostra de 2010 ainda são mais fracas.

Relativamente à situação na profissão nada há sequer para destacar.

Na escolaridade pode-se notar como em relação à pergunta “Quem comete um crime deve ser punido” há em 2010 uma insistência em ser a variável mais correlacionável com a escolaridade. Nota-se um ligeiro afloramento relativamente à pergunta “Sem liberdade, o

trabalho degrada o ser humano” que não existia em 2009. “Quem comete um crime deve ser tratado sempre como pessoa” é uma pergunta que também se destaca das restantes em 2010 mas em valores de grande fragilidade.

Tabela 3. Correlações Eta quadrado das reacções às frases citadas e escolaridade.

<i>Variável em confronto:</i>	<b>Escolaridade.</b>			
<i>Amostra</i>	(2009)	(2010)	(2009)	(2010)
Os europeus destacam-se dos outros povos pelo respeito pelos Direitos Humanos	<b>132</b>	65	<b>353</b>	101
Quem comete um crime deve ser punido	<b>417</b>	<b>276</b>	<b>301</b>	<b>288</b>
O Estado deve assumir todas as responsabilidades para empregar quem cometa crimes	<b>263</b>	97	<b>283</b>	117
Sem liberdade, o trabalho degrada o ser humano	82	<b>211</b>	167	<b>176</b>
O trabalho liberta os condenados	152	53	165	130
O Estado deve passar a admitir a entrada na função pública de pessoas com cadastro criminal	101	73	92	110
Ao Estado cabe estimular as empresas e a sociedade para receberem bem os ex-condenados	101	80	229	72
Havendo condições para isso, o trabalho livre dos condenados é preferível à prisão	72	121	71	106
Quem comete um crime deve ser tratado sempre como pessoa	<b>233</b>	<b>145</b>	<b>170</b>	<b>163</b>
Os europeus são demasiado brandos com os seus inimigos	81	60	156	93

O sexo dos inquiridos não tem nada a ver com as respostas diferentes que são obtidas. O mesmo se verifica relativamente às outras variáveis estudadas. O mais que se conseguiu obter foi alguma fraquíssima relação entre os escalões etários e as respostas à pergunta “Havendo condições para isso, o trabalho livre dos condenados é preferível à prisão”.

Tabela 4. Correlações Eta quadrado das reacções às frases citadas e sexo.

<i>Variável em confronto:</i>	<b>Sexo.</b>			
<i>Amostra</i>	(2009)	(2010)	(2009)	(2010)
Os europeus destacam-se dos outros povos pelo respeito pelos Direitos Humanos	<b>112</b>	<b>2</b>	<b>232</b>	<b>78</b>
Quem comete um crime deve ser punido	87	45	127	64
O Estado deve assumir todas as responsabilidades para empregar quem cometa crimes	59	11	109	27
Sem liberdade, o trabalho degrada o ser humano	59	33	97	39
O trabalho liberta os condenados	39	10	92	68
O Estado deve passar a admitir a entrada na função pública de pessoas com cadastro criminal	112	36	124	103
Ao Estado cabe estimular as empresas e a sociedade para receberem bem os ex-condenados	52	26	83	48
Havendo condições para isso, o trabalho livre dos condenados é preferível à prisão	11	33	50	65
Quem comete um crime deve ser tratado sempre como pessoa	48	20	64	67
Os europeus são demasiado brandos com os seus inimigos	49	11	89	59

Tabela 5. Correlações Eta quadrado das reacções às frases citadas e estado civil.

<i>Variável em confronto:</i>	<b>Estado civil.</b>			
<i>Amostra</i>	(2009)	(2010)	(2009)	(2010)
Os europeus destacam-se dos outros povos pelo respeito pelos Direitos Humanos	90	35	84	27
Quem comete um crime deve ser punido	114	26	151	63
O Estado deve assumir todas as responsabilidades para empregar quem cometa crimes	<b>192</b>	95	<b>208</b>	95
Sem liberdade, o trabalho degrada o ser humano	91	49	149	54
O trabalho liberta os condenados	53	68	50	47
O Estado deve passar a admitir a entrada na função pública de pessoas com cadastro criminal	30	112	66	92
Ao Estado cabe estimular as empresas e a sociedade para receberem bem os ex-condenados	122	50	105	72
Havendo condições para isso, o trabalho livre dos condenados é preferível à prisão	99	84	104	48
Quem comete um crime deve ser tratado sempre como pessoa	137	36	148	23
Os europeus são demasiado brandos com os seus inimigos	67	74	48	50

Tabela 6. Correlações Eta quadrado das reacções às frases citadas e idade.

<i>Variável em confronto</i>	<b>Idade.</b>			
<i>Amostra</i>	(2009)	(2010)	(2009)	(2010)
Os europeus destacam-se dos outros povos pelo respeito pelos Direitos Humanos	69	51	179	52
Quem comete um crime deve ser punido	165	37	180	49
O Estado deve assumir todas as responsabilidades para empregar quem cometa crimes	15	97	60	117
Sem liberdade, o trabalho degrada o ser humano	13	71	122	108
O trabalho liberta os condenados	35	36	67	93
O Estado deve passar a admitir a entrada na função pública de pessoas com cadastro criminal	28	81	123	84
Ao Estado cabe estimular as empresas e a sociedade para receberem bem os ex-condenados	87	13	103	84
Havendo condições para isso, o trabalho livre dos condenados é preferível à prisão	52	<b>186</b>	64	<b>190</b>
Quem comete um crime deve ser tratado sempre como pessoa	177	64	139	81
Os europeus são demasiado brandos com os seus inimigos	108	127	144	86



## Lugar do Estado no dirimir dos sentimentos de repugnância (vingança) das populações

A intervenção do Estado é um tópico de debate moderno entre as doutrinas liberais e libertárias (que repudiam a intervenção do Estado na Sociedade) e as doutrinas comunistas e socialistas (que promovem o controlo do Estado sobre a Sociedade).

As respostas à pergunta sobre que instância deveria ser usada para a reintegração social dos ex-reclusos mostram que todas as instâncias deviam ser usadas, mas sobretudo as que não sejam estatais. Na verdade a ajuda do Estado divide opiniões, sendo praticamente ao meio essa divisão.

Por outro lado, quando se pergunta que o Estado deve investir as suas capacidades para empregar quem cometa crimes as respostas dividem-se em parte iguais entre quem entende que sim (com mais ou menos convicção) quem entende que não (com mais ou menos reservas) e quem prefere responder de forma neutral.

Esta descrição tanto é válida para a amostra de 2009 como para a amostra de 2010.

Tabela 1. Cruzamento entre as respostas “À saída da prisão, em que é que se deveria apostar mais para reintegrar os ex-presidiários? No Estado?” e “O Estado deve assumir todas as responsabilidades para empregar quem cometa crimes”

### Amostra 2010

		Ajuda do Estado				Total
		comuna	soc	soc-dem	liberal	
o Estado deve assumir	muito	<b>104</b>	65	60	21	250
todas as responsabilidades	sim	<b>97</b>	<b>244</b>	78	20	439
para empregar quem	medio	<b>91</b>	<b>241</b>	<b>221</b>	49	602
cometa crimes	não	45	108	<b>162</b>	62	377
	nada	26	36	<b>84</b>	<b>90</b>	236
Total		363	694	605	242	1904

### Amostra 2009

		Aposta na ajuda do Estado				Total
		Muito	sim	não	nada	
O Estado deve	Muito	<b>38</b>	17	9	9	73
assumir todas as	sim	<b>34</b>	<b>42</b>	13	14	103
responsabilidades	neutro	<b>35</b>	<b>51</b>	<b>67</b>	<b>31</b>	184
para empregar quem	não	8	27	<b>70</b>	17	122
cometa crimes?	nada	5	8	<b>30</b>	16	59
Total		120	145	189	87	541

A distribuição das respostas é sobretudo maior na diagonal lógica, que faz os “liberais” mais em desacordo com que o Estado assuma responsabilidades no emprego dos ex-condenados,

com uma pequena variação no caso da amostra de 2009 em que são mais os “liberais” que preferem responder com neutralidade do que opor-se à intervenção do Estado.

Confrontados os inquiridos com uma solução radical de empregar os ex-presos directamente no Estado, as reacções fazem-se sentir um pouco:

Tabela 2. Cruzamento entre as respostas “À saída da prisão, em que é que se deveria apostar mais para reintegrar os ex-presidiários? No Estado?” e “O Estado deve passar a admitir a entrada na função pública de pessoas com cadastro criminal”

#### Amostra 2010

		Ajuda do Estado				Total
		comuna	soc	soc-dem	liberal	
O Estado deve passar a admitir a entrada na função pública	muito	82	47	32	23	184
	sim	86	<b>216</b>	80	32	414
	medio	<b>117</b>	<b>264</b>	<b>229</b>	51	661
	não	35	109	<b>138</b>	52	334
	nada	44	56	<b>126</b>	<b>88</b>	314
Total		364	692	605	246	1907

#### Amostra 2009

		Aposta na ajuda do Estado				Total
		Muito	sim	não	nada	
O Estado deve passar a admitir a entrada na função pública de pessoas com cadastro criminal?	Muito	14	14	6	7	41
	sim	<b>35</b>	<b>34</b>	26	16	111
	neutro	<b>40</b>	<b>63</b>	<b>74</b>	21	198
	não	22	20	<b>48</b>	19	109
	nada	11	13	<b>36</b>	<b>24</b>	84
Total		122	144	190	87	543

Em ambas as amostras são os “comunistas” quem lhes repugna que a empregabilidade do ex-condenados se faça na função pública. Para os outros grupos as duas frases em apreço são praticamente indiferentes.

Seguir o grosso das respostas na tabela revela como a) há um refúgio na zona neutra da pergunta que o admite; b) a excepção são os “liberais” c) a possibilidade de admissão de pessoas com cadastro na função pública é considerada positivamente pelos que entendem que o Estado deve ajudar a ressocialização dos ex-presos, mas com mais ponderação do que a empregabilidade não estava directamente associada à função pública.

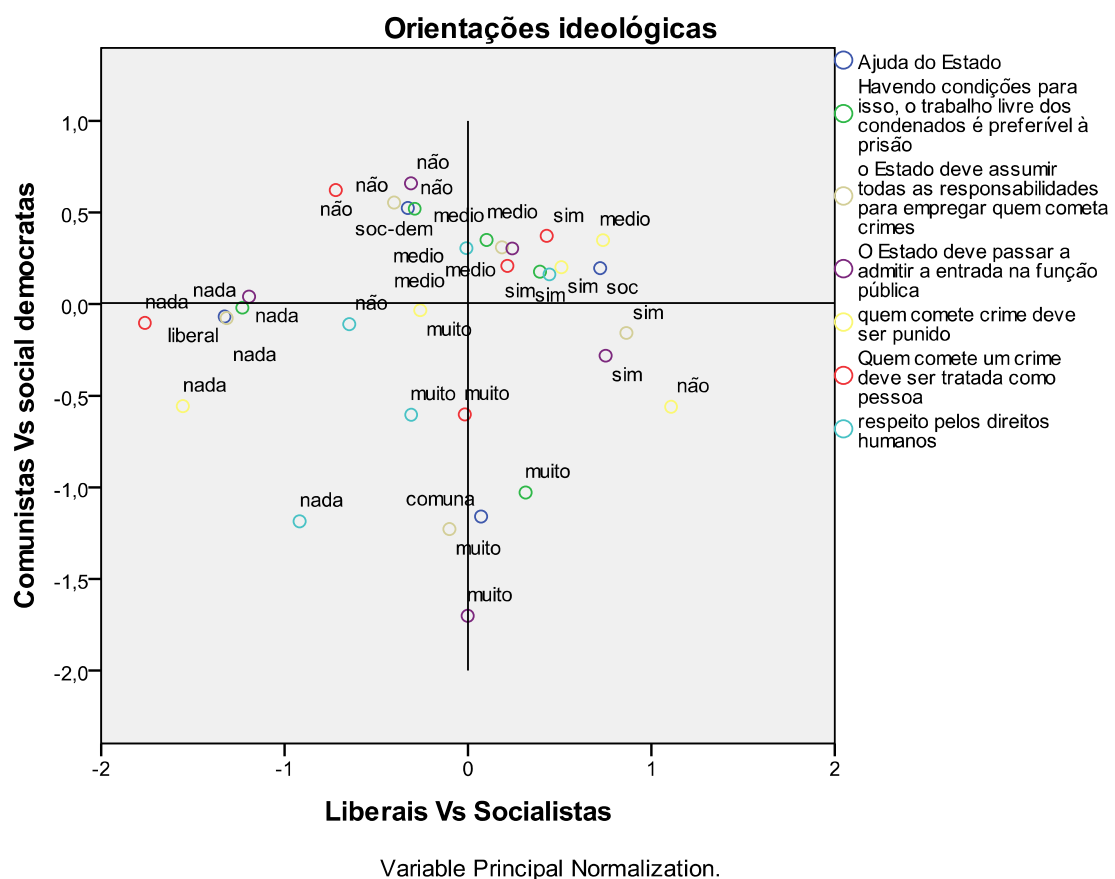
A este conjunto de respostas podem juntar-se as respostas a outro grupo de questões que aparecem associadas entre si por haver uma sobreposição de respostas afirmativas, positivas. São elas:

- Quem comete um crime deve ser punido?
- Os europeus destacam-se dos outros povos pelo respeito pelos Direitos Humanos?
- Quem comete um crime deve ser tratado sempre como pessoa?
- Havendo condições para isso, o trabalho livre dos condenados é preferível à prisão?

Vistas em conjunto, as respostas podem ser representadas num espaço factorial como este:

Quadro 1. Análise factorial com as seis variáveis mais discriminantes mais a que revela a posição dos inquiridos sobre a legitimidade da ajuda do Estado aos ex-presos

Amostra 2010

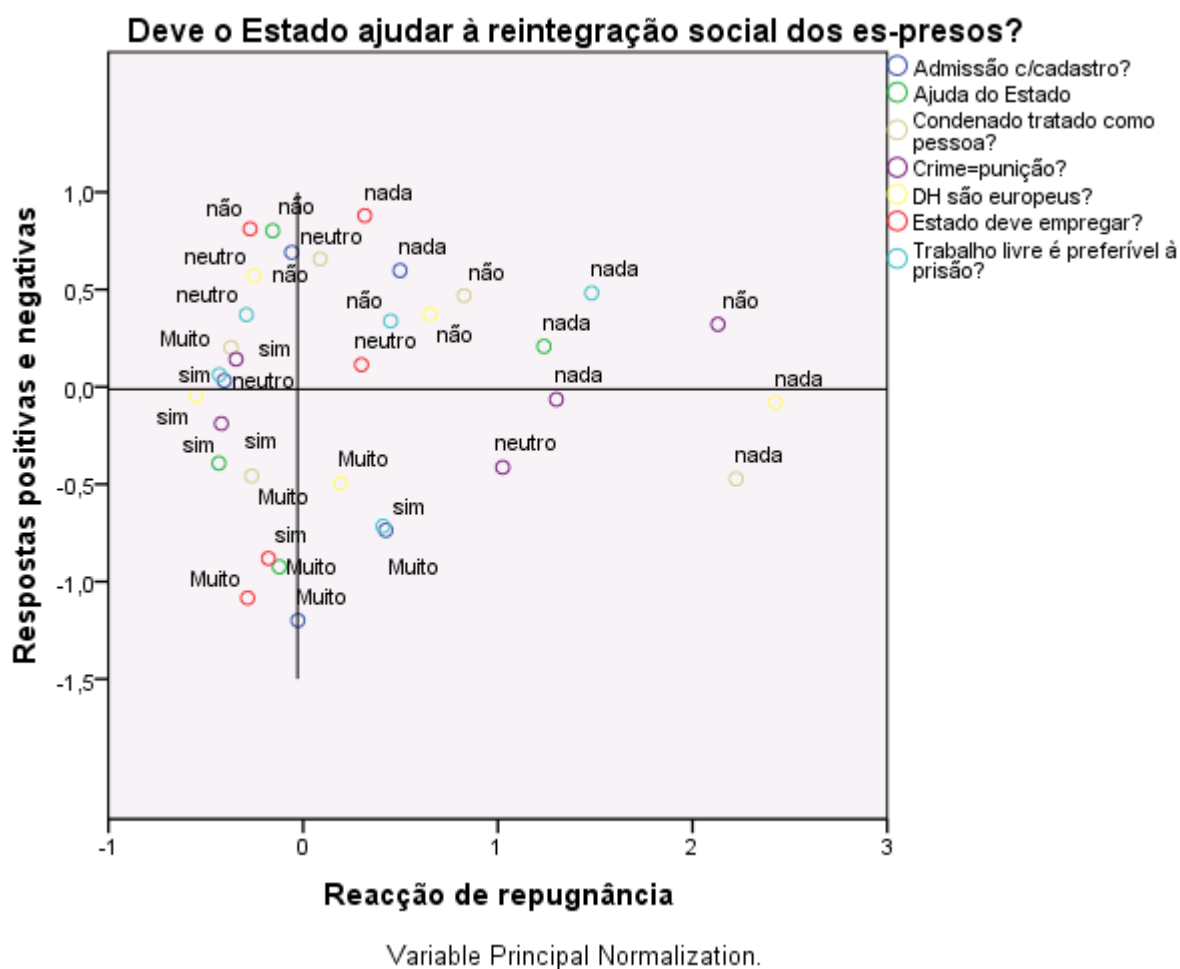


A análise discrimina efectivamente as ideologias (que associámos às respostas sobre a oportunidade da ajuda do Estado) sendo a separação mais forte aquela que separa os liberais e libertários das outras ideologias (no eixo horizontal) e depois a que separa os comunistas do resto (no eixo vertical).

No primeiro caso a tendência é para juntar do lado dos liberais os que negam sem reservas qualquer intervenção ressocializadora mas, talvez em contrapartida, recusam que “quem cometa crimes deva ser punido”. No segundo caso os comunistas atraem os que estão de

acordo em mobilizar todos os recursos para a reintegração social. Este grupo também se caracteriza por negar sem reservas a ideia de que os europeus são conhecidos no mundo por serem particularmente respeitadores dos direitos humanos.

Amostra 2009



Na amostra de 2009 as mesmas discriminações aparecem, em termos gerais. No eixo horizontal separam-se os liberais (que respondem “nada” mais do que todos os outros), incluindo a negação de que o crime mereça punição, como em 2010. Já são menos distintos dos outros grupos quanto a não aceitar que o Estado empregue na função pública pessoas com cadastro o que o Estado assuma todas as responsabilidades para empregar os ex-reclusos.

Estas posições surgem sobretudo associadas ao segundo eixo, o vertical, em oposição ao polo comunista, onde se acumulam aqueles que entendem que todas as medidas de ressocialização são mobilizáveis. Apenas a resposta positiva sem reserva à pergunta se os presos devem ser tratados como pessoas escapa ao monopólio comunista, sendo semelhante a todos os grupos, ainda que mais afastado dos liberais.